

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GISLENNY ALVES

**“EU NÃO VOU SUCUMBIR”: MULHERES NEGRAS, USUÁRIAS DO CRAS, NO
ENFRENTAMENTO ÀS OPRESSÕES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE**

Maceió

2022

GISLENNY ALVES

**“EU NÃO VOU SUCUMBIR”: MULHERES NEGRAS, USUÁRIAS DO CRAS, NO
ENFRENTAMENTO ÀS OPRESSÕES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Psicologia, junto ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, Campus A. C. Simões

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Érika Cecília Soares Oliveira.

Maceió

2022

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

A474e Alves, Gislenny.

“Eu não vou sucumbir” : mulheres negras, usuárias do CRAS, no enfrentamento às opressões de raça, gênero e classe / Gislenny Alves. – 2022.
100 f.

Orientadora: Érika Cecília Soares Oliveira.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 94-100.

1. Centro de Referência de Assistência Social. 2. Negras. 3. Relações étnico-raciais. 4. Feminismo - Subalternidade. I. Título.

CDU: 396(=414/=45)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP

TERMO DE APROVAÇÃO

GISLENNY ALVES

Título do Trabalho: "EU NÃO VOU SUCUMBIR": MULHERES NEGRAS, USUÁRIAS DO CRAS, NO ENFRENTAMENTO ÀS OPRESSÕES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:
Orientadora:

 Documento assinado digitalmente
ÉRIKA CECÍLIA SOARES OLIVEIRA
Data: 11/09/2022 13:00:34 -0300
Verifique em <https://verificacao.br.br>

Prof. Dra. Érika Cecília Soares Oliveira (PPGP/UFAL)

Examinadores:

 Documento assinado digitalmente
LUCIANA RODRIGUES
Data: 11/09/2022 13:30:07 -0300
Verifique em <https://verificacao.br.br>

Prof. Dra. Luciana Rodrigues (UFRGS)

 Documento assinado digitalmente
MARCOS RIBEIRO MESQUITA
Data: 11/09/2022 13:34:03 -0300
Verifique em <https://verificacao.br.br>

Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita (PPGP/UFAL)

Maceió-AL, 30 de setembro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Acredito que a gratidão é um dos melhores sentimentos que podemos experimentar, pois reacende em nós a alegria e o sentimento de comunidade. Escrever esta dissertação só foi possível porque tive a colaboração e o cuidado de muitas pessoas, sou eternamente grata a cada uma.

Agradeço às minhas companheiras de pesquisa, Garoa, Aurora e Brisa por sempre confiarem em mim e na potencialidade desta pesquisa. Sou imensamente grata a todas as nossas ancestrais, fundamentais na construção dos caminhos que nos trouxeram até aqui.

Gratidão à Érika, minha orientadora, que me acolheu, incentivou e ouviu com sensibilidade e paciência. Acredito que uma das escolhas mais acertadas que fiz na vida foi me inscrever para ser aluna especial da sua disciplina eletiva do mestrado, conhecer você e as autoras com quem trabalhas representa um marco muito importante em minha vida. Obrigada!

Meu muito obrigada ao Marcos Mesquita e à Luciana Rodrigues, que fizeram parte da minha banca de qualificação e de defesa, suas palavras me deram força e coragem para seguir firme e esperançosa no espaço acadêmico. Saibam que têm minha admiração e gratidão.

Agradeço ao meu pai, José Luiz, e minha mãe, Marluce, por sempre incentivarem e apoiarem meus sonhos. O amor que sinto por vocês vai muito além das palavras. Aos meus irmãos, Junior e Jamerson, crescer com vocês foi uma dádiva. À minha sobrinha Jamile, que preenche meus dias com suas risadas e convites para brincar com vivi e liz, nossas gatinhas amadas. À vovó Zefinha e à vovó Gilzete (in memorian), por serem minhas referências na vida, ser neta de vocês é um grande presente divino. Amo-as infinitamente. A todas as minhas tias, tios, primas e primos, por serem meus abrigos. Aos meus avôs Luiz e José (in memorian), guardo memórias de carinho e proteção do tempo em que estivemos juntos.

Quero agradecer às minhas amigas, Ayza, Nayane e Steffane, por estarem comigo em todos os momentos, por lerem os meus textos e serem minhas incentivadoras, é uma honra poder compartilhar a vida com vocês. À Priscilla e Brenda, minhas amigas da infância e da vida toda. À Luanna, Laura e Polyana, minha eternas “lindinhas do CRAS”, Ao Edson, por me encorajar a sempre alçar voos mais altos. À Rayane e Laura, por toda ajuda, carinho e risadas maravilhosas. À Marcela, sua força e carinho foram essenciais no meu percurso dentro e fora da universidade. Às minhas Professoras da graduação, Flávia Ribeiro, Danielle Nóbrega, Maria Augusta e ao professor Saulo Luders, por ter acendido em mim o gosto pela pesquisa e pela docência, sem os ensinamentos de vocês esse sonho não seria possível, serei eternamente grata. Aos professores e servidores do PPGP que me auxiliaram a concluir essa pesquisa e que contribuíram para meu crescimento profissional e pessoal.

RESUMO

Esta pesquisa mergulhou nas experiências e vivências de três mulheres negras, usuárias de um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, localizado em uma pequena cidade do agreste alagoano para compreender os modos de resistência desenvolvidos e utilizados por elas no enfrentamento às opressões de raça, classe e gênero. Para isso, como objetivos específicos desse estudo buscou identificar os recursos (materiais e psicológicos) utilizados no enfrentamento às opressões vividas no cotidiano; realizar reflexões sobre o lugar das mulheres negras nos documentos de orientações técnicas e cartilhas produzidas pelo órgão oficial do governo na condução da política pública de Assistência Social; e discutir sobre a produção de aquilombamento no contexto das interações no território do CRAS. Para conduzir a pesquisa, parti de saberes que se desenvolveram no entorno dos grandes centros, nas favelas, nas cozinhas, nas antigas senzalas, nos canteiros das roças, haja visto que foi nesse movimento por sobrevivência que nossas experiências nos permitiram criar parâmetros para subverter a ordem existente e produzir saberes localizados, portanto, as produções feministas subalternas, contra-coloniais e feministas negras formam a base teórica que sustenta o estudo. As conversações, ofertadas por bell hooks, deram a instrumentalidade utilizada para a entrada e vivência do campo, permitindo que a pesquisadora juntamente com as participantes da pesquisa estivesse em uma situação de pesquisa democrática, justa e de compartilhamento de saberes. Os resultados da pesquisa foram produzidos através da instrumentalidade das escrituras de Conceição Evaristo, que além de apresentar a realidade dessas mulheres também possibilitou denunciar as construções históricas, sociais, políticas e culturais que permitem e se omitem diante das violências que as mulheres negras são expostas cotidianamente. As narrativas foram organizadas a partir de três eixos: A família como resistência para mulheres negras, A política pública de assistência social como resistência, O amor como resistência para mulheres negras. As políticas públicas são compreendidas pelas participantes da pesquisa como reservatório de esperança e também como auxílio em suas necessidades diárias. A família, principalmente, os filhos são citados por elas como principal motivo e força propulsora das resistências que fazem cotidianamente. O amor na vida das mulheres negras participantes da pesquisa se encontra borrado em atos de violência praticados por pessoas que lhes são também entendidas como objeto de afeto.

Palavras-chaves: Mulheres negras, CRAS, relações étnico-raciais, gênero, feminismos subalternos.

ABSTRACT

This research delved into the experiences and livingness of three black women, users of a Reference Center for Social Assistance - CRAS, located in a small town in the Alagoas countryside to understand the modes of resistance developed and used by them in facing racial oppression. For this, as specific objectives this study sought to identify the resources (material and psychological) used to face the oppressions experienced in daily life; to reflect on the place of black women in the technical guidance documents and booklets produced by the governmental skills; discuss about the production of quilombola in the context of interactions in the territory of CRAS. In order to conduct the research, I started with knowledge that developed in the surroundings of large centers, in the favelas, in the kitchens, in the old slave quarters, in the gardens, since it was in this movement for survival that our experiences allowed us to create parameters of survival and tell about our trajectories and, therefore, subaltern, counter-colonial and black feminist productions are the theoretical basis that supports the study. The conversations, offered by bell hooks, provided the instrument used to enter and experience the field, allowing the researcher together with the research participants to be in a situation of democratic, fair research and knowledge sharing. The research results were produced through the instrumentality of the writings of Conceição Evaristo, which in addition to presenting the reality of these women also made it possible to denounce the historical, social, political and cultural constructions that allow and are omitted in the face of the violence that black women are exposed daily. The narratives were organized around three axes: Public policies and forms of resistance, black women and affectivity, family and work. Public policies are understood by the research participants as a reservoir of hope and also as an aid in their daily needs. The family, especially the children, are cited by them as the main reason and driving force of the resistance they make on a daily basis. The love in the lives of the black women participating in the research is blurred in acts of violence practiced by people who are also understood as objects of affection.

Keywords: Black women, CRAS, ethnic-racial relations, gender, subaltern feminisms.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	9
1.1 Aprendendo resistências	9
2 PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: DE MÃOS DADAS NO ABRIR E FECHAR DE PORTAS	18
2.1 Mulheres negras e representação na Proteção Social Básica	24
3 MULHERES NEGRAS REPOSICIONANDO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	29
3.1 Sobre cactos e flores que nascem no asfalto: mulheres negras e nossas resistências	39
3.2. A pesquisa como resistência para mulheres as negras.....	44
3.3 Aprendendo a (re) existir na universidade.....	47
3.4 Conversações, escrevivências, memórias e encantamentos: Novos caminhos nas velhas estradas.....	50
4 ESCREVIVENDO RESISTÊNCIAS.....	58
4.1 Garoa.....	59
4. 2 Brisa.....	62
4. 3. Aurora	68
4.4. Escrevendo as nossas vivências	71
4. 5 A família como resistência para mulheres negras	73
4. 6 A Política Pública de Assistência Social como resistência para mulheres negras	79
4.7 O amor como resistência para as mulheres negras	84
4.8. Uma conversa para devoluções	90
5. APONTANDO OUTROS COMEÇOS.....	92
REFERÊNCIAS	94

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Aprendendo resistências

Aprendi com as minhas mais velhas que sempre fica um pouco de perfume nas mãos de quem oferece rosas, é com as mãos perfumadas que entrego esta dissertação para que você, leitora ou leitor, possa ler e se inebriar, plantar mais roseiras e encantar o mundo com as nossas palavras. Rompendo com a lógica de uma escrita distante e sem afeto, desafiei-me nestes textos a ser completa, trazer tudo o que tenho, cada pedacinho do que sou e sei está aqui, cada pensamento e sentimento silenciado finalmente descobriu um jeito de se mostrar ao mundo, não tenho mais medo da censura inquisidora do modo acadêmico de produzir conhecimento, por isso, derramo-me completa nestas páginas.

Foi na ciranda da sabedoria de mulheres negras que aprendi a escrever em primeira pessoa, essa é nossa principal resistência dentro da academia branca, pois produzimos a partir da política do cotidiano (HOOKS, 2019), foi nele que escutando histórias aprendi sobre a vida e seus caminhos. É a partir das nossas realidades que entendemos o mundo e também o produzimos, Glória Anzaldúa tem asseverado que “o perigo aos escrever é não fundir nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade, com nossa vida interior, nossa história, nossa economia e nossa visão” (2000, p. 233), a experiência pessoal e coletiva torna o conhecimento produzido por nós, mulheres negras, fontes de cura, amor e proteção.

A maior pretensão que tenho ao escrever estes textos é a de dar visibilidade às mulheres negras que cotidianamente acessam os serviços da Assistência Social e a partir de suas realidades produzem vida e sabedoria, transpassam as cercas impostas pela política neoliberal que promove o desencanto da vida e de suas produções. Vivendo em uma sociedade que dissemina a política do desencanto (SIMAS, 2020), insistir nas narrativas produzidas por mulheres negras é olhar além da falta e da dor, é criar outros caminhos possíveis. Por isso, o esforço que faço aqui é o de “[...] reunir os fragmentos do ser, para recuperar a nossa história” (HOOKS, 2019, p. 10) e fazer com que teoria e experiência pessoal se unam como forma de ressignificar o mundo e apontar outros caminhos possíveis para as mulheres negras.

Diante disso, receio que minha escrita possa acionar memórias dolorosas em você, leitora, pois quando escrevo sobre as minhas vivências e de minhas companheiras de pesquisa estou evocando um universo de experiências de dor e subalternização, por isso espero que você compreenda que busquei a potencialidade existente na dor e na teorização, assim como nos ensinou bell hooks (2017), pois resistimos cotidianamente através do enfrentamento da

violência e do medo que ela gera. O saber que produzimos e compartilhamos vem desse lugar de resistências aos apagamentos que o poder branco colonial nos impôs. Seguimos como galhos verdes que envergam, mas não quebram fácil.

Mesmo diante de uma grande quantidade de dados que mostram a precariedade da vida das mulheres negras nordestinas, neste estudo, proponho olharmos para as potências que existem nos territórios e nas relações sociais que elas estabelecem. A sobrevivência é tecida através do cultivo dos sonhos, da insubordinação diante das práticas coloniais e, sobretudo, na capacidade de nos aquilombarmos em nossos afetos e consciência racial. Lendo um texto de Rafael Haddock-Lobo (2020, p.41) me deparei com a frase: “temos sempre diante da gente um aglomerado de pequenas lindezas” (HADDOCK-LOBO, 2020, p.41), imediatamente compreendi que fazer pesquisa é também evidenciar as lindezas que estão no mundo e romper com a universalização da experiência da pesquisa e simplificar a vida e tudo o que se produz nela.

Tal qual se questionou Conceição Evaristo, ainda me pergunto se “é preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? (2017, p. 23), pois estou ciente de que quando escrevo não sou somente a escritora e a pesquisadora, mas sou também a psicóloga negra que atua na Política Pública de Assistência Social, e todos os dias enfrenta os desafios de fazer proteção social em meio ao sucateamento dessa política pública, das dificuldades que a equipe enfrenta diante de condições de trabalho precárias, seja pelo fato de a maior parte dos profissionais se encontrarem com vínculos de trabalho frágeis, fazendo com que diminua a força de luta e o compromisso ético-político, e pelo desafio que é ser operadora da política pública e companheira de luta da comunidade.

Estar nas trincheiras da Política Pública de Assistência Social tem me permitido questionar seu alcance, sua efetividade, e mais ainda, vivenciar suas falhas e omissões, principalmente em relação às mulheres negras que, de acordo com Gracielly Costa (2016) compõem o grupo populacional que mais acessa os serviços e benefícios da política pública, corroborando outras/os autoras/es que também apontam a invisibilização e vulnerabilização estrutural da mulher negra na sociedade brasileira. Mas é justamente este grupo violentado secularmente que vem promovendo microrrevoluções¹ cotidianas, resistindo e (re) existindo no mundo através de práticas coletivas que afirmam a vida e a justiça social.

Pensando minha implicação ética com a temática e as práticas cotidianas nos serviços de proteção social básica, busquei escutar as experiências e saberes de mulheres negras,

¹ Félix Guatarri (1996) chama de microrrevoluções, pequenas modificações sutis que reverberam nos modos de viver e leva a uma ruptura com o status quo.

usuárias do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), para compreender como elas desenvolvem suas práticas de resistências, ao transitarem no serviço de Proteção Integral à família (PAIF), executado no CRAS.

Para conduzir a pesquisa, parti de saberes que se desenvolveram no entorno dos grandes centros, nas favelas, nas cozinhas, nas antigas senzalas, nos canteiros das roças, haja visto que foi nesse movimento por sobrevivência que nossas experiências nos permitiram criar parâmetros de sobrevivência e contar sobre nossas trajetórias, pois como bem disse bell hooks “histórias nos ajudam a nos conectar com um mundo além da identidade [...]. Elas contêm o poder e a arte da possibilidade” (2020, p. 94). Recuso-me às teorizações puras e procuro me aproximar das vidas cotidianas que, muitas vezes, neste espaço acadêmico, são vistas como *desimportantes*.

Diante da necessidade de afirmar quem sou, o chão onde piso e produzo vida através da escrita e das práticas psicológicas engajadas, não poderia deixar de afirmar uma política de escrita preocupada em asseverar a subjetividade e as memórias de quem escreve, pois não sou e nem quero ser neutra, sou uma mulher negra, nordestina, da classe trabalhadora e indignada com todas as formas de opressões. Esse movimento só é possível “por teorizar a experiência e experienciar a teoria” (OLIVEIRA, 2020, p. 4). Dessa forma, esta escrita está totalmente mergulhada neste oceano que sou.

Por compreender a escrita como um ato político me esforço para que este texto seja “um lugar onde as mulheres negras se sentem em casa” (EVARISTO, 2018, p. 16), desejo que cada pedacinho dele transborde intimidade para que você, leitora ou leitor, possa ver o mundo pela nossa lente, que você sinta seu peito doer, quando eu falar sobre nossas dores, que você sorria quando eu trazer alguma piada e, sobretudo, que você possa se aventurar na desconstrução daqueles pensamentos intrusos que nos paralisa e nos impede de continuar nesse grande empreendimento que é erradicar todas as formas de opressão.

Escrever sobre o que mobilizou a realização desta pesquisa é um exercício de memória que tenho muita felicidade em fazer, pois parte de dois grandes encontros muito decisivos que tive em minha vida, um seguido do outro. Acredito que o primeiro encontro abriu as possibilidades para que o segundo acontecesse. O primeiro encontro foi com a mulher negra dentro de mim, que adormecida por várias químicas no cabelo, assustada com os estereótipos e silenciada pelo não reconhecimento de quem era, manteve-se por muito tempo longe, em algum lugar inacessível, encontrar comigo mesma foi algo mágico, permitiu-me transformar toda a dor e o medo guardados em esperança e amor, mesmo que tenha sido um processo longo e

lento, demandante de muita reflexão, hoje tomo as palavras de Iyanla Vazante para nos lembrar que:

Haverá um momento em sua vida em que o amor vai chegar. Antes disso, você terá feito tudo o que podia, tentado tudo o que podia, sofrido o quanto podia e desistido muitas vezes. Mas com a mesma certeza com que você está lendo este texto, posso lhe garantir que esse dia virá (Iyanla VANZANT, 1999, p. 6).

Quando esse amor por tudo que somos chega, conseguimos a força necessária para transpor barreiras, pois a batalha mais difícil que a sociedade colonial nos impõe é conquistar da nossa negritude, romper com a lógica colonial que secularmente extermina pessoas negras, tanto em seus corpos como em suas subjetividades é o caminho que precisamos seguir dentro e fora da universidade.

Essa consciência da preciosidade que cada pessoa negra é vem a cada um/uma de uma forma diferente, a minha veio através da leitura de escritas de mulheres negras, que teve como ponto de partida um texto escrito por Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana, no livro: “Os perigos de uma história única”, a leitura fez parte do conteúdo do curso de Especialização *latu senso* em Gênero e diversidade na escola, do Núcleo Mulher e Cidadania, na Universidade Federal de Alagoas, no ano de 2015, naquele momento, o texto foi essencial para fertilizar o solo do pensamento crítico que vinha cultivando, pois nas reflexões que autora fazia entendi que a realidade se apresenta múltipla, exigindo instrumentos que efetivamente reconheçam as diversas localizações das pessoas no mundo. As histórias oficiais tendem a corresponder à versão que beneficia o hegemônico, pois quem detém o poder sobre a história foram aqueles que se saíram vencedores na disputa de poder.

Nesse período comecei a perceber como vivia numa nebulosa que me cegava parcialmente, pois, ao mesmo tempo que passava cotidianamente por opressões, não detinha as ferramentas necessárias para compreender e dar nome àquilo que vivia. Foi a partir das leituras e das discussões em sala de aula que comecei a enxergar as minhas amarras e das outras mulheres ao meu redor. Sendo esse o ponto de partida para o segundo encontro.

O segundo encontro significativo para que eu assumisse de vez o meu compromisso ético-político com o combate aos preconceitos e opressões foi quando conheci as mulheres usuárias do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de uma pequena cidade, no agreste alagoano, em que trabalhei por cinco anos. Assumi a função de psicóloga no local após ser aprovada em concurso público municipal. Já conhecia a atuação no CRAS, uma vez que na

graduação tive a oportunidade de fazer um estágio de seis meses em um Centro de Referência de Assistência Social em minha cidade.

Quando comecei a atuar efetivamente no cotidiano do serviço, estava sempre buscando formas de trazer a discussão de gênero e raça para as atividades e atendimentos que fazia, empenhando-me para criar um espaço seguro e acolhedor para todas/os usuárias/os. Mas a memória que quero compartilhar com você, leitora ou leitor, corresponde ao dia em que facilitava um grupo de convivência para crianças, de 6 a 9 anos, ao final da roda de conversa a mãe de uma das crianças se aproximou e, ao me abordar, perguntou se eu era a nova psicóloga do serviço, ao escutar minha afirmação falou: “Você nem parece psicóloga”, fiquei curiosa e perguntei o porquê de não parecer, ela tentando escolher as palavras disse: “Nunca vi psicóloga do cabelo assim cacheado” – percebi que ela se referia ao meu cabelo crespo e pele escura. Respondi que assim como há diversidade entre os seres humanos, com as psicólogas ocorre o mesmo. Ela concordou meio envergonhada e foi embora.

Esse episódio me levou a perceber que estávamos todas fazendo movimentos coexistentes e contínuos de resistências ao contexto social em que nos encontrávamos, o meu movimento de resistência ao embranquecimento se deu através da recusa em utilizar químicas nos cabelos, exibindo-os natural reverberou naquela mulher negra, usuária do CRAS, uma vez que, em suas vivências e experiências no mundo, as mulheres negras não ocupavam tais espaços, fato que causou tal estranhamento. Apesar da existência de políticas públicas educacionais inclusivas e do início da interiorização da Universidade Federal de Alagoas em 2007, para a maioria das jovens pobres e negras da nossa região vislumbrar um curso de graduação é algo da ordem do impossível, pois muitas precisam trabalhar dentro e fora de suas casas para sobreviver junto com sua família, outras se casam precocemente e os companheiros não permitem que elas voltem para a escola, assim como muitas têm filhos, mas não têm acesso a creches e ainda há aquelas que nem ousam sonhar com um curso universitário, pois aprenderam que elas não têm potencial para isso.

Percebi que, durante muito tempo, o medo de falar sobre nós, mulheres negras, calou-me. Fiz-me a mesma pergunta que Grada Kilomba (2019, p. 54) "Como eu, uma mulher negra, posso produzir conhecimento em uma arena que constrói, de modo sistemático, os discursos intelectuais negras/os como menos válidos?", pois sabemos que qualquer forma de saber que se distancie da ordem eurocêntrica de conhecimento tem sido persistentemente depreciada por não ser entendida como uma ciência confiável (KILOMBA, 2019). Em nossas produções não pretendemos a universalidade, mas sim um olhar singular sobre a realidade de quem vive cotidianamente as contradições do sistema capitalista neocolonial. Evidenciamos o mundo

como ele se apresenta para nós com todas as suas vicissitudes, do nosso modo e utilizando as nossas palavras.

Diante de tal consciência pessoal e política percebi que “quando falamos temos medo de nossas palavras não serem ouvidas nem bem-vindas, mas quando estamos em silêncio ainda assim temos medo, é melhor falar então” (LORDE, 2020, p. 102), sabendo dos desafios e das consequências que enfrentaremos quando falamos e confrontamos a ordem hegemônica que determina lugares sociais e seus discursos, afirmo a necessidade de pesquisas e práticas profissionais que se aproximem da realidade política e social das mulheres negras e lhes apoie no caminho de estilhaçar a máscara do silêncio².

Desde o início, demarco que esta escrita caminha na avenida dos afetos, pois nossos olhares somente reparam naquilo que nos toca de algum modo. Eu não poderia me colocar de outro modo numa pesquisa com mulheres negras, uma vez que feitas as devidas ressalvas, vivenciamos semelhantemente várias faces do racismo e do sexismo cotidiano, não posso me manter distante desse sentimento de pertença que estar com essas mulheres evoca em mim e todas essas emoções que perpassam cada letra e ponto deste texto.

Durante o percurso acadêmico somos “ensinadas a acreditar que o lugar do aprendizado é a mente, e não o coração, muitos de nós pensamos que o ato de falar de amor com qualquer intensidade será percebido como fraqueza e irracionalidade” (HOOKS, 2021 b, p. 36), o esforço teórico-metodológico que venho aprendendo com as feministas negras, subalternas e contracoloniais me impulsionam a trilhar o caminho do amor e da proximidade, entendendo a produção do conhecimento como parte do cuidado que precisamos cultivar entre pessoas.

É o ato de olhar que pode visibilizar ou invisibilizar a vida das mulheres negras. A escolha das palavras, livros e epistemologias reflete o compromisso que tenho assumido diante de um contexto sócio-histórico que secularmente relega mulheres negras à condição de coisa, objeto de satisfação da necessidade dos brancos. Nesse sentido, sei que “somos cobradas/os pelo que escrevemos e respondemos por isso” (OLIVEIRA, 2015, p. 432), pois a implicação pessoal e a sintonia moral e ética com as ideias que trago neste texto exigem meu comprometimento.

Quando as dúvidas me assolam e o medo de escrever me toma pelas mãos é na escrita de mulheres negras que tenho encontrado alento e ao me confrontar sobre o porquê tenho me dedicado à escrita e à pesquisa sobre nós, faço a mesma pergunta que a escritora moçambicana,

² Conceição Evaristo utiliza a expressão “estilhaçar a máscara do silêncio” para falar sobre a ação libertadora praticada pelas mulheres negras ao verbalizar suas experiências. Em uma entrevista concedida ao jornal Carta Capital, em 13 de maio de 2017.

Paulina Chiziane: “Por acaso temos direito à palavra? E por mais que a tivéssemos, de que valeria? *Voz de mulher serve para embalar as crianças ao anoitecer*” (CHIZIANE, 2021, p. 68). Nossas vozes têm sido posicionadas nos lugares de menos relevância social, pois se entende que nossas experiências são irrelevantes, conseqüentemente não temos nada importante a dizer. Reposicionar esse discurso tem sido um empreendimento de grande importância para muitas mulheres negras que vêm contestando as hegemonias opressoras, seja desenvolvendo teorias, trabalhando em projetos sociais, na luta ativista em coletivos ou escrevendo literatura.

Fazendo referência a Ida Freire (2014), escrevo para romper silêncios e trazer para o centro pessoas que sempre estiveram às margens, dessa forma, pensar o entrecruzamento da minha vida com as vidas das mulheres negras usuárias do CRAS é um exercício importante, pois é com elas que tenho refletido sobre os lugares que ocupamos e como nos movimentamos para resistir às opressões interseccionais que querem nossa morte. Depois de tanto tempo silenciadas acreditamos que nossas experiências não são relevantes. O grupo de mulheres do CRAS foi o espaço que me permitiu mergulhar profundamente nas contradições de uma política pública que existe exclusivamente porque as desigualdades sociais são tão intensas que criam realidades totalmente diferentes para cada pessoa, pensar a partir da equidade nos permite não homogeneizar todas as usuárias e usuários da assistência social, mas promover justiça.

Advertida por Audre Lorde (2020, p. 52) “Meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você”, penso em todas às vezes em que meus silêncios me sufocaram e se transformaram em febres e dores pelo corpo, e desde então entendo que a única saída que temos é escrever e falar “[...] porque sempre há aquele pedacinho dentro de você que quer ser posto para fora” (LORDE, 2020, p.53) e é nessa necessidade que me agarro quando me deparo com a dificuldade de transpor para o papel os meus pensamentos e sentimentos. É preciso coragem para falar quando nossas vozes não são bem vindas, são nesses lugares que elas são mais necessárias.

Val Flores (2010, p. 33) diz que “a palavra é o destino de quem recusa o cativeiro” e é nessa recusa que tenho produzido dentro do espaço acadêmico, pensando modos de (re)existir no mundo e fazer com que nossas presenças e saberes não sejam apagadas pelas violências étnico-raciais e de gênero. Em um exercício cotidiano de afirmar politicamente existências e abrir espaços para nossas presenças no mundo dominado por homens brancos patriarcais seja possível, resistimos aos apagamentos históricos e violentos que são impostos aos homens e mulheres negros/as nesta cultura, produzindo vidas militantes e afirmando nossos valores, como nos foi ensinado por nossos/as mais velhos/as.

Quando Glória Anzaldúa (2000) nos diz para escrever sobre o que nos liga à vida, compreendo o quão nobre é o ato de visibilizar através da escrita a realidade vivida, dando o devido valor que nossas experiências têm e que faz com que a história seja contada a partir daqueles/as que perderam suas terras, suas liberdades e suas vidas. Evidenciando também uma história de lutas por uma sociedade mais justa, pelo fim das violências em todos os âmbitos, escrevo para que não sejamos mais silenciadas, pois só nós sabemos o quanto dói a censura e o desdém que nossas falas provocam.

Diante de um cenário de extrema pobreza, exclusão social, racismo e sexismo, Carolina Maria de Jesus escreveu em seu livro Quarto de Despejo (1960) que não gostava do mundo como ele é, por isso, pretendia modificá-lo, nesse momento de escrita consigo perceber que optei pela área da Política Pública de Assistência Social, porque, assim como a autora, não consigo aceitar o mundo como ele é, cotidianamente mobilizo os conhecimentos que possuo e toda a minha sensibilidade para, de forma assertiva, combater as injustiças que insistentemente subalterniza pessoas pretas e pobres.

É Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, Patricia Hill Collins, Angela Davis, Aude Lorde, Gloria Anzaldúa e Grada Kilomba que apontam a escrita como ato de rebeldia, de denúncia da realidade que nos mata no corpo e na subjetividade e é com elas que tenho seguido neste lugar acadêmico que me encontro. Então, mesmo quando baixamos os nossos olhos, cerramos os nossos punhos e bocas, não se trata de resignação e subserviência, mas de resistência e sobrevivência.

Sinto que não escrevo para os cânones da academia, mas para as mulheres que, como eu, preocupam-se sobre qual tipo de mundo deixaremos para as próximas gerações, pretendo deixar registrado nessa escrita que não vão nos calar, que, mesmo sendo um processo difícil e doloroso, nós continuaremos ocupando espaços e colorindo a história com os nossos tons, caminharemos pelos espaços que disseram que não poderíamos andar. Então, neste momento, essa escrita é um instrumento de amplificação de tudo aquilo que nós, mulheres negras do agreste alagoano, estamos colocando em pauta e demandando da universidade e do conhecimento que nela pode ser produzido.

Esta dissertação está dividida em três capítulos, no primeiro faço uma discussão acerca do percurso da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), partindo da instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e das vivências enquanto trabalhadora do SUAS, enfatizo as ações de proteção social básica e de sua lógica de proteção territorializada ofertada às mulheres negras, fazendo recorte da oferta de proteção social durante a pandemia de COVID-19. Apresento algumas reflexões feitas a partir da leitura e análise documental de Cadernos e

Cartilhas de orientação produzidas pelo ministério da Cidadania uma vez que estes conhecimentos embasam as atuações profissionais dentro dos serviços e afetam diretamente o modo como as mulheres que buscam o serviço são atendidas.

No segundo capítulo, a escrita nos leva a refletir sobre a construção teórico-metodológica da pesquisa, começamos pensando a estrutura, aquilo que dá sustentação a escolha dos instrumentos teóricos-metodológicos, pois entendo que não há como produzir um percurso metodológico sem uma boa compreensão do que lhe dá fundações. Para isso, proponho-me a discutir conceitos e experiências a partir da compreensão de ciência das feministas subalternas, contracoloniais e feministas negras, evidenciando o campo de saber que vem sendo produzido a partir da necessidade de afirmar discursos e narrativas secularmente subalternizadas. No Terceiro capítulo, você encontrará muita afetividade, pois foi a partir da produção de escrituras que lhes apresento as minhas companheiras de pesquisa, suas histórias e nossas narrativas, descrevendo e analisando a partir dos conceitos ofertados pelas autoras e autores comprometidos com a desconstrução do colonialismo, com o antirracismo e com as práticas feministas, destas reflexões pude “vislumbrar novos atos estéticos alternativos e de resistência” dentro da minha escrita (HOOKS, 2019 c, p. 282).

2 PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: DE MÃOS DADAS NO ABRIR E FECHAR DE PORTAS

É de singularidade que essa escrita tem se construído, cada palavra doa seu sentido ao texto e nos permite avançar nesse mundo agridoce que é o da escrita acadêmica. Transponho para estas páginas reflexões do vivido, do lido e do sentido, porque sendo trabalhadora do SUAS me encontro socialmente posicionada em um campo de forças políticas e sociais que reconhece a necessidade do governo brasileiro de se responsabilizar pela pobreza que o próprio sistema capitalista gera. Garantir direitos é garantir o exercício de cidadania e consequentemente afirmar a vida.

Falar de dentro, do chão das unidades da Rede Socioassistencial exige que eu relembre todos os dias a importância de construir uma prática profissional entrelaçada ao compromisso social assumido pela psicologia com a sociedade brasileira desde o final da década de 1980 (BOCK et al, 2007). Este compromisso assumido se inicia na graduação e precisa ser constantemente evocado, repensado e reforçado, pois ideias rasas e generalistas sobre a pobreza e as desigualdades sociais são tentadoras, é muito mais fácil apontar as limitações das famílias atendidas e eleger culpadas/os individualmente a se lançar no exercício exigente que é fazer uma aprofundada análise de conjuntura sobre a realidade vivenciada pela população atendida.

Em uma breve visita a uma unidade de atendimento da Política Pública de Assistência Social é possível perceber que a maioria das pessoas que acessam os serviços e benefícios ofertados nesses lugares são as mulheres negras, dados do Cadastro Único para Programas do Governo Federal (CADÚNICO, 2021) corroboram a nossa percepção informando que 75% das responsáveis familiares, beneficiárias do programa de transferência de renda do Governo Federal, renomeado recentemente de Programa Auxílio Brasil, são mulheres negras. Se acessarmos informações sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC) essa porcentagem aumenta consideravelmente.

Diante disso, não podemos cometer o erro de homogeneizar as demandas e as/os usuárias/os da Política Pública de Assistência Social, pois dessa forma reforça-se as desigualdades sociais e as violências contra as mulheres negras, maioria nos atendimentos, maioria das vítimas de violência, maioria mais pobre deste país (IPEA, 2019). Ao enxergar as iniquidades produzidas pelo racismo e pela herança da escravização, a psicologia precisou se lançar em novos espaços e desconstruir seus preconceitos para poder construir práticas e saberes que dialogam com essas realidades.

Os campos da Psicologia e da Política Pública de Assistência Social são marcados pelo pensamento colonial que legitima diversas formas de violações sexistas e racistas, colaborando, muitas vezes, com a manutenção de discursos universalizantes que auxiliam a estratificação social e as violências que deles decorrem. Levando em consideração que o exercício profissional não é ingênuo e possui orientação ideológica, o Código de Ética profissional do psicólogo (CFP, 2005, p.7) traz como um dos princípios fundamentais: “VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código”, reconhecer as desigualdades de gênero, étnico-raciais e de classe se torna condição *sine qua non* para produzir conhecimentos e práticas transformadoras da realidade.

Maria das Graças Gonçalves (2010), nos lembra que a psicologia participou ativamente das discussões para a construção da Constituição Federal de 1988, que trouxe vários ganhos para os direitos das mulheres e demais categoriais secularmente estigmatizadas, isso nos diz muito sobre os rumos que a profissão vem tomando ao longo desses anos, pois foi nesses espaços que o compromisso social foi fortalecido.

Nesse contexto, a prática profissional da psicologia na política pública de Assistência Social precisa considerar os diversos fatores que incidem sobre as pessoas e os territórios referenciados, como o racismo, o machismo, o classismo e as relações de poder para contribuir efetivamente para a construção de cidadania e autonomia.

As opressões atingem as pessoas de formas diferentes, por isso é preciso articular os saberes de cada campo do conhecimento para criar uma sociedade mais justa com as mulheres negras. Esse é o caminho que estamos apontando neste texto, sendo necessário o exercício diário de reflexão crítica sobre o lugar que cada uma/um ocupa e quais são os privilégios que sustentam sua cumplicidade.

Neste ano de dois mil e vinte e dois, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) fez dezessete anos de existência. Apesar de todos os desafios que essa vida curta tem enfrentado, posso dizer que sua história é bem longa, pois acompanha uma série de lutas sociais em defesa da vida e dos direitos humanos. Esse sistema – o SUAS - que foi desenhado para organizar a política pública, de modo a descentralizar as ações e permitir a sustentabilidade de governança, se mostra cada vez mais imprescindível para a população brasileira, apesar de todos os ataques à sua existência.

A partir de uma gestão governamental comprometida politicamente com a garantia de direitos da população mais pobre, foi feita a pactuação federativa de regulamentação e

implementação do SUAS, de acordo com as orientações da Norma Operacional Básica, documento que disciplina a organização e oferta dos serviços e benefícios da assistência, a partir das pactuações entre as três esferas de governo, Federal, Estadual e Municipal, foi reordenado o direcionamento de ações às peculiaridades do Sistema e da população atendida por ele cotidianamente.

Como trabalhadora e estudiosa do SUAS, preciso evidenciar que a guinada conservadora neoliberal iniciada em 2016, e ampliada pelo atual governo, representa profunda mudança de paradigma sobre a garantia de direitos sociais e sobre o papel do Estado brasileiro no combate às desigualdades sociais. A nova agenda econômica ultraliberal sinaliza para o desmonte do estado de bem-estar social e para a retirada de direitos consagrados pela Carta Magna, sendo esse o ponto central que precisamos refletir e nos articular enquanto pessoas interessadas em garantir o SUAS.

Posto isso, saliento que as garantias constitucionais vão sendo desmanteladas, tendo seu início com a famigerada Emenda Constitucional nº 95/2016, que prevê o congelamento das despesas primárias do orçamento por 20 anos, exclui da conta as despesas financeiras. Ou seja, o pouco que é investido nas áreas sociais fica congelado por 20 anos, enquanto os gastos que engordam as contas dos banqueiros e especuladores podem aumentar indefinidamente. São essas as contradições do sistema que precisamos compreender, principalmente no que tange as intersecções entre raça, gênero e classe, que se conjugam e conferem maior vulnerabilidade para mulheres negras.

Sem orçamento a política pública não tem como se sustentar e atender a população que dela necessita, por isso, como suspiro de esperança entre as defensoras e os defensores do SUAS, vem sendo feita uma articulação política com o objetivo de aprovar a PEC nº 383/2017, que destina 1% da Receita Corrente Líquida para a gestão e os serviços do SUAS. A vinculação proposta asseguraria aproximadamente R\$7 bilhões por ano para o sistema, o que traria estabilidade, condições de planejamento e ampliação da capacidade de atendimento. Com recursos assegurados para o adequado funcionamento, o SUAS se tornaria efetivamente uma política de Estado e finalmente chegaria de fato a todas/todos que dele necessitam.

Diante da situação da pandemia de COVID-19, o SUAS se viu sobrecarregado com a quantidade de demandas que se apresentaram, principalmente no que diz respeito aos agravos da fome e da inexistência de renda nos lares, também foi preciso encarar o aumento da violência doméstica, do número de crianças órfãs e todas as inseguranças do ponto de vista da saúde e da qualidade de vida que foi perdido durante esses dois anos de pandemia.

Os impactos da crise sanitária são muitos e impuseram as/aos profissionais e gestores do SUAS a necessidade de pensar os modos de se relacionar na comunidade, uma vez que a necessidade do isolamento social colocou em xeque uma das nossas principais searas de trabalho, que é a garantia de convivência. Foi preciso agir rápido e construir novas práticas voltadas para os arranjos comunitários, as relações sociais e suas produções no cotidiano, pois a realidade em que vivem as famílias beneficiárias do SUAS foram as mais afetadas pela emergência de saúde pública.

As populações negras em geral, e quilombolas em particular, foram as mais impactadas pela pandemia de covid-19, conforme demonstram diversos estudos de instituições nacionais como o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o estudo produzido pela instituição mostra que 1,2 milhão de pessoas ingressaram na extrema-pobreza entre os anos de 2019 e 2021, nos alertando sobre os rumos que vem tomando as políticas sociais de inclusão no país (DIEESE, 2021). As condições de trabalho, a exposição a ambientes com maior aglomeração como o transporte público, favoreceram a contaminação pelo vírus, não é à toa que todos os jornais noticiaram que a primeira pessoa a morrer em decorrência da infecção por covid-19 no Brasil foi uma mulher negra, empregada doméstica. Esse fato nos faz entender que “dada a sua posição social, articulada com a discriminação racial e sexual, são elas (as mulheres negras) que sofrem mais brutalmente os efeitos da crise.” (GONZALES, 2020, p. 146), corpos invisíveis e por isso mesmo, desprotegidos.

A estratégia de afastamento social não foi possível de ser adotada por todas/os. Assim como as trabalhadoras e trabalhadores que prestam serviços de manutenção da vida diária das pessoas, as/os profissionais que integram os sistemas de Saúde Pública e Assistência Social não puderam ficar em casa e se protegerem do vírus, nós tivemos que estar cara a cara com o risco de contágio, em algumas situações não dispomos dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados, muitas/os de nós precisou comprar tais materiais, quando seus empregadores não dispuseram. Oliveira e Ribeiro (2021) ao refletirem sobre o fato de as mulheres terem sido as mais afetadas pela pandemia, asseveram que além de todo o estresse da situação vivida, elas tiveram que lidar com a sobrecarga de trabalho dentro de casa também, uma vez que suas crianças não estavam indo à escola e elas precisam ocupar esse espaço.

Em “A cruel pedagogia do vírus”, Boaventura Souza Santos (2020) nos fala sobre a importância de ressignificar o vivido durante a pandemia que ameaçou a vida de todos. Como trabalhadora do SUAS, eu não pude ficar em casa. Passei junto com minhas colegas e meus colegas de trabalho por muitos momentos difíceis, tanto pelo medo do desconhecido, um vírus que os próprios especialistas não conseguiam determinar seu comportamento distinto em cada

organismo, como a perda de colegas de trabalho, usuárias/os e familiares, o aumento da fome, da violência contra as pessoas mais vulneráveis, a desproteção social tomou proporções alarmantes nesses tempos, sendo resultado dessa crise econômica, social e sanitária que nos encontramos. Tivemos que nos articular à distância, nos amparar e amparar nossas/os usuárias/os, aprendemos no dia a dia a ressignificar nossa realidade e assim seguimos em frente, mesmo diante de tantas perdas.

O acirramento das questões sociais reflete sobremaneira na forma como os serviços são ofertados e a quem são ofertados, em um campo que constrói mais e mais desigualdades, a defesa do SUAS é nossa principal fonte de esperança, pois muitas pessoas só conseguem acessar seus direitos a partir do auxílio da Assistência Social. A cidadania vem junto com o conhecimento dos nossos direitos e deveres enquanto brasileiras/os, porém o conhecimento de tais dispositivos ainda está muito restrito a determinadas classes e isso faz com que tantas pessoas neste país se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

Ao se inserir no rol das/os profissionais que compõem obrigatoriamente o SUAS, através da Resolução CNAS 17/2011), a Psicologia é chamada para contribuir com o sistema, tomando como base seus conhecimentos sobre o ser humano, as relações que estabelece e o desenvolvimento humano de forma geral. Nesse sentido, é preciso estarmos atentas/os sobre que psicologia fazemos no SUAS, aqui apontamos como alternativa a proposta da psicóloga Jaqueline Gomes de Jesus (2015) de produzir ciência psicológica sem “patologizar” (JESUS, 2015, p. 209), lembrando que vivemos numa sociedade em que há pessoas sem direito ao próprio corpo, que não são autorizadas a frequentar determinados lugares e sem direito ao básico, que é o próprio nome e identidade. E esse cerceamento das liberdades, muitas vezes, é feito com o aval das Ciências, por determinados/as cientistas (JESUS, 2015).

A autora nos adverte que não podemos ficar inertes diante de conhecimentos e práticas da psicologia que se propõem a desrespeitar a existência das pessoas, assim como não podemos cometer o erro de não contextualizar sócio-históricamente as situações que nos são apresentadas no cotidiano da prática profissional, nunca devemos individualizar problemáticas que são coletivas, pois desta forma estaremos corroborando com a culpabilização das pessoas. Portanto, a Psicologia que produzimos no cotidiano deve interrogar-se frequentemente quanto o seu posicionamento ético, a quem vem servindo e como suas intervenções afetam o mundo e a maneira como as pessoas enxergam a si e o mundo, devemos adotar:

Uma anti-Psicologia, quando fazer Psicologia significa direcionar os olhares de nossos interlocutores (comumente chamados de clientes, usuárias/os, pacientes, sujeitos) para os melhores produtos desta sociedade, os mais

bonitos, os plurais masculinos do progresso universal, espelho do universo dos bem-afortunados. O engano de um tipo de moral que encobre horrores com os mantos da religião, do entretenimento, da academia, entre outros (JESUS, 2015, p. 210).

Estar contra as hegemonias de poder que sustentam as hierarquias no mundo significa estar com “uma Psicologia que ama o humano. Transpira afeto pela humanidade, e não apenas sede de observar e descrever. Conhece pela empatia. Valoriza o choro e o riso” (JESUS, 2015, p. 211), fazer uma psicologia contra as opressões e a favor das pessoas é que nos convoca o SUAS.

Sueli Carneiro (2011) é muito pertinente ao apontar para a psicologia que ela ainda é umas das áreas das ciências humanas que menos têm contribuído para minimizar o problema do racismo, sobretudo para diminuir o sofrimento psíquico que ele provoca, ao fazer isso ela convoca todas/os nós, psicólogas/os, a nos posicionarmos produzindo discussões e práticas antirracistas em qualquer campo de atuação que estejamos, essa deve ser uma questão que atravessa todo o saber psicológico.

No documento intitulado “Relações raciais: Referências técnicas para atuação de psicólogas/os”, lançado no ano de 2017, o Conselho Federal de Psicologia faz o importante trabalho de convocar a categoria a repensar as teorias e as práticas profissionais, bem como os posicionamentos tomados diante do racismo estrutural neste país. Partindo do pressuposto de que a psicologia, durante muito tempo, utilizou seus conhecimentos para corroborar teorias racistas que deram corpus aos discursos de ódio que formaram a elite branca brasileira, neste momento, é preciso reconhecer que o racismo tem permeado as teorias e técnicas psicológicas para desconstruir tais conceitos e reconstruir práticas engajadas e antirracistas.

É importante ressaltar que em 2002 foi lançada a Resolução CFP Nº 18/2002, que normatiza a atuação do/a psicóloga/o em relação ao preconceito e à discriminação racial, documento construído a partir dos textos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Declaração de Durban, da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, e do art. 5º XLII da Constituição Federal de 1988 e pelos artigos VI e VII dos Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional dos Psicólogos (Conselho Federal de Psicologia, 2005), contribuindo para a construção de práticas profissionais críticas e comprometidas com a luta antirracista.

Tanto a resolução quanto o documento de referências técnicas citadas acima são importantes instrumentos de consulta para a categoria, pois os conhecimentos que elas proporcionam, conferem instrumentalidade para que as/os profissionais possam compreender

seu papel no combate ao racismo e seus impactos na subjetividade das pessoas negras, que representam mais da metade da população brasileira. É urgente que a categoria se desvencilhe desse suposto lugar de neutralidade, pois seu silêncio diante do sofrimento humano se caracteriza negligência, precisamos fazer o que nos convoca Sueli Carneiro (2011) que é reconhecer o papel da profissão na construção de teorias e técnicas psicológicas que deem conta dos sofrimentos psíquicos da população negra. Sendo, portanto, a “Escuta e análise dos efeitos psicossociais do racismo, uma vez que as questões raciais devem ser uma temática transversal em todas as abordagens e intervenções da psicologia (CFP, 2017, p.103).

A psicologia que é feita cotidianamente nos serviços do SUAS não pode fechar os olhos diante da realidade que vive a maior parte da população, que é negra e pobre. Sabemos que as desigualdades sociais são gritantes e exigem o nosso posicionamento. É preciso favorecer diálogos contínuos que promovam a conscientização da população sobre sua condição de sujeito de direitos, que coíbam o racismo e outras práticas de violências que impactam diretamente na vida de pessoas pretas e pobres, pois este é o caminho para que a cidadania seja uma realidade possível para mais pessoas.

2.1 Mulheres negras e representação na Proteção Social Básica

Não teria como iniciar este texto de outro modo que não fosse apresentando uma pequena cena que ilustra bastante o que vivenciei durante os anos em que atuei como psicóloga em um Centro de Referência de Assistência Social, localizado no interior de Alagoas. Quantas foram as vezes em que me dei conta de que teoria e prática não estavam se encontrando. E foi nesses momentos que precisei identificar as fronteiras que são impostas às/aos usuárias/os da política de assistência social, pois ainda existem muitos espaços reservados para determinadas pessoas. Glória Anzaldúa (2010) diz que “Para sobreviver às fronteiras você deve viver *sin fronteras*, ser uma encruzilhada” (2010, p.114), mais importante que identificar as fronteiras é transpô-las, subverter as linhas formando um cruzamento, ter escolhas possíveis.

A partir daqui passo a narrar uma cena ocorrida em um dia normal de atendimento no CRAS em que atuei por cinco anos, a partir dela pretendo tecer algumas reflexões entre o vivido e o preconizado em documentos produzidos pelo Ministério responsável por gerir a Política Nacional de Assistência Social.

Era uma tarde quente e abafada de meados de abril, em uma sala espaçosa cor de âmbar, dezoito mulheres conversavam e riam efusivamente, quem vê de fora não compreende que

aquelas risadas e vozes estridentes fazem parte do momento de acolhimento do grupo de famílias do Serviço de Atenção Integral à Família (PAIF), que chamamos de “as violetas”, realizado no CRAS. E a palavra de ordem naquele momento era compartilhar, trazer para aquele espaço as dores e as delícias de ser quem se é.

Diante de todas as conversas empolgadas, foi proposto ao grupo um exercício diferente, iriam formar duplas, e uma delas seria vendada enquanto a outra assumiria a tarefa de conduzir a colega vendada em um passeio pelo prédio, assumindo a responsabilidade pela segurança dela durante o percurso. Ao final conversariam sobre a atividade realizada.

No início, as duplas tiveram algumas dificuldades para seguir o caminho proposto, as palavras não se encontravam, os tempos não eram os mesmos e até os gestos se contradiziam, mas com um pouco de tempo e esforço a adaptação foi fazendo morada naquele ambiente de tal forma que logo se viram com a maior facilidade em dar e receber comandos, de subir ou descer escadas, desviar de móveis, passar em passarela, andar no chão de barro, abrir e fechar portas. Os caminhares sincronizaram finalmente.

Maria sorri e fala para todas que nunca foi de confiar muito nas pessoas, sempre achou que quebraria a cara, como já tinha lhe acontecido antes, mas naquele momento do exercício resolveu tentar e dar um voto de confiança a Terezinha, pois se conheceram no grupo de mulheres e vêm construindo uma boa amizade há algum tempo. E prossegue dizendo que, no fim das contas, percebeu que a vida fica mais fácil quando a gente tem uma mão para ajudar nas travessias difíceis, e confiar nem sempre é questão de escolha, mas sim de necessidade. É pra sobreviver que a gente se junta.

Trouxe essa cena do cotidiano do serviço de proteção social básica para nos instigar a pensar sobre a invisibilidade das mulheres negras nos documentos orientadores da política pública de assistência social, mesmo sendo elas o público majoritário de atendimento, Battistelli, Rodrigues e Cruz (2019) me sopraram alguns direcionamentos ao questionarem a inexistência de documento oficial da política pública de assistência social que discuta a temática do racismo. Elas apontam o fato desse silêncio vir de pessoas brancas, que produzem a política pública a partir de autores também brancos, e essa localização implica fortemente sobre quais assuntos serão debatidos e evidenciados e quais serão esquecidos na seara da assistência social.

Dada a centralidade das discussões de classe dentro da Política Pública de Assistência Social pelos motivos já apresentados anteriormente, proponho-me a discutir a indissociabilidade de gênero e raça quando nos disponibilizamos a pensar sobre a oferta da Política Pública de Assistência Social, tomo como base o documento “Caderno de Orientações para o Serviço de Proteção Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de

Vínculos: articulação necessária na Proteção Social Básica”, lançado em 2016. Esse documento é hoje a referência para pensar a atuação técnica nos serviços de proteção social básica de todo o país.

Me afastando dos processos eurocêntricos e nortecêntricos de validação do conhecimento (COLLINS, 2019), esta análise documental se estrutura a partir da leitura crítica oferecida pelas feministas negras e subalternas, uma vez que compreendemos a atividade da pesquisa como um ato político, atravessado por relações de poder e que em suas produções evidenciam o que lhes é politicamente estratégico para sua manutenção no poder.

O documento apresenta informações sobre o que é cada serviço, conceituando e dando informações sobre o seu funcionamento, indicando o público alvo das ações, como também a organização e operacionalização dos serviços ofertados na Proteção Social Básica (PSB), fornecendo elementos para que gestores municipais e equipes da proteção social básica atuem conforme os conceitos e diretrizes estabelecidos nas normativas vigentes (BRASIL, 2016).

Procedendo à análise do documento, após ler atentamente suas 36 páginas, me vi diante da constatação de que não havia no documento os termos mulher e negra, percebi naquele momento que a ausência de tais termos revela a sutileza com que gênero, raça e classe fazem seu trabalho cotidiano de subalternizar mulheres negras, uma vez que na política pública em que elas são maioria das/os beneficiárias essa realidade é escamoteada diante da utilização de termos que promovem a generalização das opressões sociais. Faço essa afirmativa, pois ao longo da análise do documento percebi que a palavra “diversidade” era recorrente e estava ali para enfatizar a forma como a política pública pensa as questões transversais à classe social. Transcrevo as frases que identifiquei como mais significativas no documento:

É importante que a composição desses grupos preserve a **diversidade** existente no âmbito das relações sociais cotidianas, assegurando a participação de usuários de diferentes **raças/etnias, gêneros**, entre outros, além de garantir a participação das pessoas com deficiência (BRASIL, 2016, p. 14, grifo meu).

Reconhecimento e admiração da diferença: estratégia que permite exercitar situações protegidas em que as desigualdades e **diversidades** podem ser analisadas e problematizadas, permitindo que características, condições e escolhas sejam tomadas em sua raiz de diferença e não a partir de um juízo de valor hegemônico (BRASIL, 2016, p. 14, grifo meu).

[...] o método do trabalho social com famílias não pode basear-se em práticas religiosas, sob pena de desrespeitar a liberdade religiosa dos sujeitos e causar perdas na dimensão ética do serviço. Inclusive, a **diversidade** religiosa pode ser uma questão importante a ser discutida nas ações dos serviços (BRASIL, 2016, p. 14, grifo meu).

Nas três situações apresentadas há a compreensão de que a diversidade compreende tudo aquilo que difere do masculino branco, sendo importante que nos serviços de base comunitária, como são os serviços de proteção básica, haja a compreensão de que a convivência com as diferenças é importante para se manter a pluralidade de visões de mundo no diálogo da política pública.

O documento também aponta o reconhecimento da diversidade como um dos caminhos para ofertar Proteção Social Básica de forma efetiva nas unidades de atendimento, trazendo uma construção de diferenças que se apoie na alteridade e suas reverberações positivas na vida das pessoas. Resguardar o caráter plural e acolhedor da Política Pública de Assistência Social é a principal diretriz que o documento diz seguir ao mesmo tempo em que se isenta de fazer as devidas nomeações do que está se referindo. Ainda na apresentação, somos advertidas de que se trata de um documento inicial, que as discussões apresentadas ainda precisam ser aprofundadas.

De fato, o documento não apresenta discussões sobre a situação das mulheres negras que são atendidas nos serviços ofertados pela proteção básica, usando jogos de palavras que afirmam a importância de acolher a diversidade dentro dos serviços, reconhece a exclusão social e as diversas discriminações de forma generalista, colocando tudo em um saco único. Lélia Gonzáles (2020) é enfática ao dizer que a marginalização das mulheres negras vem do ranço da escravização e desumanização do povo negro, situação que vai além do sistema capitalista e da classe, é um processo histórico, político e social. Quando se homogeneiza tudo usando o termo diversidade, estamos promovendo o apagamento das particularidades com que cada discriminação violenta determinadas pessoas.

Mulheres negras têm sido alvos de vários tipos de violência desde o estabelecimento do colonialismo neste país, servindo aos seus senhores e senhoras numa condescendência considerada exemplar, moldada pelo extermínio de sua cultura, sua língua e o mais importante, sua liberdade e dignidade, essas mulheres têm sido silenciadas e destinadas aos piores lugares da sociedade. De acordo com dados estatísticos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2021) a violência física contra mulheres negras cresceu 2% a mais que a violência física sofrida por mulheres brancas. Nesse cenário é possível entender a construção do corpo negro

feminino como utilizável, matável e esquecido, pois as meninas negras também são as que mais sofrem violência (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2020). Quando uma política pública ignora tais fatos ela está operando a parir do mecanismo da necropolítica em que se deixa morrer determinado seguimento da população através do poder estatal, dada a construção histórica e social de descartabilidade dos seus corpos. Estamos falando de corpos que vieram a este país somente para trabalhar, em nenhum momento estes corpos negros foram bem vindos nestas terras (MBEMBE, 2018).

Quando tais cadernos de orientações não trazem explicitamente discussões sobre a conjugação de classe, gênero e raça no aprofundamento das situações de opressão e vulnerabilidade das mulheres negras, mediante a existência de uma massa considerável de estudos que mostra que elas são as mais vulneráveis dentre os vulneráveis, é preciso que se assumam uma posição ativa e ativista de visibilizar essa situação e cobrar a quem de direito as medidas necessárias para que consigamos chegar à tão sonhada equidade nas políticas públicas de Assistência Social. É necessário que se erga a voz (HOOKS, 2020).

3 MULHERES NEGRAS REPOSICIONANDO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos. Conceição Evaristo, [entrevista concedida à Júlia Dias Carneiro, BBC News]2018.

Nesse ato de atrevimento que é dar sentido ao mundo usando palavras, escrever sobre o conhecimento, neste texto, é celebrar a força das mulheres negras que ousaram colocar o mundo dos homens brancos patriarcais em perspectiva e eleger outros modos de conhecer. Sabemos que se não fosse por sua força e perspicácia não estaríamos aqui refletindo sobre epistemologias diversas que se produzem a partir do reconhecimento ontológico da/o outra/o não branco, pois o diálogo de ideias somente é possível quando há o reconhecimento da/o outro/a como ser humano/a semelhante.

As escolhas epistêmico-metodológicas que faço nesta dissertação se assentam em teorias e práticas que se desenvolvem com o objetivo de visibilizar existências e romper com conhecimentos que se pretendem hegemônicos, pois reconhecemos que nenhuma de nós pode falar por todas nós, os espaços de fala e de validação de conhecimentos precisam ter circulação de mais pessoas e de suas experiências.

Reconhecer e assegurar a diversidade feminina no campo da produção do conhecimento é um debate que vem sendo desenvolvido por feministas há algum tempo, para isso quero apresentar a crítica das feministas subalternas à ciência moderna androcêntrica, bem como a teoria e prática contracolonial na compreensão das hierarquias sociais, construindo, assim, uma forma privilegiada de conhecer a realidade e produzir conhecimento tendo como ponto de partida o reconhecimento da estrutura colonial presente nas sociedades ocidentais.

Há algum tempo venho fazendo, continuamente, o exercício de perguntar às pessoas a minha volta se elas já leram algum livro escrito por uma mulher negra, quando a resposta é positiva, pergunto quantos livros ou artigos leram e se utilizam esses escritos em suas produções acadêmicas e práticas profissionais. Para minha tristeza, a maioria responde que nunca leu escritas de mulheres negras e aquelas/aqueles que já leram raramente incorporam tais conhecimentos em seus referenciais teóricos. Esse é o reflexo da forma como se vem construindo a imagem de mulheres negras: seres incapazes para a intelectualidade e produção do conhecimento. Abri esse texto com a frase de Conceição Evaristo para lembrar que as mulheres negras sempre produziram e refletiram sobre a realidade em que vivem, porém o reconhecimento é um privilégio branco.

Assim como minhas/meus amigas/os, eu também não tive contato com escritas de mulheres negras durante muito tempo em minha vida. Somente quando tive a oportunidade de cursar uma especialização em gênero e diversidade pude dimensionar o apagamento das mulheres negras na construção do pensamento intelectual brasileiro. Lélia Gonzáles (1987) e Sueli Carneiro (2020) são perspicazes ao apresentar suas críticas à universalização da experiência feminina, fornecendo as bases para se pensar a partir das características das nossas localizações geopolíticas. Objetivando me afastar desse processo de apagamento a que as mulheres negras e suas produções são submetidas, trago ao longo do texto contribuições de mulheres negras do sul e do norte global, de dentro e de fora da universidade, todas com o mesmo desejo: existir sem a violência colonial, racial e de gênero.

Reconhecer essas vozes que ecoam desde as antigas senzalas ao atual quartinho da empregada é nossa forma de combate nesta pesquisa. Trazer as suas produções para as nossas escritas é escolher pela via da reparação. É preciso centrar as nossas produções numa epistemologia que reúna objetividade e subjetividade (COLLINS, 2019; KILOMBA, 2019), pois em nossas escritas somos inteiras, o que sentimos transborda em cada palavra que escrevemos. A neutralidade é ferramenta hegemônica instituída pela branquitude para naturalizar seus discursos em detrimento dos nossos. Falar sobre produção de conhecimento de mulheres negras nos obriga a falar sobre a branquitude, lugar estrutural vantajoso de onde o olhar do/a branco/a nos sujeita a determinados lugares (BENTO, 2014).

Larissa Pelúcio (2012) evidencia que a ideia de civilização se associa “cientificamente” a ideia de branquitude, transferindo para os corpos as diferenças responsáveis por impossibilitar os não brancos de sermos “nós mesmos produtores dos discursos válidos sobre quem somos” (PELÚCIO, 2012, p. 304). Descolonizar nosso pensamento tem sido um exercício constante de incorporar discursos e epistemologias que se opõem à dominação ocidental, colonial e branca nas nossas escritas, fazendo oposição a visão sexista, racista e classista que reduz a experiência dos povos não europeus a “objetos de estudos marginais e exóticos, mas nunca como território de produção de conhecimento” (CURIEL apud PELÚCIO, 2012, p. 305).

É a partir da produção de seus privilégios que a branquitude demarca os olhares e promove o apagamento dos conhecimentos que não venham de si ou privilegiem sua identidade e sua versão hegemônica da história, estamos falando de “[...] um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo” (FRANKENBERG, 1999, apud CARDOSO, 2010, p. 611), o poder de definir o outro e o lugar que ele ocupa no mundo é a principal marca da branquitude que o autor chama de acrílica, pois não reconhece que secularmente é privilegiado socialmente devido sua cor de pele e característica europeias.

Ao estabelecer hierarquia entre seres humanos e suas produções, através de práticas racistas, genocidas e epistemicidas, a colonialidade se mantém atualizada em modos cada vez mais sofisticados de excluir e deslegitimar aquelas/aqueles despossuídos de privilégio social e epistêmico. Pois as construções epistemológicas eurocêntricas ganharam status de validade e dominação do ecossistema científico³, dizendo o que é e o que não é ciência. Maldonado-Torres (2019) define colonialidade como um conjunto de práticas e pensamentos que subjuga as pessoas colonizadas, pois o poderio desumanizador da colonização nos discursos e práticas sociais se mantém mesmo na inexistência das colônias.

Para compreendermos como as práticas coloniais utilizam as diferenças físicas para subjugar pessoas, Anibal Quijano (2005) explica que o conceito de raça instituído pelas ciências biológicas para diferenciar plantas e animais, foi utilizado pelos patriarcas coloniais para facilitar seu plano de dominação/colonização das américas, uma vez que o primeiro passo para dominar outros seres humanos é dizer que eles são inferiores de alguma forma, mesmo sendo provado que a raça humana é única, não existem elementos biológicos que possam indicar essa diferenciação entre seres humanos, o discurso das raças serviu muito tempo para inferiorizar a população não branca. O professor Kabengele Munanga (2017) reforça essa posição acima nos lembrando que a Europa se impõe como modelo de humanidade sobre os demais lugares do planeta, pois se veem como “o centro do globo, o país natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade” (MBEMBE, 2017, p. 27). Dessa forma, o conceito de raça foi criado única e exclusivamente para garantir a dominação colonial ao redor do mundo.

Lélia Gonzalez (1988) nos ajuda a compreender como a Ciência tem feito o trabalho de manter o poder colonial sobre o conhecimento ao apontar que a Ciência Moderna está alicerçada na hierarquização dos saberes, privilegiando o estabelecimento das epistemologias eurocêntricas, pois o racismo pode ser compreendido “como ciência da superioridade eurocristã (branca e patriarcal)” (p. 226). Com isso, a autora demonstra a ligação entre o colonialismo europeu e a construção das noções epistemológicas (GONZALEZ, 1988), possibilitando o surgimento do colonialismo epistemológico que favorece o racismo e o sexismo epistêmico, desqualificando conhecimentos produzidos por mulheres, principalmente as negras e indígenas (GONZALEZ, 1988; GROSFUGUEL, 2016).

Corroborando com a ideia acima, Grada Kilomba (2019) enfatiza que é através da autoridade racial que a supremacia branca diz quem pode ser sujeito do conhecimento e quem

³ Termo utilizado por Oliveira (2019) para se referir ao campo hegemônico de produção do conhecimento em um mercado global ideologicamente orientado.

pode ser conhecida/o, assim como o que é conhecimento verdadeiro e o que não é. Essa estratégia colonialista de monopolização da verdade científica centraliza as vozes brancas entendidas enquanto neutras e universais ao mesmo tempo em que marginaliza tudo aquilo que não seja branco e masculino.

A negação das vozes e experiências de mulheres e homens negros e indígenas está no cerne da produção do conhecimento moderna/colonial, inaugurada pelas práticas de genocídio dos povos negros e indígenas, no roubo das riquezas dos países colonizados, na apropriação dos aspectos que lhes interessaram da cultura dos dominados. O colonialismo europeu projetou lugares específicos para a população negra, dificultando a circulação, principalmente de mulheres na esfera de poder e conhecimento.

Trazer o pensamento de mulheres negras que contribuíram efetivamente para amplificar nossas vozes e representar o que sentimos e vivenciamos é um esforço necessário para pensar uma sociedade plural. Insurgimos diante de um legado de patriarcas brancos europeus que tentaram a todo custo reprimir nossas vozes, emudecer nossos sonhos, mas nós somos como o rio que acha jeito de passar por entre as pedras.

Quando não permitiram que entrássemos nas universidades nós fizemos músicas, poemas e peças (COLLINS, 2019). A arte foi a forma que encontramos para projetar as nossas falas e experiências no mundo. Nós, as mulheres negras, sempre estivemos aqui para denunciar a realidade que nos oprime. “A subordinação sexista na vida intelectual negra continua a obscurecer e desvalorizar a obra das intelectuais negras. Por isso é tão difícil as alunas nos citarem [...]” (bell hooks, 1995, p. 467), uma vez que fomos ensinadas que as nossas reflexões só serão bem vindas no mundo acadêmico quando referenciamos autores europeus e brancos.

As experiências de mulheres negras têm sido constantemente distorcidas ou excluídas daquilo que é definido como conhecimento. Collins (2019) nos apresenta o pensamento feminista negro e explica que ele tem sido julgado como um conhecimento reduzido e inferior justamente porque parte do reconhecimento da experiência. A autora segue dizendo que as mulheres negras desenvolveram seu ponto de vista característico utilizando formas alternativas para produzir e validar o conhecimento, já que os processos de validação refletem os interesses da nossa antítese, os homens brancos, uma vez que tal esfera é por eles controlada.

Falar sobre produção do conhecimento feminista negro e decolonial neste país não é possível sem trazer as discussões feitas por Lélia Gonzales, formada em geografia, história e filosofia, dedicou-se a explicar o impacto do racismo e do sexismo na vida das mulheres negras brasileiras, ao se descobrir negra, a autora começa a mergulhar fundo nas questões étnico-raciais e de gênero, sempre pensando nossa cultura e seus elementos como formas de

retroalimentação do sistema de dominação colonial. Ela também fez duras críticas ao movimento feminista por não discutir a ausência das mulheres negras e indígenas em suas pautas, evidenciando a necessidade de romper com os feminismos hegemônicos e dar maior ênfase à experiência das mulheres colonizadas e suas reverberações (BARRETO, 2018).

Para Lélia Gonzáles (1988), nós somos um povo amefricano, justificando sua afirmação pelo fato da massiva presença de africanas/os no país. Uma América com um grande contingente de povos negros. Levando em consideração as centenas de pessoas negras sequestradas de suas terras e trazidas para o Brasil, é inegável que as marcas da cultura africana dão importantes contribuições para nossa cultura brasileira, estando essas marcas exibidas no nosso modo de agir e viver cotidianamente. Dessa forma, a autora nos convida a pensar sobre a incorporação dos saberes africanos nestas terras, indicando o *pretuguês*, escurecimento do idioma português falado no Brasil através da inserção de elementos das línguas africanas, difundido, principalmente, através das amas de leite e das mucamas que, em seus atos de “resistência passiva” (GONZALES, 1988, p. 70), ensinavam aos filhos da casa grande a língua inundada do legado preto.

Falar desse continente em que vivemos é falar sobre violência e exploração, por isso, através da escrita militante, Lélia Gonzáles (1988) ensina que estamos falando de uma América que é predominantemente índia e negra, constituída por “povos amefricanos e ameríndios” (GONZÁLES, 1988, p. 21). Dessa forma, “O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua formação ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento” (GONZALES, 1988, p. 73), esse processo minimiza a contribuição e a importância do povo negro vindo da África.

Patrícia Hill Collins (2019) diz que epistemologia é uma explicação extensiva do conhecimento, impregnada pelas relações de poder e que resulta em privilégios para determinadas narrativas. Estamos falando sobre estabelecimento de verdades universais por grupos dominantes, que, utilizando-se dos seus lugares privilegiados, “determina quais perguntas merecem investigação, quais referenciais interpretativos serão usados para analisar as descobertas e para que fim serão destinados os conhecimentos decorrentes desse processo” (COLLINS, 2019, p. 403).

A epistemologia reflete as vinculações políticas e ideológicas de quem a utiliza, pois, como já venho falando neste texto, ela reflete os interesses de quem a produz. Passando por processos de validação que estão ligados ao grupo que detém o poder social. Como forma de ilustrar seus argumentos, Collins (2019) conta que os descendentes de Sally Hemmings, uma

mulher negra escravizada que vivia em poder de Thomas Jefferson, afirmavam que o ex-presidente era pai dos filhos de Sally, sendo esse conhecimento negado por muito tempo pelos descendentes brancos de Thomas, os descendentes negros precisaram esperar anos até o surgimento de tecnologia que pudesse confirmar suas falas, uma vez que o poder eurocêntrico coloca os nossos discursos como não confiáveis. Dessa forma, podemos compreender que a hierarquização de saberes é resultante da classificação racial dos povos, através de políticas de subalternização que resultaram em morte e subjugamento.

Na esteira da colonialidade, os corpos brancos são concebidos como universais que pertencem a todos os lugares, fato que se estende à produção do conhecimento, posicionando os seus discursos no centro (KILOMBA, 2019). Por ser mulher negra em um espaço de trabalho eminentemente branco, já escutei várias vezes que eu não pareço psicóloga, também já me perguntaram se eu realmente trabalho naquele local. Tenho certeza que nenhuma psicóloga branca é interrogada sobre sua identidade profissional ou a sua vinculação institucional, uma vez que a sua cor é seu passaporte para qualquer lugar.

Lembro-me que no primeiro período da graduação cursei uma disciplina chamada “Sociedade, natureza e desenvolvimento”, com a professora Maria Ester, geógrafa e mulher negra, muito inteligente e sagaz, ficava encantada em suas aulas. Ela foi a única professora negra que tive na graduação. Com ela, lemos alguns textos de autores negros, inclusive sobre teorias racialistas e eugenia no Brasil. Até aquele momento, tais assuntos eram invisíveis para todos/as nós, estudantes, só passaram a ser vistos e apontados quando incorporados ao plano da disciplina ministrada pela professora Ester. bell hooks (2017) aduz que a escolha de autoras/es que farão parte da bibliografia de determinado curso são escolhas políticas, reflete os interesses e as narrativas que a professora e o professor se vinculam. Tenho aprendido com Lélia Gonzales (1988, p. 78) que “toda linguagem é epistêmica” e reflete os nossos posicionamentos. Quando a professora Ester escolheu discutir com a turma textos sobre teorias racialistas, ela estava escolhendo visibilizar as narrativas daqueles que sempre foram mostrados como inferiores.

bell hooks (2017) reflete sobre o fato de professoras/es universitárias/os brancas/os se esforçarem muito para criar um ambiente neutro na sala de aula, evitando tocar nos assuntos relacionados a gênero, raça e classe, pois compreendem que tais temáticas desencadeiam discussões acaloradas e conflituosas que geram desconforto ou então escamotear tal discussão com a pretensa “neutralidade”, acarreta o silenciamento de estudantes negras/os que não se sentem seguras/os para falar sobre as suas experiências, pois aquela sala de aula representa um lugar em que sua existência não é bem vinda e nem acolhida.

Estamos diante de uma realidade de disputa de narrativas, pois quando acadêmicos/as brancas/os se colocam na posição de neutralidade e objetividade, posicionando sua experiência no mundo como sendo neutra e apartada da realidade política e social, escamoteia-se toda a construção de poder que gera as desigualdades que moldam a vida das pessoas. A teoria está sempre posicionada em algum lugar, sendo politicamente implicada, portanto ela sempre mostra o ponto de vista de alguém e de seu grupo (COLLINS, 2019).

Os conhecimentos produzidos por homens e mulheres negras foram suprimidos dos centros acadêmicos através do que Sueli Carneiro (2005) chama de epistemicídio, segundo os seus estudos, consiste na anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, chegando ao seu aniquilamento. Esse processo de apagamento do povo negro no campo do conhecimento acadêmico e científico se deu principalmente “pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima” (CARNEIRO, 2005, p. 97). O poderio ocidental branco ao invisibilizar a produção dos povos negros, indígenas e latinos está também matando a sua racionalidade, sua capacidade de aprender, formatando ao seu modo a autoridade do que pode ser denominado de conhecimento.

Dentre todas as estratégias de dominação colonial as mais perversas e eficazes são a destruição e o apagamento dos saberes produzidos pelo/a subalterno/a, das produções e das suas identidades. Feitos através de processos sutis de inferiorização das suas crenças e dos seus modos de viver, este processo suplanta no ideário social a indigência cultural, que se caracteriza pela pauperização das pessoas negras. Às/aos negras/os foi reservado o lugar da miséria, do não acesso aos bens sociais, bem como a subserviência e a subalternidade, imposição violenta do silêncio e dos saberes do dominador como verdade universal e absoluta (CARNEIRO, 2020).

A naturalização das opressões do racismo, sexismo e pobreza são feitas a partir do estabelecimento de generalizações de dominação, Patricia Hill Collins (2019) utiliza o termo imagens de controle, que se refere às ideias que são imputadas às mulheres negras e que permitem que outras pessoas as tratem de determinado jeito. Capturando seus modos de ser no mundo em “pequenas gaiolas”, que condicionam comportamentos a determinados estereótipos que tiram a complexidade da identidade humana de mulheres negras. Também é preciso compreender que “Essas imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana” (COLLINS, 2019, p. 136).

As imagens de controle que foram e ainda são aplicadas às mulheres negras ao longo da história se assentam na figura da ama de leite e da mucama, que desempenha o papel de cuidar das pessoas, que gosta de servir e se anular em nome do bem estar de outrem; temos também a imagem de controle da “mulata”, mulheres sexualmente disponíveis, servindo única e exclusivamente para a satisfação do desejo do homem branco; a imagem da mulher dependente do Estado, que é vista como peso morto social, pois sua subsistência está galgada no recebimento de benefícios sociais e, finalmente, a imagem da “Jezebel”, uma mulher má em quem não se pode confiar, pois a qualquer momento ela pode se voltar contra você e causar ferimentos (COLLINS, 2019).

A autora reforça que o problema com as imagens de controle é que elas balizam as formas como as pessoas se relacionam no mundo e consigo mesmas, muitas mulheres negras que acreditam nas imagens que lhes são atribuídas ficam empacadas em determinado lugar social, sentindo-se impotentes quanto aos seus destinos e os lugares que pode ocupar no mundo. As imagens de controle podem ser positivas como, por exemplo, as imagens de controle para os homens brancos, dizem que eles são líderes, que são mais espertos. O que baliza a forma como as imagens de controle funcionam para determinado grupo é o poder que detém (COLLINS, 2019).

Encontrar um lugar dentro de uma arena que constrói oligopólios de produção do conhecimento foi e continua sendo um desafio para mulheres negras, pois como teoria e prática de libertação feminina, o movimento feminista nem sempre tomou parte das necessidades e experiências da diversidade de mulheres. Ou seja, não refletia os interesses dos grupos considerados subalternos. Por causa dessas dissonâncias de interesses entre o feminismo e as mulheres negras, bell hooks (2019b) aponta a utilização do termo Mulherista cunhado por Alice Walker como oposição ao feminismo, inclusive, a autora acredita que Walker não queria fazer essa oposição, mas sim evidenciar a existência das mulheres negras frente às opressões de gênero.

Quando Chimamanda Ngozi Adichie (2014) conta em seu livro “Sejamos todos/as feminista” sobre ter escutado de uma professora universitária africana que as mulheres africanas que se consideram feministas foram corrompidas pela literatura ocidental, afirmando não haver na cultura africana espaço para tal conceito, está nos lembrando de que é necessária muita minúcia e engenhosidade para compreender que as correntes que amarram as mulheres são diferentes, os danos e as roupagens variam nas diversas culturas e comunidades. Exigindo que o feminismo se envergue para abraçar a todas nós.

Partindo de reflexões feitas por Oyèrónké Oyèwùmí (2018) sobre a categoria de gênero nas comunidades Yorubás, podemos entender que para compreender a categoria gênero é necessário colocá-la sob a perspectiva da experiência africana com as suas especificidades linguísticas e culturais. A autora aprofunda essa questão dizendo que o feminismo, assim como outros grupos que exercem algum poder social, utiliza a categoria gênero para universalizar a experiência de subordinação e opressão, lembrando-nos que gênero é uma construção social, portanto, precisa ser pensado a partir do contexto e das hierarquias estabelecidas pelo sistema imperialista colonial.

Fazendo uma crítica africana ao principal conceito articulador da teoria/pesquisa feminista, asseverando que mesmo tendo uma amplitude global, o feminismo entende que é a “família nuclear ocidental que fornece a base de grande parte da teoria feminista. [...] os três conceitos que tem sido o pilar do feminismo são: mulher, gênero e irmandade apenas são inteligíveis quando se dá atenção especial à família da qual eles surgiram” (OYÈWÙMÍ, 2018, p. 174).

Sendo assim, vemos a distinção de gênero como estrutura fundamental para a performance da família ocidental. Esse modelo de configuração exclusivamente euro-americano, distante da realidade das famílias Yorubás, onde não há marcação de gênero dos seus componentes, as palavras utilizadas para marcar gênero não existem em seu vocabulário, os papéis dos componentes familiares são demarcados pelas formas de união entre as pessoas e pela idade, não pelo gênero.

A partir das contribuições de Oyèrónké Oyèwùmí, no livro “A invenção das mulheres”, lançado em 2021, podemos inferir que a caixa do universal não nos cabe, é preciso reconhecer as particularidades das pessoas e suas culturas, construídas a partir de cosmocepções que se tem do mundo e de como ele funciona, de como cada sentido se apropria dos estímulos recebidos do ambiente e emite suas reações. Quando assumimos uma postura de compreensão e acolhimento com outras cosmovisões, tirando a Europa e seu modo de pensar do centro, podemos perceber a vastidão existentes nos modos de ser e produzir no mundo com muita riqueza. Oyèrónké Oyèwùmí (2019) é bastante assertiva ao evidenciar a necessidade da construção de olhares plurais para as questões de gênero cada vez mais assentadas no chão dos lugares em que as mulheres vivem, posto que a universalização da categoria gera violências, seja pela imposição ou pelo esquecimento. O exercício que a autora propõe é o de quebrar as visões arraigadas que podem prender mulheres e destruir pontes de diálogos.

Como forma de afirmar visões e percepções de mundo distintas daquelas referenciadas pelo feminismo hegemônico, trago os feminismos subalternos para a conversa, pois suas contribuições são bastante significativas para a consciência pessoal e política das mulheres subalternizadas. Cabe informar que o movimento surge do reconhecimento de que uma visão hegemônica jamais dará conta da diversidade de mulheres e de ambientes por elas habitados. A forma como cada mulher enfrenta as opressões patriarcais está diretamente relacionada a condições econômicas, políticas, sociais, raciais e regionais, portanto, universalizar a categoria mulher é negar a própria construção social do gênero (BALLESTRIN, 2017).

É a partir dos anos 1980 que os feminismos subalternos, sob os termos Feminismo Terceiro-Mundista e Pós-Colonial, passam a ter maior expressão no campo da produção do conhecimento. Todavia, a junção entre pós-colonialismo e feminismo desempenha papel muito importante no fortalecimento crítico e teórico do movimento, além de possibilitar a construção de formas alternativas ao projeto colonial/moderno.

A diversidade de correntes teóricas dentro do movimento feminista só é possível por sua capacidade de autorreflexão e autocrítica, pois reconhecer os seus limites e repensar conceitos são atividades importantes para a manutenção de um pensamento que pretende se desvincular das diversas formas de opressão. Diferentes autores/as explicam que a existência de uma divisão global do trabalho “reproduz a lógica da geopolítica colonial e neoliberal: é do Norte global onde a criação de teorias com pretensões universais e explicativas são exportadas, estimulando um complexo processo de dependência acadêmica” (BALLESTRIN, 2017, p. 1035).

A alternativa encontrada para subverter a hegemonia das teorias universalistas do norte global foi o estabelecimento de uma Epistemologia do Sul, ao reunir diversos pensamentos e tradições populares de resistência, tendo como apoio:

A sociologia terceiro-mundista, as filosofias “latino-americana” e “africana”, o grupo de Estudos Subalternos asiático, o pós-colonialismo e sua abordagem decolonial são alguns exemplos de esforços que trouxeram questionamentos em relação ao eurocentrismo, ao colonialismo acadêmico e ao imperialismo intelectual exercidos pelos centros de produção do conhecimento (BALLESTRIN, 2017, p. 1036).

A proposta dos feminismos subalternos é a de pensar a partir daquelas que não têm sido escutadas dentro do feminismo hegemônico, pautando quase que unicamente a realidade das mulheres brancas da elite. Sair de conceitos que restringem a experiência feminina, tendo em vista a existência de diversos fatores condicionantes da situação pessoal de cada mulher.

Luiza Bairros (2020), ao revisitar os nossos feminismos, aponta que os conceitos “mulher, experiência e política pessoal” (BAIRROS, 2020, p.252) têm sido utilizados para definir uma coletividade e seus respectivos interesses, tendo em vista que o elemento comum a todas as mulheres continua sendo a luta pelo fim do sexismo. Porém tais conceituações trazem o risco de invisibilizar a raça, a classe social, a sexualidade, o ciclo geracional e demais fatores determinantes da experiência que cada mulher tem da opressão patriarcal.

A palavra feminismo é polissêmica e, dessa forma, incorpora vários entendimentos e posicionamentos ético-políticos, reflete o ponto de vista dos grupos sociais que o produz, por isso, Luciana Ballestrin (2020) nos diz que como todo movimento social, o feminismo também reproduz relações de poder e de desigualdades internas, dessa forma, a necessidade de um constante processo de repensar a si mesmo. Isso implica analisar e debater práticas coloniais, que incidem sobre a vida das mulheres que vivem no sul global, produzindo pessoas alienadas da própria realidade e dos seus direitos.

É nesse contexto que bell hooks (2019 a) vem visibilizar a realidade das mulheres negras, pois quando se fala da experiência da mulher, discute-se a mulher branca e quando se fala da experiência do negro, discute-se o homem negro. Logo, a mulher negra se encontrava ignorada nos movimentos feministas e movimentos negros. Lélia Ganzaes (1988) também fez duras críticas ao movimento feminista, apesar de reconhecê-lo como importante agenciador de direitos e liberdades das mulheres negras, aponta que o movimento negligenciou as experiências e produções de mulheres negras e indígenas colonizadas de suas agendas, reproduzindo acriticamente o feminismo europeu de forma a excluir as mulheres negras de muitas de suas pautas.

3.1 Sobre cactos e flores que nascem no asfalto: mulheres negras e nossas resistências

“É nas coletividades que encontramos reservatórios de esperança e otimismo.”
Angela Davis

Sendo neta das minhas avós e filha da minha mãe fui ensinada desde cedo que é imprescindível olhar o mundo com olhos esperançosos, olhos que buscam a profundidade das situações e das pessoas, que não se contenta com o raso, que não se acostuma com as adversidades, mas que resiste buscando sempre novas formas de estabelecer diálogos, de renovar fazeres, em suma, em nossa casa, temos uma política interna de olhar a vida pelo prisma da resistência. Não falo de um otimismo vazio, que se despedaça ao menor sinal de infortúnio,

pois não o é, trata-se da força vital que corre dentro de cada mulher negra e nos permite seguir em frente depois de cada golpe recebido.

Foram nesses ensinamentos que aprendi a ser cacto na seca e a florir no asfalto, pois não importa o lugar em que estejamos sempre encontraremos desafios à nossa existência. As geografias, as localizações, a fé que se professa e principalmente a aparência que temos nos acrescenta vulnerabilidade, pois o olhar branco colonial nos ler como seres de falta, mas também é a consciência desse estado vulnerável que exige ação e inscreve potência, na medida em que exige uma postura ativa para enfrentar o discurso do opressor. Nos ensinamentos de bell hooks (2021b) o caminho possível apresentado pela autora para encontrarmos enfrentamento é a construção de **“comunidades de resistência”** (HOOKS, 2021 b, p. 129), espaços de trocas efetivas, onde o acolhimento e o sentimento de pertença são essenciais para que as pessoas negras possam manter firme a capacidade de aprender, ensinar e cultivar esperança da transformação social, reconhecimento e afetividade, mesmo em ambientes hostis.

Quando nos propomos a pensar sobre relações interpessoais e comunitárias é imprescindível convidar Sobonfun Somé para a conversa, ela nos diz, dentre tantos ensinamentos, que “a comunidade é uma base na qual as pessoas vão compartilhar seus dons e receber as dádivas dos outros” (2007, p. 35), desse modo, temos nas palavras da autora o espaço físico e emocional onde se pode aprender e ensinar resistências, pois compreender o verdadeiro sentido da comunidade se encontra em saber reciprocidade. Somente assim se pode combater o pensamento capitalista pós-colonial que insiste nos afastamentos e em instituir relações galgadas no domínio e cooptação dos bens materiais e imateriais dos outros.

Desse modo, a palavra resistência recebe um sentido imperioso, que é o de esperar⁴, capacidade de acreditar naquilo que os nossos olhos ainda não enxergam, mas que, de alguma forma, sabemos que necessitamos dessa esperança para viver, apaziguar as dores que a existência nos impõe. Essa tenacidade na busca pela autorrealização, pelo autoamor e pela construção de comunidades fortalecidas no bem comum são alicerces na construção de saberes e práticas cada vez mais inclusivos, pois a certeza que temos é a de que o caminho se faz caminhando e para avançar precisamos sair do lugar comum.

Se hoje estou aqui dialogando com teorias e pensando o mundo criticamente é porque tive uma comunidade que me deu suporte e me encorajou a não ser mera espectadora do mundo e aceitar acriticamente a realidade. Quando penso em comunidade vários rostos surgem em minha mente, especialmente de minhas avós materna e paterna, pois foram elas, juntamente

⁴ Paulo Freire utiliza a palavra esperar no sentido de ter esperança e avançar, não de esperar imóvel ao que pode acontecer.

com meus pais, que, desde pequena, ensinaram-me que o mais importante do mundo são as pessoas.

Vovó Gilzete, mãe de meu pai, foi uma mulher negra muito atuante em nossa comunidade, lembro-me das campanhas de arrecadação de alimentos que fazia para ajudar as/os mais pobres, e de que eu a acompanhava em suas visitas aos/às doentes e aos/às idosos/as. Lembro também que ela sempre me dizia: “minha flor, quem não nasce para servir, não serve para viver” (sic), naquela época não entendia direito o que queria me ensinar, mas hoje sei que me passava uma importante lição: pensar o coletivo é de suma importância para a nossa sobrevivência. Em suas palavras e gestos me ensinava sobre a importância de não aceitar a realidade opressora e fazer aliados na luta por uma sociedade mais justa. Infelizmente, um câncer de estômago nos levou vovó Gilzete, mas seu legado de amor e sensibilidade está comigo a cada passo que dou.

Apreendi a contar histórias com minha avó materna, vovó Zefinha, uma mulher branca, que me ensinou também a importância de subir e levantarmos umas às outras (DAVIS, 2017). Como exímia contadora de histórias, vovó Zefinha me contava várias histórias sobre sua avó, minha bisavó Ana Silvestre, uma mulher branca que nasceu no interior de Pernambuco, mas que se muda com a família para o estado de Alagoas fugindo da seca e da fome, sendo uma mulher muito independente para os padrões da época, vovó conta que ela desafiou as ordens do pai e aprendeu a amansar/domar cavalos, ofício exclusivamente masculino. Bisa Ana ensinou para as suas filhas e netas que o nosso fazer no mundo é derrubar as limitações impostas pelo patriarcado, que não podemos ficar inertes diante do machismo que nos oprime. Hoje minha avó está passando por um processo demencial, que a faz falar e rir pouco, fixo os olhos em seu semblante e procuro a minha avó que ria fácil e contava muitas histórias, que não media esforço ou distância para estar com as/os filhas/os e netas/os, pois sei que ela ainda está lá nos recantos de sua memória.

Inserir minhas avós e nossas memórias neste texto é fazer o exercício que aprendi com Ida Freire (2014) que, ao articular as histórias de vida de suas ancestrais a partir do prisma teórico de Hanna Arendt, produziu o que chama de texto-existência, uma escrita que apresenta como um entrançado de fios, “um ato de reconciliação” (2004, p. 5) entre sua história de vida e de suas ancestrais. Segundo a autora, o fio ancestral que passa pela vida dela também passa por suas avós e mãe. Ao trazer minhas avós para o texto, marco que não escrevo apartada da minha experiência pessoal, essa é a forma que encontrei para falar sobre os encontros que encorajam e que afirmam a ancestralidade como significante no processo da escrita, que não é

uma ação solitária, os conhecimentos e a sabedoria que disponho me foram passadas por aquelas e aqueles que me antecederam.

Quando reconhecemos a ancestralidade em nossos fazeres e saberes rompemos com a lógica de desvalorização do não moderno, compreendemos que a experiência e os sentimentos se fundem nas construções do nosso pensamento. Existe um provérbio iorubá que diz “se quer saber o final, preste atenção no começo”, nossa história não começa com dor e a subserviência, mas com majestade e comunidade. Aprendi com aquelas que vieram antes de mim que preciso me posicionar e dar respostas aos preconceitos que a sociedade racista e sexista sustenta sobre as mulheres negras, pois é somente assim que construiremos um horizonte de igualdade para todas e todos.

Compreender que fazemos parte de comunidades e que cada uma delas é importante para enfrentar as dificuldades do cotidiano e seguir em frente na construção de novas concepções e olhares sobre o mundo é confrontar o poder que continua subjungando as mulheres (HOOKS, 2020b). Ser indiferente às dores que cada mulher negra carrega é ser cúmplice de um genocídio que vem encruado na história desse país por séculos.

Fazendo esse exercício de memória que é escrever, resgato a memória da emoção que senti ao ler pela primeira vez o poema “Ainda assim eu me levanto” de Maya Angelou (1978), foi uma leitura que me transportou para um lugar diferente, não sei se é possível explicar com palavras a sensação estranha de dor e satisfação que encontrei naquelas frases oferecidas pela autora, só sabia que aqueles estrofes conversavam comigo, com as dores coletivas que se misturavam em pensamentos e memórias guardadas.

Como uma porta voz das nossas experiências, a autora conseguiu traspor para o poema a potência do levantar das mulheres negras: “como a lua e como o sol no céu, com a certeza da onda no mar, como a esperança emergindo na desgraça, assim eu vou me levantar” (ANGELOU, 1978, p. 68), foi a certeza na resistência que nos permitiu não quebrar diante das atrocidades da escravidão e que vem nos ajudando a despertar da ficção colonial criada para aprisionar mentes e direcionar o poder para determinadas mãos. O chamado da autora é para que nós, mulheres negras, encontremos a cada dia aquilo que nos mobiliza a lutar por novos horizontes, para que as crianças negras possam habitar um mundo em que sua cor de pele e suas características negroides não as coloquem em desvantagem e em situação passível de violência racista.

Resistir é verbo de ação e se traduz nas nossas andanças pelo mundo concreto e simbólico, nas relações interpessoais galgadas na materialidade das opressões, por isso, fazer resistência é também contestar a colonialidade de gênero, que, segundo Lugones (2018),

materializa-se na padronização das mulheres aos ditames do branco colonizador. A resistência se dá de forma coletiva e envolve processos endógenos e exógenos, de modo que essa postura tem que acontecer de dentro e ser correspondente a todo modo de viver. As comunidades constroem mais possibilidades de resistência do que as pessoas individualmente, de modo que a resistência é passada em mãos, na prática e na produção do cotidiano, não é apenas no discurso que a resistência acontece, mas também na comunhão das ações, de modo a se opor aos preceitos e à lógica da colonialidade (LUGONES, 2014).

Aprendemos com Sojourner Thrut, em seu discurso na Convenção dos direitos da mulher, em 1951, nos EUA, que é importante compreender e apontar as amarras que nos prendem, pois são elas que fazem da categoria mulher um espaço de grande diversidade de corpos e de vivências, por isso, adotamos medidas diferentes para enfrentar problemas distintos, amplificando vozes emudecidas, andando por outras vias e contando as histórias pelo nosso ponto de vista. É no confronto das palavras e dos gestos silenciosos que a resistência se fortalece.

O convite que te faço nesta escrita é o de abriremos a janela da contracolonização, termo que o intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos (2014) vem utilizando para descrever as “várias estratégias, práticas de subversão e experiências de enunciação, que precisam ser reconhecidos no imaginário científico enquanto autônomos, legítimos em seus projetos de sociedades e de civilizações” (SANTOS, 2014, p. 36). A alteridade das existências é nosso bem maior no fazer pesquisas, pois somente quando afirmamos aquilo que nos diferencia dos demais sem medo é que promovemos práticas de liberdade. Dessa forma, pensar as resistências de mulheres negras exige que pensemos também em **contranarrativas**, naquelas que ficam muitas vezes nas entrelinhas do que se escreve, na melodia transgressora que traz o ritmo dos tambores de candomblés em um samba-enredo que faz honrarias às conquistas dos jesuítas no Brasil (SIMAS, 2020).

O mundo fica maior quando nos abrimos para a sua imensidão de possibilidades, quando vemos no coletivo o poder de transformação, conseguimos enxergar que não andamos sós. Sentimos a necessidade premente de nos “aquilombar⁵”, encontrar espaços de identificação e acolhimento, seja no presencial, no on-line, síncrona ou assincronamente, não importa a ocasião, é necessário ouvir e estar aberta a sentir o que as experiências de outras mulheres têm para nos ensinar. Através da leitura, Chimamanda Adichie me mostrou a importância das histórias para a formação de quem somos, Audre Lorde me ensinou sobre coragem e força,

⁵ Compreendo a partir dos ensinamentos de Beatriz Nascimento (2021) o aquilombamento como forma de resistência e organização coletiva de pessoas negras, reafirmando identidade étnica-racial e liberdade.

Octavia Butler me fez ver outros mundos possíveis, Conceição Evaristo me acalentou, bell hooks me fortaleceu, Patrícia Hill Collins me ajudou a ter maior compreensão do mundo, Sueli Carneiro me ensinou a denunciar, Lélia Gonzales me ensinou que ser mulher negra no Brasil é uma conquista.

3.2. A pesquisa como resistência para mulheres as negras

Ao me lançar nesse desafio que foi produzir uma pesquisa feminista, negras e contracolonial, começo a compreender o que Nilma Lino Gomes (2010, p. 494) soprou em meus ouvidos: “pesquisadores/as negros/as têm como objetivo em suas pesquisas dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silêncios e omissões em relação a determinados grupos sociorraciais e suas vivências” (GOMES, 2010, p. 494), posicionamos nossas pesquisas no campo das resistências, pois é através delas que reafirmamos a importância das vidas negras.

É importante reconhecer que, mesmo ainda em número muito pequeno se comparado ao número de escritoras/es e pesquisadoras/es brancas/os, os/as intelectuais e escritoras/es negras/os, na contemporaneidade, têm se posicionado de modo a “indagar a produção do conhecimento acadêmico e o lugar ocupado pelo outro, pelo diferente e pelas diferenças”, como bem afirma Gomes (2010, p. 495). No entanto, numa sociedade racista e sexista como a brasileira, reconhecer uma mulher negra como intelectual é se posicionar contra um sistema de opressão que insi em invisibilizar e subalternizar essas mulheres.

Hoje percebo que ser a intelectual não diz respeito apenas a lidar com ideias, mas sim lidar com ideias, transgredindo fronteiras discursivas, porque vê a necessidade de fazê-lo, uma vez que se preocupa em relacionar suas ideias à uma cultura política mais ampla, como bem afirma Hooks (2005, p.468). Ser intelectual é mais que construir teoria, é pensá-la a partir de um lugar que efetivamente possa promover uma revolução, desestabilizar os solos seguros por onde andam os detentores do poder e que fazem a manutenção do racismo, sexismo e classismo.

Com as autoras e autores que venho pensando o mundo aprendi que ainda que se caminhe responsabilmente pelas ruas da academia, se autointitular intelectual, somente pela atuação comprometida com os cânones acadêmicos é um equívoco, é preciso construir uma trajetória de produção, reflexão e intervenção que dialogue com quem está dentro e fora da universidade, fortalecer os grupos sociais menos visibilizados, construir conceitos capazes de traduzir sentimentos e vivências daqueles que ainda não podem falar por si só.

Dessa forma, cotidianamente construímos resistências dentro das universidades, nas rodas de conversa, nas políticas públicas e no tanque de lavar roupa, uma vez que as resistências negras tem seu início na construção de quilombos, lugares destinados ao cultivo da vida digna e livre, em parceria e com cuidado mútuo. É preciso nos aquilombarmos também dentro da universidade, através do senso de coletividade, onde, em rede, estejamos dispostas a ler, difundir, discutir, citar, atuar sobre mentes e corpos negros que precisam romper com o antintelectualismo tão propagado e incutido em mentes negras e não negras sobre a intelectual negra (COSTA, 2018).

A partir do pensamento de Beatriz Nascimento compreendo que o aquilombamento tem o significado de cuidado, proteção e muito mais:

O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é o recuo quando a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias de destruição (NASCIMENTO, 2018, p. 7).

Seguindo as pistas oferecidas pela autora, nesta pesquisa adotamos a compreensão de que conhecer a realidade das mulheres negras e nordestinas exige um exercício de enxergar profundamente as formas de constituição social deste país, reconhecer as lutas que vem sendo travadas, bem como os espaços de descanso, pois chegar a compreensão de uma realidade específica vem da construção do coletivo, pois em momentos como o que vivemos, em que as crises do capitalismo deslegitimam existências e elegem corpos matáveis, ter um lugar para construir fortaleza e paz é essencial.

A partir do momento em que compreendemos que todos os lugares que ocupamos hoje decorrem de muitas lutas empreendidas por nossos ancestrais no passado, fazemos reflexões sobre a importância do posicionamento, sobre colocar nossas ancestralidades, dores e conhecimentos a favor da resistência. Para que as próximas gerações possam seguir além, e nunca aceitar uma realidade como imutável, é preciso enfrentar as injustiças e encontrar jeitos de defender nossas existências e das nossas comunidades. A clandestinidade de nossas epistemologias nos exige coragem para apontar as contradições daquele patriarca branco que nos diz como cada coisa tem que ser, procurando formas de padronizar o que não se pode padronizar.

María Lugones (2020), nos apresenta várias ferramentas episte-metodológicas e éticas alternativas, que tem como objetivo desestabilizar o modo tradicional de fazer pesquisa, sua

proposta epistemológica de cruzar mundos e afirmar a vida, baseada em “comunidades de camaradas solidárias, comunidades onde a solidariedade horizontal está acompanhada por um compromisso de aprendermos umas com as outras” (Lugones, 2020, p. 76), descartando qualquer posicionamento hierarquizado no modo de fazer pesquisa.

Compreendo que quando estou na comunidade, conversando com minhas companheiras de pesquisa não estou “colhendo dados”, mas sim produzindo conjuntamente as informações que servirão para fortalecer politicamente a comunidade, evidenciando a relevância da integração de cosmologias e experiências das pessoas no pensar o modelo metodológico da pesquisa. Ao nos proporcionar reflexões sobre as “práticas de conhecimento” (LUGONES, 2020, p. 80), a autora explica que elas são construídas nas sensibilidades do cotidiano, como alternativas à modernidade e à produção moderna de conhecimento e que se vinculam ao coletivo.

Assim, a pesquisa, a aproximação com o território, o diálogo com as políticas públicas de assistência social demanda atitudes e pensamentos colados às realidades das comunidades, onde o compromisso abre caminho diante da neutralidade intelectual, pois cada pessoa produz a partir de um determinado lugar e das experiências pessoais que teve, mas que são também compartilhadas socialmente, como nos lembra Angela Davis (2015), o pessoal é político.

A abordagem das práticas de conhecimento das mulheres negras e das comunidades se desenvolvem diante dos instrumentos de artifícios temáticos da investigação que visam promover mudanças, inserir as mulheres negras e outras minorias em espaços que não lhes foram permitidos antes. A ideia de dar igual valor e peso aos conhecimentos subalternizados e excluídos da universidade se abre diante da hierarquização do saber e da fronteira racial e intelectual que impõe o modelo epistêmico moderno/colonial (CASTRO-GÓMEZ, 2007).

Ao utilizar a própria experiência como fonte de conhecimento as feministas negras contracoloniais conseguem visibilizar as experiências compartilhadas por diversas mulheres e ainda assim enfatizar as particularidades dessas experiências (BARRITEAU, 2011), sinalizando para a necessidade de trazer para o centro vozes emudecidas pelas novas roupagens do colonialismo, que insiste em promover hierarquias e moldar subjetividades engessadas nos preceitos neocoloniais. E esse movimento só tem sido possível a partir do estabelecimento de alianças das comunidades e dos grupos subalternizados mobilizados, juntando esforços e estratégias alternativas antineocoloniais, antirracistas, anticapitalistas e antipatriarcais. A ressonância desse movimento nos espaços acadêmicos contemporâneos tem aberto fissuras na hegemonia e interrogando o instituído e promovendo as lutas por visibilidade dos corpos considerados fora da norma.

Aprendemos com o nosso passado de tal forma que colocamos o presente em perspectiva, perguntamo-nos, fazemos reflexões, projetamos nossas realidades para compreender o que o futuro nos possibilitará, vivemos um momento de grandes perdas de direitos, nossa humanidade tem sido questionada e isso não tem acontecido por falta de conhecimento, mas pela estrutura racista, patriarcal e colonial que domina a cultura ocidental. Quando nos voltamos à pesquisa estamos escolhendo nossas armas de batalha, executamos um trabalho, pois o ativismo molda o conhecimento (COLLINS e SIMA, 2021). A partir de tais concepções tenho me entendido uma pesquisadora ativista, pois o que busco compreender tem o objetivo de unir o conhecimento científico aos problemas sociais existentes na minha realidade.

Ao entender que pesquisar é também um ato político carregado de interesse e intenções, uma vez que a neutralidade na pesquisa em ciências humanas e sociais é uma enganação, todas/os somos guiados por ideologias. É preciso que nós, mulheres negras, continuemos apontando novos horizontes com nossas pesquisas, sendo elas fontes de esperança e de potência.

3.3 Aprendendo a (re) existir na universidade

Há dois anos iniciei uma jornada que tem modificado significativamente minha vida, o mestrado. Neste percurso, tenho aprendido muito mais que ser uma futura professora, acadêmica, produtora de conhecimento, venho aprendendo com minha orientadora, Erika, e com o grupo “feminismos subalternos” a demorar meu olhar nos detalhes da vida, nos contornos das situações, nas sutilezas do que me amarra e naquilo que considero minha maior conquista nesse processo: encontrar os caminhos que me levam a entender e honrar minha ancestralidade. Cara/o leitora/o, ao longo do texto posso parecer repetitiva e insistente em afirmar aquilo que acredito, mas essa é a forma que escolhi para me fazer ser ouvida, pois ao discutir resistência feminina negra dentro da universidade precisarei levantar a minha voz.

Assim como bell hooks (2017) e Paulo Freire (2015), acredito na educação como prática da liberdade, que se constitui na partilha do poder e das responsabilidades dentro de uma relação de aprendizagem, sendo, portanto, uma alternativa ativista para confrontar as práticas conservadoras que elegem conhecimentos e pessoas mais relevantes que outras/os dentro do contexto educativo.

Os rostos na universidade brasileira vêm ganhando vários contornos e cores diferentes desde que foram instituídas as políticas de democratização do ensino superior, que aconteceu

junto com o período expansivista e com a política de cotas, como aponta Mendes (2020), as/os estudantes, em sua maioria, são oriundos de classes sociais mais pobres, graças à lei de cotas, estudantes negras/os têm sido mais vistos nos corredores e isso significa que o acesso à universidade foi ampliado, mesmo o ensino superior não sendo um direito de todos.

Esse movimento de abertura da universidade resultou em um forte movimento de entrada de diversas pessoas o que facilitou a circulação de discursos outros, o questionamento da ordem hegemônica, bem como a mudança nos objetos de pesquisa, nos problemas de pesquisa e as metodologias que são tradicionalmente utilizadas.

Com a entrada dessas/es estudantes, foram postos novos desafios à universidade, ponto de vista da gestão foi e ainda é preciso pensar formas de viabilizar a permanência desses/as estudantes que, em sua maioria, vinham de classes pobres, bem como estruturar uma forma de assistência que pudesse garantir alimentação, transporte e moradia para aqueles que não têm como se deslocarem devido a distância. Promovendo integração desses alunos e oportunidade de desenvolvimento dentro do espaço acadêmico.

No âmbito da universidade, o acesso desses/as novos/as sujeitos pode evocar duas matrizes discursivas: a celebração da diversidade racial e/ou cultural como um valor afirmado pela instituição que passa a permitir a existência no local, convivendo ao mesmo tempo com discursos e práticas de deslegitimação e discriminação, pelo fato de este “Outro” ser alguém que até pouco tempo sequer era pensado pela universidade como sujeito epistemológico.

Apesar de a assistência estudantil fazer o seu trabalho na viabilização de bolsas e demais benefícios para manter esses/as estudantes dentro da universidade, o número de evasões é grande, sendo esse um reflexo dos operadores das desigualdades sociais ativos, pois ao promoverem abismos entre as pessoas geram conflitos e violências que resultam em humilhações que afetam profundamente as/os estudantes que se veem sem saída diante da única alternativa, abandonar o curso (MENDES, 2020).

Como estudante que se beneficiou da política de cotas, vejo como importante trazer junto às produções teóricas sobre o tema a minha experiência, pois ao escrever nossas histórias resgato a dignidade, o amor e o comprometimento das mulheres negras que secularmente têm exercido a função de burro de carga da sociedade, lembradas somente pelo trabalho braçal que desenvolvem na manutenção da vida (VERGÉS, 2019), mas raramente são referenciadas por sua contribuição histórica-social e científica de conhecimento para a sociedade.

Posso dizer que minha chegada à Universidade se assemelhou, de algum modo, ao que vivenciei e senti no início da escolarização, cercada de gente, mas muito sozinha, aos poucos fui entendendo que “a sobrevivência não é uma habilidade acadêmica” (LORDE, 2020, p. 137),

mas sim uma habilidade que aprendemos para enfrentar a hostilidade do mundo em que somos vistas sempre com desconfiança. Eu fui a segunda pessoa da minha família a ingressar em uma universidade e esse ingresso só foi possível porque tive muito apoio de todos ao meu redor. Sempre que as coisas ficavam mais difíceis, lembrava que não estava sozinha. Acredito que vir deste lugar me permitiu olhar para a universidade e tudo que acontecia ali através do prisma dos privilégios, pois a maior parte da população não é autorizada a circular dentro de seus prédios e participar das aulas, e menos ainda serem professores e professoras, como apontam os dados do Instituto Nacional de Pesquisa – INEP, o percentual de professores/as negros/as nas instituições de ensino ainda é muito baixo. Arboleya e Meueel (2015) apontam que, segundo Instituto Nacional de Pesquisa – INEP em 2012, de um universo de 378.939 docentes universitários no Brasil, apenas 13,22% eram negros/as. Desse montante, somente 33,9% estão em instituições públicas, são de maioria masculina (54,43%) e, em geral, possuem titulação máxima de mestres: 43,09%. Os lugares estão bem demarcados, há uma hierarquia social bem estratificada que trabalha constantemente para afastar e coibir determinados pensamentos e pensadores/as de prosperarem.

Quando Grada Kilomba (2019) fala que a academia é um lugar de muitas violências, pois expressa em cada um dos seus esteios o poder colonial de dominação do conhecimento, ela nos convida a dar uma olhada no processo sócio-histórico, sendo imprescindível entender a origem da ciência e como ela vem sendo utilizada para perpetuar dominações. Sueli Carneiro (2005) explica que o racismo científico, com surgimento no século XIX, fez grandes estragos como o de legitimar a subalternidade das pessoas negras, fornecendo “teorias” para justificar todas as atrocidades cometidas contra os/as negros/as. Lélia Gonzáles também fornece preciosa contribuição para essa discussão ao explicar que o modelo valorizado e reconhecido de ciência é aquele produzido por pessoas brancas, uma vez que em nossa sociedade se hierarquiza saberes de modo a deslegitimar determinados conhecimentos produzidos por determinadas pessoas.

Os resquícios de tais situações refletem nas experiências de mulheres negras dentro da universidade, apesar da efetividade das políticas de cotas raciais que propiciaram um importante movimento de abertura de espaços estritamente brancos para essa população e possibilitaram também o enfrentamento das violências decorrentes das iniquidades raciais, o que tornou as mulheres negras o grupo com maior número de estudantes da graduação em universidades públicas do país, com 27% de representação, como aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio contínua (PENAD, 2019), entretanto elas são as que menos conseguem colocação no mercado de trabalho após a conclusão do curso, evidenciando assim as grandes muralhas que separam as mulheres negras do mercado de trabalho e dos cargos socialmente valorizados.

A existência de um sistema social capitalista, desenvolvido a partir da herança colonial não permite que sejam feitas grandes mudanças na estrutura social, que desestabilize a ordem do poder. Uma vez que as desigualdades são as molas que fazem girar a roda do capitalismo, são elas que mantêm firme a linha que separa os ricos e os pobres. O sistema de dominação tem seus defensores ferozes que se beneficiam continuamente da manutenção do *status quo* e que a defenderão com unhas e dentes.

Estar na universidade e fazer enfrentamentos diários às violências é, para mim, sinônimo de compromisso e amor pelo conhecimento e pela justiça social, bell hooks (2017, p. 10) conta que em sua experiência na escola segregada, com professoras negras, as crianças aprendiam “desde cedo que nossa devoção ao estudo, à vida do intelecto, era um ato contra-hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racistas”, o conhecimento é o único modo que temos para desestabilizar o racismo e o sexismo que nos subalterniza.

3.4 Conversações, escrituras, memórias e encantamentos: Novos caminhos nas velhas estradas

Construir um caminho metodológico que fosse coerente com as teorias feministas negras, os feminismos subalternos e o pensamento contracolonial tem sido um grande desafio nesta pesquisa, uma vez que me situo no espaço da norma, toda a minha trajetória escolar e acadêmica foram moldadas pela colonialidade branca masculina europeia, que define o conhecimento científico a partir de seus preceitos próprios, como bem nos ensina Grada Kilomba (2019), o que se coloca como verdade objetiva científica, no discurso acadêmico nada mais é do que o reflexo das desigualdades nas relações de poder. Diante de tal compreensão, pensar com mulheres e homens que tiveram seus pensamentos relegados à margem é minha principal forma de me autodescolonizar, e poder assim, produzir os resultados da pesquisa, conhecimento.

Por isso, senti a necessidade de iniciar esta seção lhes apresentando os instrumentos utilizados na construção da pesquisa, uma vez que eles se apresentam como alternativas à hegemonia metodológica existente. Aprendi com Renato Nogueira (2014, p. 23) que o “o conhecimento apresenta-se como elemento-chave na disputa e na manutenção da hegemonia”, por isso, a escolha de dialogar com conhecimentos que promovam a justiça social é me apartar das hegemonias de poder. Desde o princípio, venho reafirmando que esta pesquisa assumiu o compromisso ético-político de facilitar a circulação das vozes de mulheres negras, tanto aquelas

que se empenham na atividade acadêmica de produzir teorias, como daquelas que produzem saberes orais, nas ruas, nas casas de farinha, nos CRAS, nas casas das patroas, no tanque lavando roupas ou cuidando de seus rebentos e outros dependentes.

Diante disso, compreendo que produzir conhecimento, neste contexto, se traduz em “buscar jeitos próprios de caminhar” (NASCIMENTO, 2020, p. 9), assim, guiadas pelo comprometimento e posicionamento da pesquisadora, as escolhas teóricas-metodológicas feitas aqui reafirmam a multiplicidade da vida e combatem as políticas de morte. Quando afirmamos a vida em todas as suas dimensões, nos lançamos em mais um ato de desobediência que é trazer o encantamento para este estudo, contrariando as expectativas dos senhores da casa grande, inventamos o mundo a partir das nossas experiências (SIMAS E RUFINO, 2020).

Ao adotar as conversações, as memórias, as escrevivências e os encantamentos como ferramentas importantes para a construção dessa pesquisa, me cerco de resistências por todos os lados. Esta pesquisa tem sido forjada em um contexto de abertura social e política que possibilitou a imaginar outras perspectivas que pudessem modificar as estruturas existentes, tendo em vista que esse instrumental foi pensado a partir de reflexões de pessoas negras que tiveram suas vidas afetadas pelo racismo e pelo sexismo, encontrando assim, formas de imprimir sua realidade, denunciar e desmistificar os discursos que promovem violências.

Minha busca por um instrumento que me ajudasse na interação com minhas companheiras de pesquisa e fornecesse as bases para produzir os resultados desta pesquisa foi finalmente findada quando, em um encontro do grupo de estudos “feminismos subalternos”, Bruna Batistelle, colega de grupo, falou sobre o ensinamento número oito, de bell hooks, no livro “Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática”, ele diz respeito à **Conversação**, ferramenta de ensino altamente democrática, que permite a troca de experiências e a produção de senso de comunidade e cuidado mútuo. Imediatamente, senti que a proposta da conversação poderia ser transpassada para a produção da pesquisa, pois favoreceria os diálogos, retirando a centralidade da fala de uma única pessoa, distribuindo o poder.

Em seu ensinamento sobre conversações, bell hooks (2020a) explica que as conversas exercem importante papel na aquisição de conhecimentos, sejam elas dentro ou fora da sala de aula, imprimindo seu caráter plural nas trocas que ocorrem entre pessoas, pois é preciso reconhecer as vozes e as ideias das outras pessoas para que a conversa se sustente e seja mútua. A incorporação das conversações como instrumento de pesquisa é imprescindível, pois ela nos auxilia a romper com lógicas hegemônicas que se desenvolvem distantes das realidades vividas cotidianamente por mulheres negras e pobres, uma vez que iniciar uma conversa

horizontalmente, onde há real interesse pelo que a outra mulher fala, corresponde ao compromisso ético-político de construir conhecimento localizado e compartilhado.

As conversações são importantes dispositivos de aprendizagem nas salas de aula e fora delas porque produzem novos modos de engajamentos, fixa memórias e faz com que o mundo ganhe novos contornos, acredito que na pesquisa os ganhos não são diferentes, pois ao empreender uma conversação exercitamos a partilha daquilo que a gente sabe, assim como bebemos do conhecimento que as outras nos oferecem, um ato generoso de compartilhar. (HOOKS, 2020b).

Como trabalhadora do SUAS, acredito que manter um mecanismo de escuta e fala funcionando ativamente durante os atendimentos é estar aberta para aprender com as mulheres que procuram os serviços da política de assistência social e a forma mais transformadora de pensar outras realidades, pois se inicia a partir da interlocutora.

O ato de conversar é extremamente democrático e pode envolver muitas pessoas ao mesmo tempo, sendo uma característica importante para um instrumento de pesquisa. Na conversação é também possível trazer à tona assuntos que não se pretendia falar inicialmente, pois permite pensar os caminhos em que se percorre através das palavras jogadas que não podem ser recolhidas como folhas no quintal de casa. A partir do momento em que a palavra sai da boca, ela passa a circular e produzir efeitos na vida das pessoas, produz novos conhecimentos, novos jeitos de trilhar os caminhos, repensar as rotas.

Quando conversamos partilhamos, deixamos algo e também recebemos, essa troca permite que façamos o reconhecimento uns dos outros como seres produtores de sabedoria e conhecimento, estar aberta/o para escutar implica o reconhecimento ontológico da outra pessoa. Dessa forma, “O ato de falar é como uma negociação entre quem fala e quem escuta, isto é, entre falantes e seus/suas interlocutores” (VARELA; DHAWAN, 2003 citado por KILOMBA, 2019, p. 42), negociar é sempre oferecer e receber algo em troca.

Ao afirmar que “nenhuma teoria que não possa ser comunicada numa conversa cotidiana pode ser usada para educar o público” (HOOKS, 2017, p. 90), bell hooks mostra a importância de conhecimentos que estejam disponíveis para a maior parte das pessoas, dado que mudança social só pode ser feita a partir do envolvimento de todas/os, se as pessoas não conseguem entender do que se tratam nossas pesquisas, então não se engajarão e nem se abrirão para as novas perspectivas que o conhecimento nos proporciona.

Lançando mão das possibilidades que as conversações têm, pretendo mergulhar no campo como alguém que aprendeu uma língua nova e quer conversar abertamente sobre tudo o que vê ao seu redor. Pois a conversação é também um modo de superar a dicotomia

sujeito/objeto, uma vez que “falar, ser capaz de nomear, é forma de reclamar para si a posição de sujeito” (HOOKS, 2020, p. 83), nas conversações assumimos o compromisso de não estabelecer hierarquias, nos abrimos para receber informações do mesmo modo que as partilhamos, como circulação livre de ideias e de modos de ser.

Diante do desejo de estampar nesta pesquisa a realidade vivida por mulheres negras nordestinas que acessam o CRAS, não poderia eleger outra forma de honrar suas vidas e histórias a não ser convidando Conceição Evaristo, com suas **Escrevivências** para me ajudar a compor os resultados da pesquisa, o caminho que segui desde o início nesta empreita me ensinou que “a vida está para além do que pode ser visto, dito ou escrito” (EVARISTO, 2016, p. 73). Entendo que as produções elaboradas a partir das conversações dizem respeito às nossas percepções sobre como os acontecimentos sucederam e resultaram nas narrativas que trago nesta dissertação.

Uma pesquisa produzida por mulheres negras posicionadas socialmente em um lugar de subalternidade exige que os instrumentos metodológicos se afastem do modo tradicional de produzir conhecimento, eles precisam assumir um compromisso ético-político que retrate as nossas realidades, as nossas falas e os nossos afetos. Trago aqui narrativas que mesclam realidade e ficção de modo que a leitora e o leitor podem ter dificuldade para identificar até onde uma termina e a outra começa. Esta escrita se apresenta como forma de denunciar realidades e dar visibilidade às mulheres esquecidas socialmente.

O trabalho empreendido na construção das narrativas que ouvi me levou a entender que todas as palavras escritas aqui não dão nem nunca darão conta de abarcar a experiência de ser mulher negra, nordestina, pobre e interiorana, o que trago aqui são nuances daquilo que escutei durante as conversações com minhas três companheiras de pesquisa, não sei se o que escrevo chegou a mim da maneira que elas me falaram ou da maneira que ouvi, só posso dizer que as palavras me atingiram e eu senti urgência em escrever, registrar suas histórias nessas linhas, pois não consigo enxergar as margens das experiências compartilhadas, estamos em bordas infinitas.

A vida se traduz no pulsar do movimento constante que é a passagem do tempo. Nesse espaço construímos nossas memórias, compartilhamos nossas vidas e criamos todas/os juntas/os a realidade. Foi com muito respeito e empatia que escutei as narrativas e agora as escrevo, do meu modo, como pude compreender, pois sei que nem sempre é fácil encontrar palavras que traduzam determinados momentos vividos, o ato de contar a vida exige muita coragem. Ser chão seguro para o pouso de minhas companheiras de pesquisa foi a principal ferramenta que intermediou este estudo, pois sentíamos que as histórias contadas seriam

profundamente escutadas, os silêncios e renúncias ganhariam um local de acolhimento, as produções e a falta delas também foram ressignificadas nos encontros do grupo. As escrevivências nascem do interesse genuíno sobre a existência daquelas outras mulheres diante de mim, as palavras me encontraram como lembranças de algo que não vivi, mas mesmo assim sei como contar.

Para prosseguir pensando as escrevivências é imprescindível fugir de concepções dicotômicas entre ficção e realidade, pois é "reinventando nossa realidade independente dos estados de coisas referentes, podemos torná-la ainda mais real, mais complexa, densa e intensa ao intrincar suas tramas com novas possibilidades de relação. A ficção fia mundos onde a confiança ultrapassa a fidedignidade sem perder realidade" (COSTA, 2014, p. 553). A ficção seria a realidade mastigada, refletida e repensada.

Ao pensar sobre a potência das escrevivências, Melo e Godoy (2016) apontam a ficção como um modo de resistência presente na escrevivência evaristiana, posto que, na escrita, pessoas que vivenciaram situações de crise, podem encontrar formas de transpor as dores para o papel e seguir existindo. Desse modo, quando escrevemos sobre o que vivemos e compartilhamos com as pessoas, produzimos vida, pois "resistir por meio da literatura é também reexistir, e para um povo cuja voz foi e é constantemente sufocada, a escrevivência se torna um recurso de emancipação" (MELO e GODOY, 2017, p. 1289).

Estamos aqui falando sobre vidas, estas que transcendem a ficção e a realidade, narrativas produzidas durante o acontecimento da vida, na conversa com a vizinha, na subida da rua para ir ao trabalho, na negociação de um conflito, enfim, literaturalizar a vida é encontrar a arte em sua forma mais pura no cotidiano. Com sentidos que se dimensionam na medida em que as pessoas vivem e criam as condições para suas vidas (SOARES E MACHADO, 2017).

Ao utilizar escrevivência recontamos histórias, damos novos passos em caminhos antigos, nos apropriamos daquilo que é nosso, do nosso modo de explicar o mundo e seus fenômenos, borramos a imagem do passado, das africanas que tinham de contar histórias de ninar os da Casa Grande. Hoje os aterrorizamos mostrando suas injustiças, posicionando que racistas não passarão.

A pesquisa foi realizada com três mulheres negras, na faixa etária dos vinte aos cinquenta anos, residentes em um município de pequeno porte, localizado no agreste do Estado de Alagoas. Como expliquei no início desta dissertação, esta pesquisa surge a partir de minha vivência no CRAS junto as mulheres negras, por isso, é importante mencionar que as companheiras da pesquisa são mulheres que convivo no cotidiano do serviço, o nosso vínculo

foi construído aos poucos, baseado no respeito e na confiança mútua, portanto, parto de um lugar bem específico e que preciso deixar evidente aqui.

Para dar início as conversações tivemos todos os cuidados éticos necessários para a condução de pesquisa com seres humanos, sendo o projeto submetido à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UFAL. Todas as participantes da pesquisa foram informadas sobre os objetivos e a metodologia adotada no estudo, bem como foi apresentado e assinado em duas vias o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As conversações aconteceram no Centro de Referência de Assistência Social, essa escolha se deu pelo fato de ser o lugar de referência para a comunidade, e porque todas as participantes vão ao menos uma vez na semana participar de alguma atividade coletiva ou pegar algum benefício disponibilizado. Optamos por encontros presenciais pelo fato de estarmos todas vacinadas e seguindo os protocolos de prevenção do contágio preconizado pelo Ministério da Saúde. A utilização de tecnologias de comunicação impossibilitaria as conversações porque nem todas as participantes têm acesso à internet em casa e também compartilham o celular com os filhos nesse período de atividades escolares remotas.

Os encontros aconteceram semanalmente, sempre na segunda-feira, às 14:00 horas. Foram realizados quatro encontros com duração média de uma hora. Nos três primeiros encontros seguimos os seguintes eixos de conversa: **A família como resistência para mulheres negras, A política pública de assistência social como resistência, O amor como resistência para mulheres negras**. Por serem temáticas recorrentes na vida cotidiana das participantes, as conversas correram sem dificuldades.

Para ajudar com o registro das informações foi produzido um diário de campo, que se tornou a base das escrituras e que apresento no próximo capítulo. A cada narrativa que entrava na conversa um novo aprendizado vinha junto, pedia-nos para caminhar com ele, em alguns momentos até dançar, encontrando novos jeitos de falar sobre aquilo que era importante para cada uma. O resgate de memórias e a generosidade com que cada uma escutava, falava e refletia sobre a narrativa trazidas na roda de conversa demonstrava respeito às vivências que mulheres negras sabem como são preciosas e podem ser, em maior ou menor grau, compartilhadas com suas comunidades. Recorri as autoras negras preocupadas com a construção de linguagens contra hegemônicas, como, por exemplo bell hooks e Glória Anzaldúa, pois a proposta desta metodologia é “ouvir sem dominar” (HOOKS, 2017, p. 230), ou seja, a/o pesquisadora/r abandona a necessidade de dominar o processo de pesquisa, entendendo que ela é uma construção coletiva de todas as participantes das conversações.

Para salvaguardar os nomes das nossas companheiras de pesquisa, utilizo os nomes de fenômenos da natureza para me referenciar a cada uma delas, pois a seu modo singular cada uma exerce uma força natural e ancestral nos lugares por onde passa, podendo equilibrar e desequilibrar tais ambiente. Sendo elas: Garoa, é chuva miúda e contínua, marca da resistência da natureza que aos poucos e com paciência banha tudo ao seu redor. Brisa, vento suave e fresco, refrigera os sentimentos e renova as forças para mudanças necessárias. Aurora, é a claridade visível no céu antes do nascer do sol, é avivamento daquilo que por muito tempo permaneceu na penumbra.

Três mulheres, moradoras da mesma cidade e com histórias que encontram e se distanciam com a mesma intensidade. O roteiro da vida segue rumos muito iguais na sociabilidade da mulher interiorana devido aos percursos que para elas são possíveis, por isso, peço que adoce seu olhar ao se enveredar por estas escrevivências.

A primeira mulher a ser apresentada é Garoa, conhecemo-nos através do grupo de mulheres do CRAS, ela foi encaminhada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e pela Unidade básica de saúde (UBS) por ter sofrido violência doméstica, seu jeito alegre e esperançoso de ser contagia a todos por onde passa. A segunda companheira de pesquisa que quero lhes apresentar é Brisa, nosso primeiro contato se deu quando ela procurou o serviço em busca de benefícios socioassistenciais para poder cuidar dos pais acamados, nesse período, ao se sentir segura e acolhida pela equipe técnica, pediu ajuda para lidar com a violência doméstica que sofria.

Quando conheci Aurora, ela estava em um momento de muita angústia, tinha perdido a guarda das filhas, que se encontravam em um abrigo institucional, ela sabia que precisa de ajuda para retomar sua vida e cuidar das crianças, tivemos muitos desencontros que nos exigiu repensar muitas vezes o papel de cada uma no processo de acompanhamento familiar. Ao longo dos anos em que nos conhecemos, temos aprendido muito uma com a outra, pois as vivências e os conhecimentos que compartilhamos no cotidiano do serviço são nossas principais fontes de força e resistência aos modos perversos com que o mundo oprime as mulheres negras.

Todas elas exercem função de limpeza e cuidado, seja em suas próprias casas, nas casas de outras pessoas ou em uma instituição pública, como é o caso de Garoa. O trabalho invisível exercido por mulheres negras cotidianamente é o que move o mundo, pois sua função de limpar, cozinhar e cuidar de sua família e da família de seus patões/patroas garante que os beneficiados de seu trabalho tenham tempo para exercer e se dedicarem ao que a sociedade enxerga como trabalho significativo. Françoise Vergés (2019) faz uma importante reflexão sobre o trabalho de cuidado e limpeza ser indispensável e necessário ao funcionamento do patriarcado e do

capitalismo racial e neoliberal; mas para que se mantenha as estruturas existentes, o trabalho dessas mulheres deve permanecer invisível, marcado pelo gênero, racializado, mal pago e subqualificado, uma vez que “o capitalismo produz inevitavelmente trabalhos invisíveis e vidas descartáveis (VERGÉS, 2019, p. 17).

Nessa forma de fazer pesquisa a relação sujeito/objeto é ultrapassada a partir do momento em que as hierarquias ficam apenas nos papéis e formalidades. As pessoas não são objetos a serem entendidos, quando se faz esse tipo de redução estamos retirando das pessoas sua identidade, tudo aquilo que elas são. A relação de pesquisa que estabeleci com minhas companheiras e interlocutoras está expressa na integralidade da pessoa humana, não havendo espaço para distinções ou juízos de valores.

4 ESCREVIVENDO RESISTÊNCIAS

Viver e escrever sobre nossas experiências é ato político de resistência quando se é mulher negra. Trazer para o papel o que aprendemos e ensinamos no espaço existente entre o que se mostra e o que se esconde nas relações cotidianas das mulheres negras que acessam políticas públicas de Assistência Social é imprescindível para continuar caminhando. Durante esses sete anos atuando e vivenciando a Política Pública de Assistência Social, tenho aprendido a pesquisar e a pisar no chão devagar, olhando atentamente para os lados, certificando-me de que não estou invadindo um lugar que ainda não pode ser ocupado, observo com atenção, procuro entender os modos, os jeitos os arranjos de funcionamento, e só então piso e “[...] escrevo o que a vida me fala, o que capto de muitas vivências. Escrevivências” (2017, p. 14), foi assim que aprendi com Conceição Evaristo e tenho reagido ao modo perverso do mundo de nos apagar.

Quando nossas histórias saem de nossa memória e passam a habitar o mundo através da escrita elas continuam fazendo parte daquilo que somos? Faço essa pergunta porque, ao me dedicar às escrevivências, sinto que peguei um pedacinho de cada uma das minhas companheiras de pesquisa, suas histórias não são somente suas, elas se entrelaçam com as minhas e também de outras tantas mulheres negras que conheci ao longo da vida. Passam a ser histórias no mundo, que podem conversar com tantas realidades diferentes e produzir outros movimentos, de resistência e de luta.

A forma como expressamos os fatos e acontecimentos são pessoais e dizem respeito ao modo como enxergamos a vida e as situações. Ao contarmos nossas histórias estamos de alguma forma encantando o mundo, fazendo com que a vida se alongue através das palavras que foram ditas, provocando o imaginário daquelas/eles que nos escutam. A escrevivência nos permite fazer de nossas experiências pessoais o ponto de partida para enunciar o coletivo, por isso alterno entre narrativas em primeira e terceira pessoa, com vivências que se inter cruzam e evocam outras vozes-mulheres (EVARISTO, 2017), sinto que estou escrevendo dentro de uma ciranda e isso é animador.

A narrativa que trago nas próximas páginas diz respeito às histórias que escutei das mulheres companheiras nesta pesquisa, em cada encontro que tivemos pudemos trazer para as conversações detalhes importantes da vida, das vivências enquanto mulheres negras do interior do estado de Alagoas e seus percursos pela política de Assistência Social. A cada mergulho dado nas conversações trazíamos memórias tão preciosas que precisaram ser lapidadas e

fundidas como joias, pois naquele movimento sabíamos que nossas histórias não eram somente nossas, mas que elas também caminhavam de mãos dadas com as nossas companheiras.

Conceição Evaristo (2005) afirmou que sua literatura vem das grafias-desenhos de sua mãe, que nos dias nublados em que precisava lavar as roupas de suas patroas para garantir a alimentação na mesa de sua casa, desenhava um sol no chão do quintal de casa, era naquele ritual da mãe que a escritora compreendia a importância de registrar a nossa realidade, pois temos muito a dizer. A minha esperança, querida/o leitora/o está em conseguir retratar nesta escrevivência a realidade de gozos e prantos vividos pelas participantes desta pesquisa e que também perpassa a minha vida, pois através do meu trabalho no CRAS pude fazer parte de suas trajetórias durante os anos que permaneci no serviço, naquele espaço/tempo pudemos construir resistências juntas, pudemos apontar outros horizontes de vida e de fortalecimento mútuo.

4.1 Garoa

Garoa acredita que os grandes acontecimentos da vida estão nos pequenos detalhes, por isso, capricha nos acessórios, coloca um lindo batom vermelho e sai para a rua com todo orgulho que tem de si e de tudo que conquistou. Hoje, segundo ela, ama sua pele preta retinta, seus lábios grossos, a redondeza de suas curvas e não permite mais que outras pessoas a façam sentir menos do que ela é, uma exuberante matriarca negra. No auge dos seus 45 anos, trabalha como empregada doméstica e mora com seus cinco filhos e filhas em uma pequena cidade do interior.

Nascida na zona rural da pequena cidade de Dois Rios, com somente dois mil habitantes, localizada no agreste alagoano, viveu a primeira perda de sua vida aos dois anos, quando o pai foi embora deixando a mulher e seis filhos por conta própria. Devido as dificuldades financeiras e também à solidão que sentia, sua mãe acabou casando-se novamente, em pouco tempo o padrasto foi se revelando um homem muito violento, principalmente quando estava sob o efeito do álcool, torturava a todos/as física e psicologicamente.

De todas as violências sofridas, Garoa conta com os olhos marejados que a tentativa de estupro feita pelo padrasto, quando ela tinha doze anos, foi algo que marcou muito sua vida, pois nunca mais se sentiu segura para viver. Lembra-se que ao contar para a mãe sobre o ocorrido, a viu chorar e, no dia seguinte, logo cedo, seguiram em uma caminhada de três horas até uma cidade próxima para que a menina pudesse ficar aos cuidados da avó materna. Sendo essa a forma encontrada pela mãe de Garoa para protegê-la, na época ela não entendia porque a mãe não o mandava embora, situação que só veio a entender futuramente quando se tornou mãe.

Da infância lembra-se proeminentemente do trabalho na roça com sua mãe e os irmãos, mesmo sendo uma jornada difícil e desafiadora, sempre arrumava um tempinho para brincar com bonecas de milho, as crianças pegavam espigas muito novas, maleáveis e com aparência de “um bebê embrulhado”, brincava até a mãe chamar sua atenção e lhe obrigar a voltar para o plantio. Por influência das comadres, a mãe de Garoa decidiu que os filhos e as filhas iriam para a escola, então, a rotina de Garoa passou a ser escola, casa e roça. Só conseguiu permanecer na escola por três anos, depois disso teve que ir para a casa da avó.

Já na adolescência, morando com sua avó Chiquinha, Garoa continuou trabalhando na roça por um tempo e depois passou a trabalhar como empregada doméstica e diarista. Todos os seus ganhos eram para sustentar a si, sua avó e as três crianças filhas de uma tia, que havia deixado aos cuidados da avó. A casa da avó era o lugar de apoio de todas as pessoas da família, cada dia via chegar mais alguém precisando de abrigo, trazendo uma criança para ela “dar uma olhada” enquanto trabalhava na roça ou em busca de cuidado durante uma doença.

Foi nesse período que a paixão surgiu na vida de Garoa, aos quinze anos conheceu Genaro, sentiu seu coração acelerar e conseguia ver alguma coisa naqueles olhos que não a deixava desviar, a cada conversa banal ela sentia que seriam um casal e, assim, decidiram fugir, pois a vovó Chiquinha não permitia que a neta se casasse tão cedo, precisava dela para ajudar a garantir o sustento da casa e também já tinha se apegado à sua companhia. Mesmo sem a benção da avó, Garoa fugiu com Genaro e alguns dias depois foram morar com a família dele, no começo foi um casamento tranquilo até que vieram os primeiros conflitos familiares, ocorria que o companheiro bebia descontroladamente e acabava travando discussões alarmantes com seus pais e irmãos, diante disso, foram expulsos de casa, nesse tempo Garoa já tinha dois filhos.

Genaro decidiu que morariam em uma cidade maior, pois ele teria mais possibilidade de trabalho, poderia pagar aluguel e colocar comida na mesa para sua família. Chegando à cidade das Esperanças, logo perceberam que as coisas seriam muito difíceis, pois o único lugar que conseguiram alugar foi um barraco no lixão da cidade e os dois começaram a trabalhar como catadores de material reciclado para conseguir o sustento dos filhos. Garoa viu sua vida piorar drasticamente nessa nova cidade, pois além de estar com os filhos naquele lugar insalubre, o vício de Genaro se intensificou e ele passou a ficar dias fora de casa, quando voltava e Garoa lhe pedia explicações era agredida de todas as formas possíveis, nessa época já com cinco filhos e grávida da sexta criança, chegou a ser internada no hospital de emergência vítima de esfaqueamento pelo esposo.

Diante de toda aquela violência, que a fez passar por mais um aborto, e da precariedade da vida naquele lixão, decidiu que voltaria para sua cidade natal com os filhos,

procuraria sua mãe e pediria ajuda para criar os filhos longe de Genaro, pois não aguentava mais tanta dor. Contando com a ajuda de algumas amigas do lixão e dos profissionais do posto de saúde e do CRAS, que sabiam da situação da família, pegou os filhos e fugiu de casa no horário em que Genaro tinha saído para catar recicláveis. Apesar do medo da reação que o ex-companheiro teria, ela seguiu em frente e voltou para sua terra.

Recomeços são sempre difíceis e com Garoa não seria diferente, estar de volta à sua cidade natal era reviver certas dores que ela pensava já terem sido superadas. Mas lá estava ela morando na casa da mãe, a essa altura o padrasto já havia falecido devido a cirrose hepática. Com o pouco que tinha a mãe a acolheu. Garoa voltou a trabalhar na roça com a ajuda do filho mais velho, que na época já tinha quinze anos, começou a frequentar o grupo de famílias do CRAS, fez novas amizades por lá, encontrou no serviço o apoio necessário para se reerguer e fortalecer seus sonhos. Posteriormente, conseguiu um emprego de empregada doméstica e essa renda somada ao complemento do Bolsa Família conseguiu abrir uma espécie de vendinha na sala da casa, assim conseguia o dinheiro para comprar o material escolar e o uniforme dos filhos e filhas.

Genaro não aceitou o fim do relacionamento, procurava Garoa com frequência e a ameaçava, durante um tempo ela conseguiu lidar com as exigências dele e afastá-lo dos filhos, pois não achava justo que as crianças sofressem mais. Procurou a delegacia para pedir ajuda, mas recebia como resposta que tentasse fazer as pazes com o marido, que tudo ficaria bem. Só conseguiu registrar um boletim de ocorrência no dia em que Genaro fez disparos com uma arma de fogo na faixa da casa da família e uma das balas atingiu a perna do filho mais velho, que dormia em uma rede na sala da casa.

Genaro foi chamado na delegacia para dar seu depoimento, pois o atentado ocorreu altas horas da noite e não teve uma testemunha ocular do ocorrido, Garoa e sua família sabiam que havia sido Genaro, porque não tinham desentendimentos com ninguém e desde a separação ela vinha sendo ameaçada pelo ex-marido. Depois da conversa que ele teve com o delegado e os policiais do plantão, Genaro não foi mais visto na cidade. Ela nunca soube o método utilizado pelos policiais, mas finalmente se viu realmente livre do ex-marido.

Viver em paz é a maior conquista de sua vida, finalmente pode aproveitar a vida que conquistou com tanto sacrifício. Conviver desde o início da vida com a violência e a falta de alimentos, de perspectiva, de cuidado fez com que seu caminho fosse quase que completamente de dor e perdas, via-se cotidianamente revivendo tristezas e abatimento, houve dias em que não conseguia enxergar valor nenhum na vida, mas o que a fazia continuar eram os filhos, por isso, no encontro em que foi proposto que levassem algum objeto que representasse um ato de

resistência em suas vidas, Garoa trouxe a foto dos/das filhos/as, onde pudemos enxergar três rapazes e duas moças muito parecidos uns com os outros, todos possuem um olhar vívidos e acolhedor, sorridentes diante da câmera, expressando toda a alegria de estarem juntos e bem com sua mãe que sempre fez e faz tudo por eles.

Lembra que a maior dor que sentiu na vida não veio das pancadas infringidas por Genaro, mas os três abortos que essa violência causou. Ela não admitiria que seu útero se tornasse mais uma vez cemitério. Nunca entendeu porque Genaro dizia que a amava, mas ao mesmo tempo a espancava e humilhava. Mesmo com todas as dificuldades e, inclusive, a invisibilidade diante dos aparelhos do Estado, que sempre que pôde se omitiu diante das muitas violências cometidas contra ela, Garoa se levantou e levantou outras mulheres negras consigo, pois sempre tem uma palavra de encorajamento para dar às mulheres que vêm passando pela violência intrafamiliar que ela passou.

Conta que sua principal forma de resistir é garantir que as pessoas ao seu redor, principalmente seus filhos e filhas, possam ter outras experiências na vida que não somente de dor e vergonha, que possam seguir em frente de cabeça erguida e se mantendo sempre atentos aos caminhos que podem levar à repetição dessas histórias dolorosas que tantas mulheres negras compartilham.

4. 2 Brisa

Quando ela fala todos que estão ao seu redor se calam, porque as palavras que saem de sua boca são como flechas que atingem diretamente naqueles lugares mais vulneráveis da gente. Parece que ela sabe o impacto que cada uma de suas palavras-flechas causam e por isso se empenha em falar mais e mais. Em certo momento me contou que a vida foi e é sua grande professora. Tudo que sabe nesses vinte e seis anos de idade aprendeu observando as gentes, olhando, tentando, vendo do que seres humanos são capazes. Contar sua história, neste momento, permite-me honrar toda a sabedoria das mulheres negras nordestinas.

Ela nasceu na cidade de Olhos Caudalosos, lugar onde nunca pensou em sair, acredita que sua mãe enterrou seu umbigo⁶ na porteira do curral, por isso, ela não consegue ficar longe desse lugar, mesmo que tenha trabalhado em outra cidade, sua vida está na sua cidade natal. Sempre quis criar sua filha nesta terra, que, apesar das dificuldades, da precariedade, é seu

⁶ Trata-se do coto umbilical, parte do cordão umbilical que precisa ser cuidado assepticamente até que seque e caia naturalmente. No interior de Alagoas, os saberes populares contam que quando o umbigo da pessoa é enterrado em determinado lugar ela não consegue ficar longe.

lugar, tem sua rede de apoio, sabe que pode contar com pessoas próximas, pode não ter dinheiro, mas tem amigas/os, família e pessoas que podem ajudá-la diante das dificuldades.

Brisa tem uma suavidade no modo de ser e falar que envolve todos/as ao seu redor. Quando se envolve em uma boa conversa faz o tempo passar mais devagar, ela enche o ambiente com sua risada, escuta atentamente, emite suas opiniões com cuidado e empatia, pois sabe que cada pessoa tem seus limites e necessidades, me admiro com a firmeza com que ela fala, sustenta tudo o que diz. Gargalha. Aconchega. Não se permite receber migalhas de amor e atenção das pessoas. Sabe que merece tudo por inteiro, por isso, não hesita em partir quando é necessário.

Cresceu em uma família grande, com pai, mãe e oito irmãos e irmãs. É a filha mais nova. Os pais matinham a casa através do trabalho na agricultura e na costura. Sempre viveram com muitas dificuldades, pois alimentar onze bocas não era uma tarefa fácil, as secas constantes fizeram com que muitos animais morressem e as plantações secassem, tornando a sobrevivência da família mais desafiadora. Por necessidade, os filhos começaram a trabalhar na roça com os pais desde muito cedo. Brisa recorda que aos dez anos começou a trabalhar na roça e antes disso ajudava nas tarefas domésticas enquanto a mãe costurava para fora, cada filha e filho tinha uma função na casa para que no final do dia todos tivessem comida no prato. Apesar de toda dificuldade ninguém passava fome, todos/todas aprenderam desde cedo os segredos da sobrevivência naquele ambiente em que se encontravam.

Brisa enfatiza que a família sempre foi grande e muito unida, todos se esforçam para entender e apoiar uns aos outros, mesmo tendo pouco acesso à educação formal, os pais reconheciam a importância dos estudos na vida dos filhos, porém a necessidade de sobrevivência fazia com que precisassem dos/as filhos/as na ajuda diária dos afazeres da roça. Sem essa ajuda não conseguiam garantir a comida na mesa, por isso, as crianças e adolescentes estudavam e ajudavam em casa.

A vida tranquila na roça mudou quando Brisa tinha quinze anos e sua madrinha, que era empregada doméstica de pessoas ricas na capital do estado, perguntou se ela gostaria de trabalhar como empregada doméstica na casa de um casal de médicos, amigos de seus patrões. Antes mesmo de responder a pergunta, ela sabia que queria ir, aquela seria sua chance de conhecer o mundo além da roça, de poder ganhar dinheiro e dar uma vida melhor para sua família, afinal, o que ganhavam na roça era destinado totalmente para a comida e pagamento do fornecimento de energia elétrica. Sentia-se empolgada para conhecer um lugar diferente, igual aqueles que via nas novelas. E com a benção dos pais, foi para a capital trabalhar na casa do casal.

Por ser o tipo de pessoa que desempenha suas funções com afinco e muita dedicação, foi logo bem aceita na casa, tanto os/as empregadores quanto os outros funcionários/as gostavam de Brisa e a acolheram bem. Tinha uma folga a cada quinze dias, sendo esses fins de semana os momentos em que voltava para a casa dos pais e revia a família, as amigas e também aproveitava para descansar um pouco, pois sua rotina de trabalho na casa de seus empregadores era bastante cansativa.

Foi em uma dessas viagens para visitar a família que Brisa conheceu Bento, um policial que morava na capital, mas que se deslocava para o interior a trabalho, numa cidade próxima a que a família de Brisa morava. Sempre que entrava no ônibus percebia que ele não tirava os olhos dela. Inicialmente isso a incomodava, porém ela passou a ignorar os olhares de Bento até que certo dia ele saiu de sua poltrona no ônibus e foi até a poltrona de Brisa, sentou-se ao seu lado e começou a conversar como se fossem velhos conhecidos, ela ficou abismada com o comportamento dele, mas seu modo insistente a convenceu de continuarem conversando. Ele pediu o endereço de seu trabalho para que pudessem continuar conversando nos dias seguintes, pois ele passaria lá quando ela estivesse em seu horário de folga.

Brisa ficou encantada com aquele homem que conversava com ela como se já a conhecesse há muito tempo. A fazia sentir a pessoa mais especial do mundo. Lembra que o achou muito charmoso e tratava-a como uma rainha, ela nunca tinha tido interesse em namoros, pois seu tempo em casa era totalmente comprometido com o trabalho na roça e a dedicação à sua família. Ela sabia que o trabalho precisava ser o ponto central em sua vida, pois era questão de sobrevivência. No entanto, via-se agora suspirando por um homem que mal conhecia e ansiando por vê-lo sempre que tinha alguma folga.

Mergulhou naquele relacionamento sem reservas, sentia que estava fazendo a coisa certa, dando a si mesma a oportunidade de viver para além da família e da casa dos patrões, não importava se Bento não lhe falava sobre noivado ou casamento, ele explicava que o que eles tinham era maior que palavras em um papel, também nunca a convidou para conhecer sua família e vice-versa, pois dizia que sua família era muito complicada e não queria que ela se aborresse com tais bobagens, nem o fato de exigir que ela não saísse sem ele e que não poderia ter amigadas masculinas a fez repensar aquele relacionamento. Via esses comportamentos como atos de cuidado de alguém que a amava muito.

Sua madrinha percebendo que alguma coisa estava diferente com a afilhada tentou intervir, perguntou o que se passava com a moça, ofereceu conselhos sobre a vida amorosa, pois já tinha sido casada e sabia das alegrias e das tristezas de um relacionamento. Mas seus conselhos não fizeram sentido para Brisa, que afirmava com muita convicção que Bento era o

homem certo para ela e a madrinha não o conhecia, portanto, não poderia dizer nada sobre seu caráter e comprometimento com ela. Ficou chateada com a madrinha por alguns dias, mas depois voltaram às boas, visto que não tocaram mais no assunto.

Ao passar mal no trabalho e ser levada à Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Brisa descobriu que estava grávida, a notícia a pegara de surpresa e só conseguia pensar em contar para Bento. Um misto de medo e alegria a inundou, porque sabia que enfrentaria os julgamentos de todos a sua volta, mas a alegria vinha de saber que Bento se casaria com ela e criariam a criança em um lar de muito amor e cuidado. Havia combinado de ir à praia com Bento no domingo e decidiu que aquele seria um ótimo momento para lhe contar a grande novidade.

No domingo, ao chegarem na praia, Brisa contou para Bento que seriam pais, diferentemente do que tinha imaginado, seu amado não recebeu tão bem a notícia, ficou bastante nervoso e, por fim, disse que não poderia casar-se com Brisa, pois já tinha uma família, era casado e tinha dois filhos.

A confissão de Bento a atingiu tão forte quanto um disparo de arma de fogo. Naquele momento, sentada na areia da praia, buscou ar e não encontrou, sentia que iria morrer a qualquer momento de tamanha dor que sentia. Decidiu-se ali mesmo que não queria mais ver Bento, apesar de seus protestos e de sua insistência para que eles continuassem juntos, que ele proveria as coisas para ela e a criança, mas não poderia deixar sua outra família. Sentia-se dividida entre os sentimentos que tinha por Bento e os valores que havia aprendido com os pais, ela não poderia continuar sendo amante de um homem casado que a havia enganado por mais de um ano. Aceitar essa condição a tornaria uma pessoa que ela não era.

Nos dias seguintes foi difícil levantar da cama e encarar o mundo que em pouco tempo a julgaria a pior e mais irresponsável mulher do mundo. Mas prometeu a si e a criança em seu ventre que não se abateria, iria seguir em frente e fazer o que fosse necessário para ter uma vida digna, dar a volta por cima e esquecer Bento. Precisou reunir muita coragem para contar a madrinha o que tinha acontecido, esta primeiro demonstrou toda a sua decepção e tristeza pela situação da afilhada, depois disse que a amava e faria tudo que estivesse ao seu alcance para ajudá-la, afinal, todo mundo erra.

Olhar nos olhos dos pais e contar sua história foi uma das coisas mais difíceis que Brisa fez, sentir o peso da decepção em cada palavra proferida por eles foi pior que receber uma agressão física, ela sentia em cada parte do corpo a dor da vergonha por ter sido enganada de tal forma. Apesar de toda tensão e estresse do momento, por fim, os pais disseram que a acolheriam com a criança caso a patroa a mandasse embora, sabiam que muitas famílias não aceitavam funcionárias com filhos.

No trabalho, Brisa recebeu a instrução de que não poderia ficar com a criança na casa, se quisesse continuar no emprego após o nascimento da criança, precisaria deixá-la com outra pessoa. Sendo assim, após os quatro meses de licença maternidade, ela teria que deixar a criança com seus pais no interior. A patroa lhe disse que não aceitaria a criança com ela na casa porque sabia que isso atrapalharia suas tarefas, além do barulho que faria. Apesar da dor de ter que se separar de seu bebê com pouquíssimo tempo de vida, ela sabia que precisava mais que nunca do trabalho, pois agora teria um ser que necessitaria dela para viver. Sabia que a criança estaria bem cuidada com seus pais, por isso, aceitou a proposta da patroa.

Bento começou a procurar Brisa no trabalho, na casa de seus pais e em todos os lugares que sabia que ela poderia estar. Vendo que suas investidas não estavam surtindo o efeito esperado, começou a ameaçar a mãe de sua criança, dizia que se não ficasse com ele, não ficaria com ninguém, que ela era dela. Brisa tentava fugir desesperadamente de suas investidas com pouco sucesso, por fim, Bento ameaçou que tomaria a bebê caso ela não voltasse com ele, dizia que conhecia gente no juizado da infância e que ninguém acreditaria nela, uma simples empregada doméstica. Com medo de perder a guarda da criança que ainda não havia nascido, Brisa concordou em voltar com Bento. Porém, decidiu que não contaria para seus familiares.

O nascimento da filha, Ana, trouxe para a vida de Brisa mais amor e mais responsabilidades, pois a partir daquele momento assumia o compromisso mais importante de sua vida, que era fazer com que sua menina crescesse feliz e saudável. Ainda no hospital Bento lhe informou que alugou uma casa onde morariam. Ela só voltaria na casa da patroa para pegar seus pertences. Mesmo relutando, Brisa teve que aceitar a proposta do pai de sua filha, no dia seguinte seguiram para a pequena casa que ele havia alugado.

A madrinha e uma das irmãs que vieram do interior para ajudar Brisa no resguardo ficaram muito chateadas com Brisa, não entendiam porque ela tinha aceitado voltar com Bento e ela tinha medo de falar alguma coisa e perder a filha, acreditava piamente que tirariam a filha dela por ser pobre, só dizia que voltou porque a filha precisava de um pai. Essa situação causou vários conflitos na família, para seus pais era vergonhoso ter uma filha que vivia com um homem casado. Brisa aguentava todas as críticas dos familiares, as humilhações de Bento e o desdém de conhecidos por amor à filha.

Quando recebeu a notícia de que sua mãe sofreu um derrame cerebral que a deixou com o lado esquerdo do corpo paralisado, Brisa não pensou duas vezes, avisou à Bento que iria cuidar da mãe, pois naquele momento, somente uma de suas irmãs morava próximo aos seus pais, os/as demais irmãos/ãs estavam morando em outros estados. A mãe precisava dela. Vendo sua determinação, Bento não fez mais protestos.

Brisa e sua irmã passaram a dividir os cuidados com a mãe. Enquanto uma dava banho na mãe, a outra arrumava a casa e cozinhava, revezavam-se à noite para manter regular os horários dos remédios e a acompanhavam nas consultas médicas e nos procedimentos que fazia. Apesar da rotina muito cansativa, ela se sentia feliz por estar com a mãe em um momento tão difícil, pois seus pais sempre se esforçaram muito para que ela pudesse estar aqui hoje. Mesmo contra a vontade da família, uma vez por semana Bento ia visitá-las e sempre dizia que já era hora dela voltar para casa. Ela conseguia dissuadi-lo dizendo que a mãe ainda estava acamada e dependia totalmente dela e da irmã para viver, não poderia deixá-la assim.

Através de uma ação socioeducativa no centro da cidade, Brisa conheceu os serviços ofertados pelo CRAS do município, naquele mesmo dia fez seu cadastro no Cadúnico para os programas do Governo Federal e foi inserida como beneficiária de um programa de segurança alimentar, também foi convidada a participar dos grupos que eram executados no CRAS. Voltou para casa com o convite na cabeça. Sentia vontade de participar dos grupos que a profissional havia lhe falado. Na semana seguinte, após dar o almoço da mãe e limpar a cozinha, arrumou Ana e seguiram para o CRAS.

Foi acolhida pelas profissionais que lá se encontravam, participou do grupo com muita atenção e curiosidade, porque naquele dia a temática da conversa era violência doméstica e direitos das mulheres, começou a sentir enjoo ao perceber que já tinha passado pela maioria dos tipos de violência descritas pelas profissionais, também se identificou com os relatos de muitas mulheres que estavam lá, mas, o mais importante, agora ela sabia que não estava sozinha, tinha a quem recorrer. Voltou para casa decidida a buscar ajuda para tirar Bento de sua vida.

Apesar do medo, buscou as técnicas do CRAS para tirar suas dúvidas sobre a possibilidade de Bento poder tirar a filha dela por ser pobre, foi orientada de que pobreza não é motivo para que se tire a guarda de uma criança. Isso só acontece se a vida da criança estiver em risco, ou sendo ameaçada. Recebeu orientação sobre como proceder nesses casos de ameaça, assim, com a ajuda de profissionais e o apoio da família e de amigas que fez no grupo do CRAS, conseguiu por um fim em sua relação com Bento.

A mãe melhorou, já conseguia andar pela casa com o andador, fato que facilitou muito a rotina da família, isso permitiu que sua irmã pudesse ficar com Ana nas tardes em que Brisa fazia um curso de geração de renda voltado para confecção de roupas de banho e moda íntima, ofertado através do CRAS. No curso aprendeu muito mais que costurar biquinis, maiôs, calcinhas e cuecas, aprendeu a cuidar de um pequeno negócio e desenvolver sua autoestima que tinha sido dizimada por Bento.

Decidiu que faria da costura seu pequeno negócio com a ajuda das técnicas de marketing que aprendeu no curso e utilizando a antiga máquina de costura da mãe, começou a produzir suas primeiras peças. Uma das mulheres participantes do grupo que já confeccionava e vendia sandálias decoradas, vendo o empenho e desenvoltura de Brisa se ofereceu para mostrar as peças produzidas por Brisa às suas clientes, sendo bem aceitas, visto que na região em que vivem há muitas nascentes que formam quedas d'águas, sendo os “banhos de bica” uma das principais fontes de lazer da população local.

Esse trabalho lhe permitiu ter uma renda ao mesmo tempo em que cuida da filha e ajuda seus pais, pois junto com a irmã, consegue organizar seus horários e dar conta de todas as suas demandas. Apesar de ter menos tempo livre, continua participando do grupo de mulheres do CRAS sempre que pode, pois sabe que é lá onde pode se fortalecer com suas iguais, encontrar palavras de alento e cuidado mútuo. Hoje compreende o quanto é importante existir espaços em que se discuta sobre direitos, pois, em sua vivência, o conhecimento foi essencial para o seu desenvolvimento enquanto pessoa.

Sabe que o caminho é cheio de curvas e desafios, mas ela tem certeza de que pode enfrentar tudo lhe é apresentado, porque pode contar com outras mulheres negras como ela, com profissionais comprometidas e com sua família, que lhe ajudaram sem lhe julgar ou pedir algo em troca. Reconstruir a vida é sua prioridade nesse momento e ela já aprendeu que é forte suficiente para encontrar serenidade e cuidado em seu caminho.

4. 3. Aurora

É abismante como um pequeno corpo de mulher negra pode trazer em si uma infinidade de marcas dos caminhos por onde ela andou e das escolhas que fez. Aos trinta e oito anos, Aurora conta sobre sua trajetória como alguém que já viveu várias vidas. Suas experiências de vida lhe deram uma percepção de mundo que vão além de muitos tabus e discursos moralistas da sociedade, pois precisou fazer escolhas que não se orgulha, mas que são parte de quem ela é. Confesso que não me senti aceita em sua presença logo de início. Nossa aproximação foi se dando muito lentamente, a cada encontro para construção do plano de acompanhamento familiar⁷, íamos tirando uma camada daquele muro que nos separava, a ponte-vínculo foi sendo construída nas sutilizas das palavras, nos gestos do cotidiano.

⁷ Instrumento utilizado para organizar o trabalho social particularizado com famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção Integral à Família.

Nós duas sabíamos que sua chegada ao CRAS, com um encaminhamento do Conselho Tutelar nas mãos, solicitando ajuda para conseguir a guarda de suas crianças de volta, evocava uma diversidade de pré-conceitos para aquele encontro. Do meu lado da mesa, lia o encaminhamento e me deparava com uma mãe que, por questões psicossociais, negligenciou seus filhos; do seu lado da mesa, Aurora me via como um dos impecilhos para ter seus filhos de volta. Aquele papel que trazia nas mãos predizia o lugar que cada uma de nós ocupávamos naquele espaço.

Após esse primeiro momento de desconfianças, marcamos um atendimento individual para que a equipe pudesse compreender melhor a situação da família e fazer os encaminhamentos necessários. Apesar de se mostrar distante e sem vontade de compartilhar informações sobre sua vida, com o passar dos atendimentos, conseguiu contar que teve um início de vida muito difícil, sendo a quinta criança numa família de seis filhas e filhos, desde cedo passou por privações, pois os pais não tinham condições financeiras, emocionais e psicológicas de cuidar dos filhos. Lembra que a maior parte do tempo seus pais estavam bêbados ou brigando um com o outro, deixavam os filhos por conta própria, os irmãos e as irmãs mais velhos/as tiveram que encontrar meios de se cuidar e cuidar dos mais novos para que conseguissem sobreviver. Foi assim que, precocemente, ela se lançou no mundo do trabalho, pois era sua única alternativa para poder sobreviver.

Ainda guarda na memória a lembrança de quando ela e a família só tinham mangas para comer, pois no sítio onde moravam havia muitas mangueiras e as crianças subiam nas árvores para colher os frutos e se alimentarem. Com os olhos marejando, recorda que a fome sempre rondou sua vida, ao longo de todos esses anos precisou fazer grandes esforços para afastá-la. Desde os onze anos trabalha como empregada doméstica, já trabalhou também na agricultura e como faxineira em uma avícola local.

Estar exposta ao trabalho e aos perigos da rua desde cedo deixou Aurora vulnerável para muitas violências, o que de fato causou grandes impactos em sua vida. Aprendeu a ignorar seus medos e dar outros sentidos à vida sempre que ela parecia perder o valor. Seguindo os passos dos pais e de muitas outras pessoas de seu meio, começou a fazer uso abusivo de álcool e outras drogas ainda na adolescência, deixou de frequentar a escola nessa mesma época. Empurrada pela pobreza e pela necessidade de sobrevivência, começou se prostituindo para comprar comida e manter seu vício. Conta meio envergonhada que várias vezes seus irmãos tiveram que buscá-la em determinados locais em situações extremamente degradantes.

Seu irmão mais velho, preocupado com sua situação, procurou os serviços de saúde do município para solicitar a internação de Aurora em uma clínica de reabilitação, após um mês

de internamento ela fugiu da clínica e ficou vagando pelas ruas da capital do estado por quase um mês. Quando voltou finalmente para casa contou que fez amizade com algumas garotas que eram da capital e já tinham sido internadas lá outras vezes, por isso, sabiam como fugir, ela as acompanhou e ficou algum tempo com elas. Mas decidiu que precisava voltar para casa, sentia falta dos irmãos e das irmãs, sabia que estavam preocupados.

Ao voltar para casa foi convencida a participar de um grupo terapêutico no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município. Viver como pessoa em situação de rua na capital do Estado e sofrer um estupro nesse mesmo período a fez sentir que precisa mudar o rumo de sua vida. Sentia que estava tendo uma segunda chance para viver. Fez o tratamento para desintoxicação das drogas, e passou a viver um dia de cada vez no enfrentamento de seu vício, conseguiu emprego como empregada doméstica na fazenda em que o irmão e a cunhada são caseiros. Nas reuniões do grupo terapêutico do CAPS conheceu Antônio, que, assim como ela, teve a vida destruída pelas drogas, mas que está em processo de tratamento.

A cada dia a amizade dos dois foi se transformando no desejo de formar uma família. Quando Antônio conseguiu um emprego de carteira assinada em uma empresa distribuidora de alimentos que se instalou na região, decidiram que era a hora certa para se casarem. Da união do casal nasceram três crianças, criadas com todo cuidado que Aurora não recebeu de seus pais. Após alguns anos de casados, Aurora e Antônio entravam em conflito constantemente por diversos motivos, o principal deles eram as recaídas que ocasionalmente ambos tinham, além do pouco interesse que o pai tinha com para os/as filhos/as, deixando para Aurora todo o trabalho de cuidado diário das crianças

Quando Olívia, sua filha mais nova, tinha dois anos, Antônio foi morto em uma briga de bar. Para Aurora aquela situação foi extremamente estressora, apesar de não viviam muito bem há alguns anos, sentia que perder seu companheiro naquele momento era a pior coisa que podia acontecer com ela. Sentia-se desamparada, pois seu irmão que sempre a ajudou havia se mudado para outra cidade para assumir um emprego melhor. Como forma de conseguir vivenciar aquela realidade voltou a consumir álcool e passar dias fora de casa bebendo e usando outras drogas com pessoas estranhas. Conta que chegou no fundo do poço mais uma vez, não via mais saída para a sua situação, inclusive já tinha pedido para que sua tia, uma senhora idosa, cuidasse de suas duas meninas e de seu menino naquele momento. Sentia-se sozinha e incapaz de cuidar das crianças naquela situação, pois o que ganhava com as faxinas que fazia era muito pouco, não conseguia pagar o aluguel e comprar alimentos.

A tia de Aurora cuidou das crianças por algum tempo, porém caiu no quintal e quebrou o fêmur direito, precisando passar por cirurgia, dessa forma, as crianças tiveram que retornar

para a casa de Aurora, que ainda estava muito debilitada pelo vício e não cuidava das crianças, que começaram a pedir comida na rua, ficando expostas a vários riscos. Os vizinho, vendo a situação vivida pelas crianças, acionaram o Conselho Tutelar, que imediatamente retirou as crianças do lar e deu ciência ao CREAS. Após esse acontecimento, Aurora foi encaminhada para o CAPS do município, que a internou em uma clínica de reabilitação.

Já desintoxicada e percebendo a situação em que se encontrava, entendeu que precisava se reerguer novamente para poder recuperar a guarda dos filhos e ter sua vida de volta. Ao procurar o Conselho Tutelar para saber o que precisava fazer para ter suas crianças de volta, foi orientada a procurar a rede de serviços da assistência social, que daria os atendimentos necessários para que ela organize sua vida para receber suas crianças de volta. Soube ali que se amparar na Rede de Proteção à criança era necessário para que compreendesse a lógica de proteção que os profissionais mostraram como opção para salvaguardar a vida de suas/seu filhas/o ao mesmo tempo em que tinha o objetivo de ajudar aquela mãe a ter o acesso pleno aos seus direitos e poder exercer a função materna de forma positiva para as crianças.

Foi nessas andanças pelos serviços que Aurora conseguiu externalizar toda a dor e devastação que sentia em relação a sua infância, que gerou tantos traumas e dificuldades para lidar com a vida adulta, a perda do marido e toda a dificuldade que passou acabou lhe custando o cuidado de si e das/do filhas/filho. Falar sobre suas feridas foi o modo que Aurora encontrou para conseguir se manter longe de seus vícios, recuperar sua vida e poder ter suas crianças de volta.

Cada dia é um novo recomeço para Aurora, que precisa levantar e afastar os fantasmas que ainda a perseguem, todos os esforços são feitos para construir um futuro de amor e de esperança, pois o passado não importa mais, ficou onde deveria estar, isso é o conhecimento que ela compartilha com as colegas de grupo, mostra seus enfrentamentos e protege todos aqueles que a cerca. Faz questão de contar sua história para poder ajudar outras mulheres, principalmente as mais novas, sobre os caminhos que levam ao mundo das drogas e sobre a importância do apoio coletivo para conseguir sair do fundo do poço em que se encontrava.

4.4. Escrevendo as nossas vivências

“Minha voz uso pra dizer o que se cala, ser feliz no vão, no triste, é força que me embala.” (O que se cala - Elza Soares)

Escrever tem sido minha alegria e minha maior preocupação nos últimos tempos. Então, vejo-me nesse momento de produção dos resultados da pesquisa interessada em contar a história

de como nossas conversações aconteceram, das memórias que compartilhamos, de como os afetos e as afetações nos transportaram para longe daquela sala do CRAS, em muitos momentos pudemos sentir os pés no chão batido de algum terreiro, na água do leito de um riacho, do paralelepípedo quente pelando a sola do pé.

Foi nesse movimento de escuta, acolhimento e cuidado mútuo que as conversações se desenvolveram, os risos e as lágrimas se misturaram muitas vezes e nos vimos diante dos nossos abismos, daquilo que nem sempre temos condições de falar sobre e nessas angústias encontramos forças para poder externalizar o que se sente. A responsabilidade que sinto agora é a de produzir uma escrita de nós, tal qual nos ensinou Conceição Evaristo, por isso, posso inventar algumas partes, pois “entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta” (2020, p. 8), comprometida com o que escutei e com a minha escrita, passo a narrar nossos três encontros e o que reverberou de cada um deles.

Nossa história começa a partir do convite para uma conversa, que fiz a cada uma de minhas companheiras de pesquisa, na oportunidade expliquei que as conversas faziam parte da pesquisa que vinha desenvolvendo sobre resistências femininas negras, com mulheres em situação de vulnerabilidade social e que são atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, todas elas concordaram em participar da pesquisa e, naquele momento, marcamos a data do primeiro encontro. É importante informar que as três mulheres participantes da pesquisa são acompanhadas pela equipe técnica do CRAS que trabalhei até o ano de 2020, Brisa e Garoa conheço há quatro anos e Aurora há três anos.

Ao longo dos anos, construímos vínculos que foram muito importantes para a construção de nosso censo crítico diante da realidade, bem como para a dissolução de imagens negativas que poderíamos ter umas das outras, pois, apesar de a equipe técnica estar no território para apoiar e empoderar as famílias, muitas vezes, as/os profissionais são vistos como a “polícia das famílias” (DONZELOT, 1980, p. 06), fazendo cotidianamente o trabalho de fiscalizar e punir as pessoas que não seguem as recomendações dadas pela equipe. Da mesma forma, as/os profissionais, muitas vezes, têm uma visão culpabilizadora ou romantizada das/os usuárias/os, separando-as/os entre coitadinhas/os, vítimas da pobreza ou preguiçosos e marginais, levantando muros que fazem o distanciamento visto como necessário entre elas/eles, profissionais e outro/a, que são as/os usuários, de modo que a vinculação entre elas/eles se torna uma ação impensável. A classe, a raça e o gênero operam com maestria na divisão social das pessoas, criando penhascos.

Para Luciana Rodrigues (2017), o vínculo, termo comum nas investigações da ciência psicológica, ganha centralidade na Política Pública de Assistência Social por favorecer

a garantia de direitos, tendo em vista que está circunscrito às práticas cotidianas que o constrói na coletividade da vida em comunidade, ou seja, o vínculo só existe porque existe uma rede que o favorece. A comunidade é o meio necessário para o desenvolvimento pessoal e coletivo, por isso, reforçar os vínculos que tornam as comunidades mais unidas e racionalmente atuantes é o caminho apontado para o exercício da cidadania.

Nesse contexto, é importante frisar que a/o profissional precisa ter em mente a centralidade da família e da comunidade no desenvolvimento das ações da política pública de assistência social, pois somente com elas e a partir delas que o trabalho pode ser feito com efetividade. Os vínculos que permitem uma atuação efetiva são favorecidos a partir da disponibilidade de todos ao encontro com nossas diferenças e conformidades. Foi nos encontros quinzenais do grupo de famílias, nos acompanhamentos do PAIF, nas visitas domiciliares, nas ações socioeducativas e nas atividades de promoção de lazer e cidadania que esta pesquisa foi ganhando forma e hoje pode ser lida.

4. 5 A família como resistência para mulheres negras

Olho minha agenda e está lá – Ida ao campo –, uma semana antes havia telefonado para as minhas três companheiras de pesquisa e combinado o dia e o horário mais adequados para o nosso encontro. Então, naquela segunda-feira à tarde, antecipei-me e cheguei mais cedo ao CRAS, sabia que era importante recebê-las demonstrando cuidado com esse nosso primeiro encontro, havia certa ânsia para que elas chegassem logo, tanto pelo fato de iniciar as conversações quanto pela saudade que sentia de estar ali, no CRAS, compartilhando saberes em um grupo, atividade que foi diária em minha rotina de técnica do serviço, devido a mudança de setor de trabalho há um ano me distanciei do cotidiano de atendimento na porta de entrada do serviço, essa mudança trouxe ganhos profissionais e pessoais, mas também saudade, pois sempre considerei meu trabalho no Serviço de Proteção Integral à Família significativo e desafiador.

Garoa foi a primeira a chegar, caminhou até mim com expressão animada, acredito que se não estivesse usando máscara, eu poderia ter recebido aquele grande sorriso que sempre mostra quando nos encontramos, mas seus olhos sorriam para mim com alegria e amor. Cumprimentou-me com entusiasmo e acrescentou “é verdade, as pedras sempre se encontram mesmo, já dizia minha mãe” (GAROA, informação oral, 2022), expressando a alegria em podermos nos reencontrar depois de tantas perdas durante esse período de pandemia.

Emocionamo-nos ao lembrar de Selma, nossa companheira de grupo do CRAS, que faleceu por conta de complicações da COVID-19, ela sempre foi muito presente nas atividades do grupo, interessando-se por tudo que pudesse melhorar a qualidade de vida das mulheres de sua comunidade. Sabíamos que se estivesse entre nós, estaria colaborando com a pesquisa, como já havíamos combinado alguns meses antes de seu falecimento, pois quando passei na seleção do mestrado contei para elas, todas ficaram muito felizes e se disponibilizaram a compor a pesquisa comigo.

Algum tempo depois, Brisa chegou, segurando sua sombrinha que a protege do sol, entrou na sala e nos cumprimentou com grande entusiasmo, em seguida falou que desde cedo estava se sentindo ansiosa para esse encontro, nunca havia participado de alguma pesquisa e sabia que era algo muito importante para mim, por isso, preocupava-se. Agradei sua preocupação comigo e com a pesquisa e reforcei que iríamos conversar como sempre fazíamos no grupo do PAIF, que a única diferença consistia no fato de que eu gravaria a conversa para poder analisar posteriormente e produzir os resultados da pesquisa. Ela pareceu relaxar o corpo e concordou comigo, tudo correria com tranquilidade.

E, finalmente, Aurora entrou pela porta fazendo um sonoro cumprimento e pedindo desculpas por seu atraso, precisou ir na escola da filha, pois a professora queria falar com ela sobre o comportamento da criança que andava muito agitada nos últimos meses. Ela acredita que isso venha acontecendo devido a tristeza que a filha tem sentido por ver o tio doente, desde que nasceu, a criança é cuidada pela mãe com ajuda da madrinha e do tio, irmão mais velho de Aurora. Todas nos solidarizamos com Aurora e nos colocamos a disposição dela e de sua família, vivenciar o adoecimento de um parente amado é extremamente desgastante e causa muito estresse em todos ao redor, para as crianças, que não conseguem expressar esse sentimento de angústia e medo em palavras, a mudança no comportamento é o indicativo de que precisam de ajuda.

O grupo de mulheres do CRAS surgiu com o objetivo de oferecer um espaço físico e afetivo de apoio e cuidado às participantes, foi implantado concomitante a implantação do próprio CRAS no município, no ano de 2008. Em suas atividades diárias no grupo, as mulheres recebem informações sobre seus direitos, sobre cidadania, autocuidado e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, podem trocar experiências e ajuda diante dos desafios do cotidiano, uma vez que “Para as mulheres, a necessidade e o desejo de cuidarem umas das outras não são patológicos, mas redentores, e é nesse saber que o nosso verdadeiro poder é redescoberto” (LORDE, 2020, p. 136), são nessas relações que reconstruímos a autoestima e

autoamor umas com as outras, reafirmando a importância de cada uma na construção de um todo, que precisa ser mais aberto às multiplicidades do que é ser mulher na nossa cultura.

Embaladas por este sentimento de comunidade, iniciamos nossa conversação, expliquei que, para atingir os objetivos da pesquisa, elaborei algumas questões-base para as nossas conversas, mas que, naturalmente, poderíamos andar por outros terrenos e explorar outros assuntos que fossem importantes para elas. Brisa, de pronto, mostrou concordar com a metodologia proposta, sendo seguida por suas companheiras, naquele momento entendi que éramos uma mesma unidade diversa de mulheres realmente implicadas no processo de pesquisa.

Garoa mostrou seu interesse em ser a primeira a falar sobre si e sua relação familiar, conforme eu tinha provocado, disse que tem 45 anos, vividos com tamanha intensidade que em determinados momentos não sabia se foi vida real ou sonho, lembra de que em alguns momentos costumava se beliscar para ter certeza de que estava acordada, tamanha as situações que passou na vida.

Hoje, mora com duas filhas e três filhos, os três mais velhos já trabalham e a ajudam no sustento da casa, conta com orgulho que o filho mais velho está noivo e casará em breve, sente muito orgulho dele, é o seu mais velho e enfrentou muitos desafios ao seu lado, “Sabe...fico feliz, porque eu sei que criei um homem de verdade, ele é bom, respeitoso e trabalhador” (GAROA, informação oral, 2022), essa preocupação expressa por minha companheira de pesquisa se justifica pelo medo que ela tinha de seu filho reproduzisse as violências que vivenciou observando o relacionamento doloroso dos pais.

Completa dizendo que se orgulha muito de ter conseguido criar suas filhas e seus filhos de forma digna, que lhes permitiu formar um bom caráter, serem pessoas honestas e que se importam com os outros. Sobretudo sente que é amiga dos/as filhos/as, pois sempre teve em mente que mesmo não podendo lhes dar conforto financeiro, esforçou-se para construir uma boa relação com eles, sempre respeitando suas individualidades e lhes mostrando o caminho que lhes daria uma vida melhor do que ela teve.

E continua “eu sempre falo para eles (filhos/as) que a gente deve falar tudo que tá no nosso coração, porque se a gente não conversa a mágoa e a raiva só cresce e chega um tempo que não tem como consertar as coisas” (GAROA, informação oral, 2022). Uma relação mãe-filhos/as baseada no diálogo e na confiança é sua maior conquista enquanto mãe, em uma sociedade em que o poder social das mulheres está condicionado à maternidade (LORDE, 2020), ela demonstra esse poderio através da forma como tem se situado na prática do cuidado com os/as filhos/as.

Só conseguiu sair de fato da relação violenta que vivia com o pai de seus filhos após perceber o quanto essas violências afetavam também as crianças/adolescentes, deu um basta de vez no relacionamento após ter sofrido dois abortos devido aos espancamentos cometidos por seu ex-companheiro. Foi a partir da necessidade de proteger suas crias que ela conseguiu forças suficientes para se afastar de seu agressor e encontrar caminhos que lhe permitisse proteger-se e proteger os seus.

A violência doméstica é, hoje, o tipo de violação de direitos mais frequente no CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município aqui retratado. De acordo com a literatura, fatores que causam a violência doméstica, além do machismo, é a dependência financeira do parceiro, a ausência de rede de apoio ou vínculo familiar e a baixa escolaridade das mulheres. A estratificação dos papéis de gênero faz com que homens se imaginem superiores às mulheres, podendo, assim, infligir violência e opressão. Atualmente, existe legislação que tem como objetivo proteger as mulheres, com relação à denúncia de violências e à Lei Maria da Penha, mulheres brancas costumam ser mais bem atendidas, enquanto as negras são deixadas de lado (as taxas de violência contra brancas tendem a baixar enquanto contra negras tendem a aumentar). Há toda uma estrutura de segregação e seletividade da violência (PINA, 2016).

Nesse momento, Brisa pediu licença para falar, lembrou que sofreu várias violências em seu relacionamento por ter medo que seu ex-companheiro tomasse sua filha, “eu não pensava em mim, sempre pensava nela, eu tinha na minha cabeça que deveria suportar tudo dele se isso garantisse que eu ficaria e cuidaria dela” (BRISA, informação oral, 2022).

Esse relato de minhas companheiras de pesquisa me fez lembrar que mulheres negras têm lutado há séculos para manterem a vida de seus filhos e filhas a salvo, desde a separação forçada no período escravocrata, a morte prematura pelas mãos do Estado, a fome premeditada pelas desigualdades sociais, o sucateamento da rede pública de educação e a vivência cotidiana do racismo que permite que jovens negros sejam os que mais morrem de mortes violentas neste país (PNAD, 2019).

Brisa continua sua narrativa contando que mora com a filha de quatro anos e com seus pais, a relação entre eles é boa, os pais estão bem debilitados por doenças causadas pelo envelhecimento, explica que ser cuidadora em tempo integral de seus pais é uma tarefa muito cansativa, porém não se permite reclamar, sente que faz seu dever de filha, aprendeu com seus pais que honrar os compromissos é essencial para formar uma pessoa com princípios, esse ensinamento quer passar para sua filha, pois sabe da importância de honrar aquelas que nos proporcionaram a vida.

Divide os cuidados dos pais com a irmã que mora próximo, pode dizer que seu relacionamento com a irmã é de companheirismo verdadeiro, uma sempre encontra apoio na outra, seja qual for a situação elas sabem que podem dividir os fardos e as alegrias da vida. “A gente se ajuda em tudo, tanto com os nossos pais como nas outras coisas da vida. Ela me dá força quando eu tô pra baixo e eu faço o mesmo com ela, nem sei como seria se não tivesse ela na minha vida” (BRISA, informação oral, 2022).

Ângela Davis (2015) nos lembra de que o fato de mulheres negras serem impelidas ao trabalho pesado desde cedo pode ter dado a elas “a confiança em sua habilidade para lutar por si mesmas, sua família e seu povo” (2015, p. 10), construindo, assim, personalidades resistentes, que não se permitem dobrar diante das opressões racistas, sexistas e classistas dessa sociedade. A autora também nos ensina sobre a importância da coletividade no reabastecimento de esperança e de otimismo para as mulheres negras e outras categorias sociais que têm sido secularmente massacradas pela violência e opressão. A única forma de mudar os rumos da história e conquistar direitos é através da luta coletiva, sendo necessário um exercício diário de tomada de parte das dores que perpassam os diversos grupos.

Aurora olha para nós três e diz que agora é sua vez. Fala que tem trinta e oito anos, mora com suas duas filhas, Olívia e Diana. Devido conflitos familiares não tem contato com seus pais, eventualmente vê os irmãos e as irmãs, pois a maioria se mudou para outros estados ou outras cidades em busca de trabalho e melhores salários para cuidar de suas famílias. O familiar mais próximo com quem tem contato direto é o irmão mais velho, pessoa que a ajudou nos piores momentos de sua vida. Enfatizando que “Para mim, família mesmo são os meus filhos, meu irmão e minha cunhada, o resto da família não está nem aí pra mim. Acho até que se eu tivesse morrido não faria diferença para eles” (AURORA, informação oral, 2022).

Prossegue dizendo que com seus pais aprendeu tudo que ela não deveria ser como mãe, pois devido aos abusos sofridos, durante muito tempo se perguntou o que tinha de errado com ela para não receber amor e cuidado dos pais. Naquela época “Parecia que eu não me encaixava no mundo” (AURORA, informação oral, 2022), esse sentimento negativo em relação a si mesma foi o desencadeador de sofrimentos de diversas ordens na vida de Aurora.

Desde sua primeira gestação determinou que não deixaria que sua filha passasse por esse sentimento, mas, infelizmente, não pode protegê-los dela mesma, do abandono de si que reverberou nas crianças. Hoje, a partir dos conhecimentos que tem tido acesso e do amadurecimento pessoal, compreende as circunstâncias que a levaram para aquele lugar de dor e desesperança, por isso, esforça-se todos os dias para continuar sendo a rocha na qual as ondas quebram.

A maternidade na vida das mulheres negras precisa ser compreendida à luz de toda construção histórica e social sobre o exercício da maternagem, uma vez que é perpassada por diversas situações naturalizadoras desse papel social que é imposto às mulheres. A concepção do amor materno como um afeto espontâneo, natural e obrigatório, vem sendo construída historicamente amparada na necessidade do capitalismo da existência de mão de obra pronta para o trabalho e as mulheres exercem, portanto, esse trabalho não remunerado de gestar, parir e cuidar dessa massa de futuros/as trabalhadores/as (BADINTER, 1985; HOOKS, 2010).

Ao refletir sobre a maternidade negra, Patrícia Hill Collins (2019) nos lembra que é importante entender que essa função social está condicionada a uma série de ocorrências históricas e sociais que balizam a representação que temos dela. Para algumas mulheres negras a maternidade representa “[...] crescimento pessoal, eleva o *status* nas comunidades negras e serve de catalisador para o ativismo social”, para outras “a maternidade é como um fardo que sufoca sua criatividade, explora seu trabalho e as torna cúmplice de sua própria opressão” (2019, p. 296), sendo visões dicotômicas que coexistem e que banham as formas de exercer a maternidade na sociedade.

Outro ponto importante que precisamos levar em consideração quando pensamos em maternidade negra é a coletividade da tarefa, nas comunidades africanas e afro-brasileiras, a criação de uma criança precisa ser compartilhada, tanto pelas condições sociais e econômicas, uma vez que as mulheres precisam voltar a trabalhar após o nascimento de seus/suas filhos/as e, muitas vezes, as creches não dão o suporte que elas precisam, precisando deixar a criança aos cuidados de familiares próximos (COLLINS, 2019). Outra situação que é importante citar que perpassa a vivência de Brisa é o cuidado de outros familiares idosos e/ou acamados concomitante aos cuidados dos/as filhos/as, torna-se uma tarefa extremamente pesada para que uma única pessoa possa desempenhar. A maternagem pode ser desenvolvida pelas pessoas que cuidam das crianças e não somente pela mãe biológica, nesse sentido, a esfera do cuidado se estende aos outros membros da comunidade da criança.

A heterogeneidade das formas de maternidades negras é perpassada por diversas problemáticas como a falta de creches, a baixa qualidade da educação, a precariedade na saúde pública, o genocídio de jovens negros, o álcool e outras drogas, além do tráfico, que destrói vidas negras cotidianamente.

O ideal tradicional de família atribui à mãe única e exclusivamente a responsabilidade pela criança, sendo ela avaliada pelo seu desempenho com base no que se espera dos resultados obtidos por uma família nuclear, ou seja, se essa mulher consegue criar essa criança dentro de uma união estável, com papel passado, preferencialmente, convivendo somente com o núcleo

familiar diário e estudando em escolas particulares (COLLINS, 2019), quando a mãe não atinge esse ideal ela é vista como uma mãe ruim.

As mulheres participantes desta pesquisa experimentam esse rompimento com ideal tradicional de família, uma vez que todas experienciam acessando redes de apoio compostas por parentes ou vizinhas, não dispõem de recursos financeiros para arcar escolas particulares e não têm companheiros.

As famílias negras e pobres deste país enfrentam uma infinidade de problemáticas que tem sua origem muito bem definida: o período escravocrata. Como resultado da abolição inconclusa temos a marginalização das negras e dos negros no mercado de trabalho, assim como todos os fatores que as impediram de acessar bens comuns e terem igualdade na corrida pelo acesso. A violência, a desproteção, a exposição ao álcool e a todos os males que vieram com eles, tornou a vida das famílias negras relegadas aos mandos e desmandos dos patriarcas brancos.

É possível dizer que o ciclo da pobreza começa com a maternidade precoce (COLLINS, 2019), pois impõe ao casal, ou a mãe em condição de vida extremamente pobre, com privações que limita o desenvolvimento integral da pessoa, afetando também sua mobilidade social. O ciclo da pobreza vai sendo alimentado pelas desigualdades sociais que restringe o acesso das pessoas a educação, emprego e lazer, sendo esses fatores de cidadania que promovem a verdadeira participação social das pessoas.

4. 6 A Política Pública de Assistência Social como resistência para mulheres negras

Para o nosso segundo encontro, resolvi levar algumas flores que colhi do meu jardim para enfeitar a mesa da sala em que as conversações aconteceram. Percebi que minhas três companheiras de pesquisa notaram as flores ao entrar na sala, Brisa comentou “você está inspirada hoje, né?”(sic), eu confirmei seu comentário dizendo que as flores estão ali para alegrar o nosso ambiente e expliquei que nesse encontro teríamos como ponto de partida para nossa conversa a compreensão que elas têm sobre os serviços e benefícios ofertados pela política pública de assistência social e como essa política conversa com elas, quais os impactos em suas vidas, inclusive no que diz respeito as resistências. Minha proposta foi bem recebida por elas, todas sorriram.

Garoa pediu para falar primeiro, como tinha feito no encontro anterior, todas concordamos, então ela disse que conheceu a política pública de assistência social através do

Programa Bolsa Família, o benefício veio numa hora de muita necessidade da família. Naquela época, viviam do trabalho na agricultura, com isso, dependiam totalmente de como as chuvas se comportariam naquela estação: “A gente só não passou fome porque minha avó era ‘boca quente’⁸, ela ia atrás de um lavado de roupa, uma faxina, seja lá o que fosse, ela arrumava e eu ia sempre com ela, acho que foi assim que aprendi a me virar na vida” (GAROA, informação oral, 2022). O benefício era utilizado para complementar a renda que elas conseguiam com os bicos e com os rendimentos da colheita. Lembra que “Com o dinheiro do Bolsa Família a gente pagava a conta de energia, único luxo que tinha na casa da minha vó” (GAROA, informação oral, 2022).

Posteriormente, conheceu o CRAS e os demais serviços de proteção social básica, que foram essenciais para a compreensão de seu papel social enquanto mulher negra, mãe e trabalhadora. Tornou-se apoiadora de outras mulheres, os encontros do grupo propiciaram um espaço de encontro e reflexões-ações de mulheres negras.

Foi através da participação no grupo de mulheres daqui que a gente se conheceu, que gente aprendeu muita coisa, recebi e dei muito apoio às colegas aqui, a gente sabe que não estamos sozinhas, que a gente pode mudar coisas, mesmo que seja que nem a Gil fala: no trabalho de formiguinha. Agora estamos na luta para fazer nossa cooperativa de mulheres, tudo isso só é possível porque estamos juntas.

Nesse momento, Brisa pede licença para falar, pois sentiu a necessidade de complementar o que sua companheira falou, “Quando eu comecei andar no grupo percebi logo que aqui a gente era igual, que a gente sofria e vivia alegrias parecidas, que eu podia contar com as colegas e vice-versa, parece que a gente construiu esse lugar nosso, que a gente se cuida” (BRISA, informação oral, 2022), ao terminar a fala, Aurora também se pronuncia dizendo: “Eu também penso como vocês, todas nós chegamos aqui no CRAS em busca de ajuda, liberdade, escuta e recebemos isso e muito mais, porque eu sinto que tenho irmãs, vocês sabem, tem dias que não tá fácil, mas quando a gente se encontra eu volto animada para casa, parece que a gente pode mudar o mundo juntas” (AURORA, informação oral, 2022).

Diante dos relatos de minhas companheiras de pesquisa, penso que a oferta dos serviços socioassistenciais nos territórios tem a potencialidade de evocar o aquilombamento de mulheres negras. Beatriz Nascimento, grande expoente no estudo dos quilombos no Brasil, descreve-os como “um local onde a liberdade era praticada, onde os laços étnicos e ancestrais

⁸ Expressão usada em Alagoas para designar uma pessoa proativa, atenta, realizadora.

eram vigorados” (2021, p. 105), sendo assim, quando discutimos sobre questões raciais no CRAS e procuramos nos aconchegar na presença de outras mulheres que passam pelas mesmas opressões com o objetivo de nos fortalecer e criar uma realidade melhor e de esperança estamos produzindo quilombos de afetos.

Proponho pensarmos o quilombamento como unidade de afeto e coesão entre as mulheres negras que frequentam os serviços da assistência social, uma vez que o fortalecimento de vínculos exerce ponto central na organização da política pública, e na vida prática, como apontam minhas companheiras de pesquisa, possibilitam a formação de laços afetivos que geram outras redes de apoio social, onde a centralidade do vínculo se encontra na identificação étnico-racial das pessoas e como ela funciona como pressuposto para a libertação de corpos e mentes.

Retomando a ideia de quilombo trazida por Beatriz Nascimento (2021), temos sua existência como forma de resistência para as populações negras na diáspora africana, cujos modos de performar vêm sendo modificados de acordo com o contexto histórico, social e econômico de cada contexto. Diante disso, podemos entender que as práticas de quilombamento são possíveis dentro do SUAS, uma vez que encontra espaço voltado para as práticas coletivas de conscientização pessoal e política sobre as desigualdades sociais brasileiras.

Dessa forma, entendo aqui que o grupo de mulheres no CRAS é um quilombo e fazer parte dessa comunidade é, de fato, quilombar-se, para aqueles que necessitam ressignificar suas existências para continuar a resistir à opressão do racismo, do machismo e da discriminação, contudo, também é um intercâmbio com os diferentes em espaços de diferença, mas que preservam o direito do outro ser como ele é, simplesmente é um ser humano.

Continuamos nossa conversa e Garoa nos lembra que a assistência social se apresentou em sua vida principalmente como auxílio para a preservação da vida:

Eu não me canso de dizer em todo lugar que eu ando que foi graças a equipe do CRAS Jaboticabeira, que eu consegui fugir do meu ex-marido, tenho certeza que se a equipe não tivesse me ajudado doando um carro para eu levar minhas coisas e meus filhos, ele (ex-marido) já tinha me matado, então tenho muita gratidão por esse serviço existir, aliás, tudo da assistência social existir, porque a gente que é pobre e não tem ninguém por nós, podemos recorrer ao CRAS na hora do desespero (GAROA, informação oral, 2022).

Também já fui acompanhada pela equipe do CREAS, no tempo em que meu menino levou o tiro, o pessoal de lá foi muito profissional com a gente, ajudaram muito na recuperação do Gracioso, ele precisou passar por vários outros setores e o pessoal fez todo o possível para que ele fosse bem atendido e em pouco tempo, sempre fazia questão de escutar meu filho, que é uma pessoa muito calada, mal abre a boca aquele menino (GAROA, informação oral, 2022).

Ao escutar essa narrativa, Aurora se sentiu confortável para, assim como a colega, falar sobre o entrelaçamento de sua vida aos serviços da assistência social e como estes foram importantes para a preservação de sua vida:

Quando eu cheguei no CRAS e depois no CREAS, eu tava um caco, não via jeito para minha vida, só queria ter os meus filhos de volta, porque eu sabia que eles precisavam de mim, apesar de eu não ser a mãe que eles mereciam (AURORA, informação oral, 2022).

Aos poucos, nos atendimentos, conversando com a equipe e com as colegas do grupo de mulheres, fui entendendo que os serviços e programas da assistência existem para nos dar apoio a gente, para ver rumos bons na vida, que eu precisava entender isso para cuidar bem dos meus filhos (AURORA, informação oral, 2022).

Brisa faz gestos com a cabeça em concordância com as colegas durante suas falas e diz que também é beneficiária do programa bolsa família, mas que por muito tempo não sabia que ele fazia parte dos programas da assistência social, só veio compreender a política quando passou a participar dos grupos do Serviço de Proteção Social à Família (PAIF).

Desde que surgiu o bolsa família minha mãe se cadastrou, eu acho que na época chamava bolsa escola, lembro porque a gente vivia passando aperto, as comidas eram tudo contadinha, tudo era muito regrado, com o dinheiro do bolsa escola minha mãe comprava nossos cadernos, a farda da escola e comida também, hoje, uso o bolsa família para as mesmas coisas (BRISA, informação oral, 2022).

Eu sempre fui muito tímida e ingênua e isso fez com que eu quebrasse a cara várias vezes. Hoje, com o que aprendi com a vida, tento ver as

coisas de modo diferente, porque já sei das pancadas que posso levar. Por isso, busco melhorar e aprender cada dia mais para poder ensinar minha filha e ela não passe pelo que passei. Já conversei com as meninas do CRAS (técnicas), quando ela fizer seis anos já vai participar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A gente participou do Programa Criança Feliz, que também faz parte da assistência, eu achei bom porque aprendi muita coisa sobre a primeira infância, eu não sabia que era assim tão importante brincar com a minha filha, no programa aprendi isso (BRISA, informação oral, 2022).

Ao privilegiar as mulheres como principais beneficiárias dos programas e serviços, a lógica adotada pela política pública de assistência social se propõe a organizar as ações de forma a proporcionar mais inclusão social e igualdade para as mulheres, através de movimentos de resistência ao domínio cultural e financeiro dos homens, pois são as dependências que mantêm cada vez mais mulheres em situações de abuso e violência doméstica, dentre outras situações. Ao proporcionar um espaço seguro e educativo, as unidades da assistência social representam o lugar de fortalecimento para as mulheres no enfrentamento das violências interseccionais.

Cotidianamente as equipes recebem, nas unidades de atendimento de Assistência Social, pessoas profundamente marcadas pela vulnerabilidade social, em situação de privações e violências, os atendimentos constituem combustíveis para que a população possa continuar existindo, procurando brechas no sistema social e econômico para burlar as exclusões sociais. Mesmo se tratando de uma política pública que vem sendo duramente sucateada, tendo seu orçamento diminuído a cada ano, fato que gera agravos na vida da população que dela necessita, os resultados alcançados cotidianamente são substanciais e impactam materialmente na vida das pessoas.

Promover a vida, na assistência social significa garantir renda, garantir acesso aos serviços de saúde, acesso às políticas de segurança alimentar, de proteção integral à criança ao adolescente e às mulheres, além de promover espaços abertos de fala e de aprendizagem social. Vidas só podem ser preservadas a partir da existência de um aparato social que dê acesso aos bens e serviços comuns. Quando minhas interlocutoras falam que encontraram no CRAS as ferramentas necessárias para retomar o controle de suas vidas, isso reflete a capacidade protetiva que as políticas públicas precisam ter, de afirmar e viabilizar os direitos sociais em suas práticas cotidianas.

Garoa compartilha com o grupo que nunca tinha tido contato com uma/um psicóloga/o antes de acessar o CRAS, explica que sabia da existência dessa profissional no posto de saúde, porém ela só atendia mediante agendamento, por questão de prioridade não agendou com a psicóloga, pois sempre precisava levar as crianças a/ao pediatra, a/ao clínico geral e para fazer exames, o tempo que disponha estava comprometido com o trabalho, o cuidado com as crianças e a sobrevivência.

Essa fala de Garoa me fez refletir o que Ana Bock e colaboradores (2022) chamam de compromisso social da psicologia, posicionamento ético-político que visa repensar o caráter elitista da profissão, que chega no Brasil justamente com o objetivo de categorizar pessoas para colocar cada uma em seus devidos lugares, e se desenvolve principalmente no campo da clínica individual, sendo impossível o acesso à maior parte da população. Com as discussões sobre políticas públicas e através dos trabalhos comunitários, começaram a surgir práticas profissionais comprometidas com a realidade brasileira e a mudança social tão necessária para o rompimento com práticas excludentes e reforçadoras de estereótipos.

Diante de tudo que conversamos, na realidade das minhas companheiras de pesquisa, o encontro entre mulheres que compartilham opressões semelhantes é muito importante para o processo de autorrecuperação de si mesma, pois nos diálogos em grupos, nas conversas informais na sala de espera ou até mesmo nas ações comunitárias socioeducativas, o compartilhar das dores é importante para que ela seja sanada. bell hooks (2019 b) nos conta como escrever e falar sobre sua vida foi libertador e movimento crucial para a cura de feridas antigas, assim como ela, nos nossos encontros descobrimos que compartilhar nossas dores em grupo nos permitiu ressignificar os sofrimentos. Sendo a fala, a exposição das situações também uma forma de “ativismo político” e ele é essencial para a justiça social (COLLINS, 2019, p.289).

4.7 O amor como resistência para as mulheres negras

Estou a caminho do CRAS para encontrar minhas companheiras de pesquisa e começo a pensar sobre minha trajetória profissional, durante algum tempo me demorei em reflexões sobre “as permissões que temos para expressar afetividade” nas relações estabelecidas com nossas/os usuárias, não consigo pensar no fazer psicologia na PNAS sem proximidade/vínculo com as pessoas. Trata-se de um campo em que os conflitos de classe estão latentes. Corroborados pelo estigma da pobreza e da violência, tais situações refletem o medo que um tem dos outros. Por outro lado, percebi também que tinha medo de não ser validada por meus

pares como profissional séria e competente, simplesmente pelo fato de eu exprimir afetividade e empatia no atendimento as/aos usuárias/os no cotidiano do serviço.

A gente vai aprendendo ao longo da formação acadêmica e profissional a esconder quem somos, de onde viemos e o que sentimos, o que importa quando estamos em horário comercial é o trabalho em si, o conhecimento que precisamos dispor, as técnicas e os procedimentos. Uma/um profissional sedimentada/o, que com família e amigos é uma pessoa e com os usuários, pacientes, clientes, seja lá a denominação que se escolha, assume outra forma de ser e agir. Tenho aprendido com Audre Lorde (2020 b) que é necessário ter inteireza em tudo o que fazemos, trazer nossa essência, aquilo que realmente somos para os nossos trabalhos permite um aprendizado profundo e verdadeiro do que é vivido no cotidiano.

Tendo esse pensamento em mente, dirijo-me para a sala onde teremos nosso terceiro dia de conversação. Coloco uma música para deixar o ambiente mais animado. Minhas companheiras de pesquisa chegam em seguida, cumprimentamo-nos, elas comentam sobre a música e de que vão sentir falta dos encontros, visto que já estamos no penúltimo. Digo que também sentirei falta das nossas conversações, todas as segundas-feiras, às duas da tarde, no CRAS. Aproveito esse ensejo para dizer que o fio condutor de nossa conversa será o amor, o que elas entendem por amor e como identificam em suas vidas. No encontro anterior pedi que cada uma delas trouxesse para esse encontro um objeto que representasse resistência em sua vida e falasse sobre ele.

Essa foi a primeira vez que minhas companheiras de pesquisa fizeram um longo silêncio antes de responder ao meu convite para o diálogo, nesse momento conseguia ver em suas expressões que falar sobre amor não era algo que faziam com frequência em suas realidades, por isso, respeitei o seu tempo e aguardei. Então Garoa começa:

Para mim, o amor é o que eu sinto pelos meus filhos, é um bem querer grande, que não tem fim. Eu sei que faria tudo por eles (GAROA, informação oral, 2022).

Também só penso no amor que sinto pela minha filha, pela minha mãe, pelo meu pai, pela minha irmã e os filhos dela, o amor é se preocupar se a pessoa está bem e fazer de tudo para que ela fique bem e feliz (BRISA, informação oral, 2022).

Eu vou falar um pouco diferente de vocês, porque penso no amor por mim primeiro, aprendi isso com muito custo, o amor por mim foi capaz de me ajudar a ter força de lutar para poder amar meus filhos. Então, o

amor para mim é o alimento que precisei para me fortalecer e depois poder alimentar os outros (AURORA, informação oral, 2022).

No livro “Tudo Sobre o Amor”, bell hooks nos fala que provavelmente uma das causas da dificuldade que temos para falar sobre o amor esteja justamente na dificuldade de defini-lo, pois a maioria das tentativas de definição recaem sobre o amor romântico, não sendo essa a única forma de amar, nas falas das minhas companheiras de pesquisa fica evidente que suas definições de amor se associam a capacidade de cuidar e proteger, sendo estas apenas dimensões que o amor pode assumir na vida das pessoas, uma boa definição que a autora nos aponta é amor como vontade de promover o crescimento pessoal próprio e da pessoa amada. Sendo uma definição que não deixa brechas para contradições.

Caminhar pelas trilhas deixadas por bell hooks (2021) nos permite entender que é preciso “pensar no amor como uma ação, em vez de um sentimento, é uma forma de fazer com que qualquer um que use a palavra dessa maneira automaticamente assuma responsabilidade e comprometimento” (HOOKS, 2021, p. 51). Amar não pode ser entendido como um ato involuntário que arrasta as pessoas de qualquer forma, mas sim como uma dádiva e uma responsabilidade que escolhemos levar para a vida. As minhas companheiras de pesquisa deixam explícito em suas definições de amor que estão falando sobre responsabilidade de auxiliar outras pessoas em seus próprios caminhos de crescimento.

A ausência de debate público e de políticas públicas relacionadas à prática do amor em nossa cultura significa que ainda precisamos avançar muito no que diz respeito ao desenvolvimento humano integral, debate que vem crescendo graças a profissionais que estão pautando estas discussões nos âmbitos acadêmicos e nas arenas de políticas.

A conversa foi tomando rumo e nos levou às percepções que minhas companheiras têm sobre o amor em suas vidas:

Na minha vida o amor já me fez sofrer muito, vocês sabem que o pai dos meus filhos quase me matou, o meu casamento teve pouco amor. O amor dos meus filhos é até agora o que me faz sentir que tem amor na minha vida. A minha mãe me amava, mas ela não tinha muito jeito, não sabia amar direito, acho que ela parecia com a minha avó, acho que ela me amava porque sempre fez de tudo para a gente ter o que comer (GAROA, informação oral, 2022).

O amor me iludiu, vocês sabem da minha história, eu passei muito tempo achando que amor é coisa de menina inocente, como eu era. Mas quando eu olho para a minha filha eu vejo que o amor pode ser bom, eu olho pra ela e sou grata ao amor, porque mesmo tendo sofrido como sofri tive uma coisa boa que foi ela. Os meus pais são muito católicos, por isso, eu cresci escutando que Jesus morreu na cruz por amor a todos nós, então na minha casa, a gente aprendeu que amor é também sacrifício pelo outro (BRISA, informação oral, 2022).

Na maior parte da minha vida o amor esteve em falta, meus pais não conseguiram amar a gente, eu e meus irmãos nos amávamos da forma que pudemos também, porque não tínhamos esse modelo, depois foi encontrando várias pessoas que também não sabiam amar e fui me machucando muito. Quando conheci o Antônio pensei que tinha encontrado o amor, porque a gente era muito parecido e tal, mas hoje eu vejo que não era, a gente se juntou porque precisávamos daquilo para sobreviver. Quando eu aprendi a me dar o amor que eu tanto procurava tudo ficou melhor e eu to tentando passar isso para os meus filhos (AURORA, informação oral, 2022).

Tendo como base os ensinamentos de bell hooks (2021), é importante compreender em nossa sociedade que o amor pode ser confundido com formas de abuso, pois o amor não bate, explora, engana, abandona ou maltrata, isso tem outros nomes, mas como fica evidente nas falas das minhas interlocutoras, assim como na literatura sobre a temática, as linhas que delimitam o amor dos sentimentos de posse, da agressão e da culpa são muito tênues e por vezes se misturam. O amor ganha o significado de sofrer como em alguns poemas tão popular entre os adolescentes e isso garante uma cultura da violência e do abuso nos relacionamentos íntimos.

É importante trazer para a discussão o fato de que mulheres e homens negros, em contexto de escravidão, nunca puderam cultivar o amor no âmbito doméstico (COLLINS, 2019), uma vez que as famílias eram separadas ao bel prazer dos senhores brancos, crianças pequenas eram vendidas, assim como outros membros da família, impossibilitando o cultivo nuclear do amor, porém, sendo esse sentimento legítimo e necessário à vida das pessoas, o amor passou a ser expressado nas relações da comunidade negra em geral, pois consciente ou inconscientemente se compreendia que o amor fortalece a resistência, torna existências possíveis (HOOKS, 2021).

Quando minhas companheiras de pesquisa evidenciam o amor aos seus familiares como algo imposto ou divino, precisamos compreender a partir do pensamento colonial euro-cristão que produziu na cultura brasileira um modo de se relacionar com base no que se pode obter do/a outro/a, o amor, então, é condicionado aos benefícios que ele pode trazer para a pessoa. Ao viver o amor enquanto relação comunitárias, as pessoas negras em situação de escravidão se viram em lógicas diferentes dos seus senhores brancos, fato que também influencia hoje a forma como o amor é vivido por seus descendentes.

Tudo na vida se relaciona com o amor, por isso, é importante que esse debate se amplie e produza novas formas de se relacionar, tanto no âmbito familiar, de amizades e de relacionamentos românticos, produzindo a compreensão de que “Nem a vida nem o amor exigem que as pessoas desistam de sua dignidade, autoestima, objetivos de trabalho, programa favorito ou bom-senso” (VAZANTE, 1999, p. 18), o amor se insere no campo do desenvolvimento, do crescimento pessoal, social e espiritual.

Encontrar o amor próprio é uma longa jornada que as mulheres precisam enfrentar nesta sociedade em que a “socialização machista ensina às mulheres que a autoafirmação é uma ameaça à feminilidade. Aceitar essa lógica equivocada prepara o terreno para a baixa autoestima” (HOOKS, 2021, p. 83), na esteira das violências vividas por mulheres, principalmente as negras, a construção de uma imagem de si que seja saudável e positiva é imprescindível para a construção da tão sonhada justiça social, e assim permite que possamos enfrentar as barreiras que são construídas cotidianamente para nos afastar do nosso poder pessoal, da nossa capacidade crítica e de revolucionar o mundo que foi construído para deixar os patriarcas brancos confortáveis.

Quando bell hooks (2021, p. 90) diz que o “Amor-próprio é a base de nossa prática amorosa”, ela está nos lembrando que é preciso ter o amor em nós para poder distribuí-lo para as pessoas ao nosso redor, e é uma prática capaz de promover o levantar de pessoas e modificar a forma como é construída a autopercepção de si mesma no sistema social em que valoriza excessivamente a individualidade que isola a pessoa e não a estimula a partilhar daquilo que é comum a todos, a possibilidade de amar.

Em meio à conversa, Garoa coloca a mão dentro da bolsa e pega um objeto nas mãos, nesse momento, lembro que solicitei que trouxessem objetos pessoais que lhes remetesse a resistência em suas vidas. Aproveitei o fechamento da fala de Aurora e pedi que uma a uma apresentasse os seus objetos.

Quando você falou para trazer um objeto que para mim representasse resistência eu pensei logo nos meus filhos, porque é por eles que eu

resisto, levanto a cabeça, corro atrás dos meus direitos e dos direitos deles. Então trouxe uma foto dos cinco juntos (GAROA, informação oral, 2022).

Eu trouxe uma cartilha que ganhei aqui no CRAS, porque foi depois que li ela e conversei com você e com a assistente social que comecei a entender os meus direitos, porque o pai da minha filha me dizia que eu não tinha direito a nada, que se eu deixasse ele, perderia minha filha, ninguém me ajudaria. Eu acho saber que eu tenho direito é minha resistência (BRISA, informação oral, 2022).

O objeto que eu trouxe foi a chave da casa onde tô morando com os meus filhos, porque ela me mostra que eu sou capaz de cuidar da minha família, que eu tenho força para acordar todo dia e ir à luta para conseguir o nosso pão de cada dia, de buscar um futuro melhor pra gente. Eu olho para trás e vejo o quanto resisti, então, olho para o futuro e digo que ele venha que eu tô mais forte que ontem (AURORA, informação oral, 2022).

Os objetos dão materialidade ao que temos pensado, sentido e falado, dessa forma, quando minhas companheiras de pesquisa trazem a foto de seus três filhos e duas filhas em volta de uma mesa de aniversário, com expressões felizes; uma cartilha sobre prevenção e combate à violência contra a mulher, distribuída durante a campanha socioeducativa chamada Agosto Lilás; ou mesmo a chave de sua casa, estão materializando o percurso de lutas, de resistência para se manterem vivas neste mundo em que a vida das mulheres negras é tratada com tamanha irrelevância, que elas são invisibilizadas, infantilizadas e colocadas nos lugares sociais de mais baixa estima.

Simbolicamente, os objetos trazidos pelas minhas companheiras de pesquisa reafirmam o que elas são: seres humanos forçados a desenvolver tecnologias próprias para se manterem vivas, pois, de modo geral, “Vistas pelas lentes de raça, as mulheres negras aguentam dor física, por classe são vistas como protótipos da feminilização da pobreza e, atravessam gerações sendo chefas de famílias, vitoriosas das dificuldades impostas pelo imperialismo colonial” (AKOTIRENE, 2018, p. 74), vitória alcançada com muitas lutas.

Diante do ouvido, do vivido e do lido, compreendemos que somente na coletividade conseguiremos assegurar a vida das mulheres negras brasileiras, pois os enfrentamentos se dão no campo político, social e de produtivo, pois é no trabalho coletivo que encontramos formas de sobreviver às opressões interseccionais que insistem em nos exterminar (FEDERICE, 2019).

Insistir na produção de vida através do compartilhamento de experiências faz parte dos recursos que as mulheres negras utilizam para sobreviver e manter os seus e sua cultura circulando no mundo, sendo importante ressaltar que e esse movimento sempre acontece no coletivo.

4.8. Uma conversa para devoluções

Encontramo-nos para finalmente conversarmos sobre os caminhos que a pesquisa nos levou, nesses três encontros pudemos confrontar e ser confrontadas por nossas experiências, de falar abertamente e sem medo das nossas vivências e do que elas produziram em nós. Para isso, levei uma apresentação em PowerPoint mostrando como tinha organizado as nossas conversas, como tentei estruturar uma escrevivência que fosse fiel aos nossos encontros e que respeitasse a minha forma de escrever.

Minhas companheiras de pesquisa demonstravam entusiasmo diante do momento em que nos encontrávamos, nós quatro, mulheres negras, em uma sala do CRAS, debatendo verticalmente sobre nossas experiências a partir do prisma da política de assistência social, uma política de encontros, que nos impulsiona a quebrar as barreiras que a classe impõe e nos coloca cotidianamente o exercício da equidade como o principal balizador da garantia de direitos.

Entre o que se fala e o que se faz não deve haver lacunas, por isso, como pesquisadora, lanço-me no ato de devolver ao mundo aquilo que recebo, os caminhos que percorro, as teorias que tenho acesso e que me auxiliaram a produzir este estudo estão alinhados aos valores éticos e morais de quem vos fala, tanto na pesquisa como na vida as devoluções são feitas de modo a provocar outras e outros a pensar, elaborar suas próprias opiniões e provocar mais movimento no mundo.

A apresentação durou vinte minutos, logo após todas podemos expressar nossas opiniões sobre a produção das escrevivências, sobre as histórias contadas, a forma como foram contadas e as reflexões trazidas a partir delas. Durante essa conversa devolutiva compreendemos que o que favoreceu as conversações foi o fato de sempre estivemos lado a lado, desenvolvendo nossas resistências juntas, na pesquisa e nos atendimentos do CRAS.

Eu gostei muito dessas conversas de pesquisa, porque eu pensava que essas coisas de universidade, pesquisa, estudo era coisa de gente que vive bem longe daqui. Que é bem diferente da gente. (GAROA, informação oral, 2022)

Nunca imaginei que um dia eu fosse participar de uma pesquisa, por isso estou feliz. As pessoas vão saber que a gente também tem o que ensinar (BRISA, informação oral, 2022)

Eu nunca fui dessas pessoas que se importa com estudo, porque eu pensava que não adiantava de nada, mas depois das pancadas da vida vejo diferente, o estudo nos ajuda a mudar as coisas, por isso, aceitei logo que você me chamou para participar da pesquisa. (AURORA, informação oral, 2022)

Perceber a implicação das minhas companheiras de pesquisa no processo de construção dessa aposta teórica e metodológica de conhecer e produzir conhecimentos está fundamentado no reconhecimento de que há relações de poder bastante cristalizadas no modo como funciona a produção de pesquisas, é preciso ter consciência de que há localizações e elas implicam diretamente na escolha das temáticas a serem estudadas (HARAWAY, 1995; SPINK, 2014). Pensar a pesquisa a partir da ética do cuidado direciona o olhar para a sensibilidade daquilo que nos toca e nos pede uma melhor compreensão.

Durante os encontros compartilhamos nossas dores pariceiras⁹. A dor é um sentimento comum entre nós, mulheres negras, a filósofa Vilma Piedade (2005) criou o termo dororidade, inspirado no termo sororidade – irmandade entre as mulheres – para explicar que compartilhamos experiências de dor que são exclusivas das mulheres negras, pois o patriarcado nos oprime juntamente com o racismo. Essa dupla nos empurra para as margens da sociedade e constrói subjetividades muito feridas, mas também é a dororidade que se transforma em potência e agencia a construção de práticas insubmissas. Sabendo que “Não é fácil dar nome à nossa dor, torná-la lugar de teorização” (HOOKS, 2017, p. 102), assumo o importante lugar no movimento de diálogo e confrontação criado pela teoria que acolhe a dor e a ressignifica.

Finalizamos o encontro refletindo sobre o fato de que são raras às vezes em que a pesquisa fez ou faz parte da vida de mulheres negras e pobres moradoras do interior do Estado de Alagoas, por isso, é revolucionário estarmos naquela sala do CRAS discutindo os resultados de uma pesquisa feita na coletividade, esse ato de esperança nos inspira a continuar nos esforços para fazer ciência nos guetos, na roça, nas comunidades e nas favelas com amorosidade e muitos sonhos.

⁹ Expressão utilizada no Nordeste para designar amizade, companheirismo, igualdade.

5. APONTANDO OUTROS COMEÇOS

Quando iniciei esta pesquisa não tinha muita certeza sobre os rumos que ela iria tomar, os objetivos estavam postos, mas o caminho não é uma linha reta, ele passa por curvas bem acentuadas. Inesperadamente, vimo-nos diante de uma pandemia, causada pelo coronavírus, trazendo mortes e dor, essa situação mostrou a verdadeira face do sistema capitalista neoliberal, que de imediato saiu em defesa da economia de mercado em detrimento da vida humana, as perdas foram tantas, mas a economia não podia parar. Nesse contexto, todas/os precisamos reinventar saberes e fazeres nas políticas públicas para que pudéssemos dar respostas ao que vínhamos enfrentando

Nesse momento em que me permito revisar o que escrevi, vejo que lhes entrego uma gota de tudo que pode e deve ser produzido sobre a realidade das mulheres negras que são usuárias do SUAS. Pois é um campo que tem sido pouco explorado, provavelmente porque está tão naturalizado o lugar da mulher negra nas periferias do mundo, que não se tem problematizado dentro da atuação da psicologia na política pública de assistência social este lugar. Nos estudos realizados para a escrita dessa dissertação me deparei com as amarras do colonialismo, que produziu na realidade brasileira um ambiente hostil e multiplicador de violências contra as mulheres negras e os conhecimentos produzidos por elas. Me esforcei e fiz dos meus medos a coragem que precisava para trazer e sustentar os conceitos que afirmei ao longo da dissertação.

As resistências negras foram forjadas em cenários extremamente desafiadores e de desesperança, tendo o quilombo como sua principal expressão e que a partir dele outras organizações de mulheres e homens negros surgiram e fizeram frente as violências racistas. Diante das falas de minhas interlocutoras e dos textos que li, compreendo que resistir não é um conhecimento que se aprende nos bancos da educação formal, mas sim a necessidade de sobreviver às violências históricas que sempre tiveram como alvo as pessoas negras.

É nos quilombos de afetos que as mulheres negras participantes desta pesquisa se depararam com pertencimento e a escuta verdadeira de suas vozes, por isso, escolhi utilizar uma linguagem implicada e amorosa para escrever sobre essas experiências, seguindo o conselho de Glória Anzaldúa (2000, p. 93) “Joguem fora a abstração e o aprendizado acadêmico, as regras, o mapa e o compasso. Sintam seu caminho sem anteparos”, somente quando nos despimos das lentes que mostram o mundo do modo colonial de ser podemos enxergar novos caminhos possíveis de atuar junto com mulheres na Assistência Social.

A política pública de Assistência Social assumiu papel crucial neste estudo, pois é nela que as mulheres negras e pobres, em seus territórios marginalizados encontram reservatórios de esperança através da garantia de seus direitos. Apesar de suas limitações operacionais e teóricas, por ser atravessada pelo colonialismo e suas políticas opressivas, é na coletividade do trabalho territorializado que as pessoas exigem a proteção do Estado e constroem vínculos tão importantes para a sobrevivência das famílias e da comunidade.

Trouxe para o texto a insubmissão que aprendi com as mulheres negras que estão ao meu redor, a gente não se curva diante daqueles que querem nossa morte, muito pelo contrário saímos à luta. Com essa consciência também devo afirmar que esta pesquisa não está concluída, por isso me recuso a usar o termo conclusão, o que trago nestas páginas são pontos de partida para que aquelas que venham depois de mim possam dar continuidade.

As mulheres negras precisamos construir espaços inventivos que nos possibilite encontrarmos formas próprias de produzir teorias e pesquisas comprometidas com nossas realidades e que promovam a desestabilização das estruturas de poder que insistem em nos calar e invalidar o que produzimos. É preciso nos apoiarmos e levantarmos umas as outras. Para romper com a política colonial do esquecimento nos esforçamos para falar e amplificar as vozes das mulheres negras dentro da academia e demais espaços de poder.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejam todos feministas*. Companhia das letras, 2014.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma única história Única. 2009. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt-br>. Acesso em 09 de junho de 2020.
- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. Coordenação Djamilia Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, Mírian Cristiane; ROSA, Evellyn Gonçalves. Estilhaçando a máscara do silenciamento: movimentos de (re) existência de estudantes negros/negras. *Psicologia: ciência e profissão*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 1-14, 2020.
- ANGELOU, Maya. “Ainda me levanto”. Tr. Walnice Nogueira Galvão. *Teoria e debate*, Edição 123, 29 de abril de 2014. Disponível em: <Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/estante/ainda-me-levanto-still-i-rise/>>. Acesso em 13 de junho de 2018.
- ANZÁLDUA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 8, p. 229-236, 2000.
- ANZALDÚA, Glória. Viver nas fronteiras significa que você. *Mandrágora*, v. 16, n. 16, 2010.
- BAIROS. Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: Holanda. H. B. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020, p. 247 – 256.
- BALLESTIN, L. Feminismos Subalternos. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1035-1054, 2017.
- BALLESTRIN, L. Feminismo De(s) colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3. 2020.
- BARRETO, Raquel. Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil. In: Lélia Gonzalez: primavera para rosas negras. União dos Coletivos Pan-Africanistas, p. 12 – 27, 2018.
- BATTISTELLI, Bruna Moraes; RODRIGUES, Luciana; CRUZ Lílian Rodrigues. O mito da democracia racial e a política de assistência social. In.: THOMA, Adriana da Silva (in memoriam); HILLESHEIM, Betina; SIQUEIRA, Carolina de Freitas Corrêa. *Inclusão, diferença e políticas públicas (organizadoras)*. – 1. ed. - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2019, p. 129-146.
- BRASIL. Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social.

Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/pnas-2004-e-nobsuas_08-08.../download. Acesso em: 27 set. 2020.

_____. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Texto da Resolução nº 109, de 11 de Novembro de 2015. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de Novembro de 2012. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 30 set. 2020.

_____. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social. Texto da Resolução nº 33, de 12 de Dezembro de 2012. Publicada no Diário Oficial da União em 03 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.itajuba.mg.gov.br/semas/downloads/NOB-SUAS_2012.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

_____. Ministério da Cidadania. Caderno de Orientações Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Atendimento Integral à Família: Articulação necessária na proteção social básica. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf. Acessado em: 09 de janeiro de 2021.

BENTO, M. A. S. Branquitude: o lado oculto do racismo sobre o negro. IN: Corone, Iray. **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BERNADINO-COSTA, J; GROSGOUEL, R; MALDONADO-TORRES, N. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BOCK, Ana Mercês Bahia et al. Sílvia Lane e o projeto do "Compromisso Social da Psicologia". **Psicologia & Sociedade** [online]. 2007, v. 19, n. spe2 [Acessado 18 agosto 2022], pp. 46-56. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500018>>. Epub 26 Out 2007.

BOCK, Ana Mercês Bahia et al. O Compromisso Social da Psicologia e a Possibilidade de uma Profissão Abrangente. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2022, v. 42, n. spe [Acessado 21 agosto 2022], e262989. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003262989>>. Epub 01 Ago 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo e sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo, Selo Negro, 2011.

_____. Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser (doutorado em educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CARDOSO, C. P. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras (doutorado em Estudos de gênero, mulher e feminismo). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

CHIZIANE, P. Niketche: uma história de poligamia. São Paulo: Companhia de bolso. 2021.

COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. SIRMA, Bilge, Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jul. 2002, pp.171-188 < [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2002000100011&script=sci_abstract&tlng=pt - > acesso em: 01 de abril de 2022].

FERREIRA, Gracielly Costa. Assistência Social, no enlace entre a cor e o gênero dos (as) que dela necessitam: análise sobre as relações étnico-raciais e de gênero no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS (mestrado em serviço Social) Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, Código de ética profissional do psicólogo. 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/legislacao/codigo-de-etica/>.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In Alexandre, M. A. (Org.) Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições. p. 16-21, 2007.

EVARISTO. Conceição. Insubmissas Lágrimas de Mulheres. Editora: Rio de Janeiro, Malê, 2016.

_____, Conceição: “Nossa fala estilhaça a máscara do silêncio” [Entrevista concedida à Djamila Ribeiro]. Carta Capital. São Paulo, 13 de maio de 2017. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d/>>.

_____, Conceição. É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos. [entrevista concedida à Júlia Dias Carneiro] BBC News. Rio de Janeiro. 09 de março de 2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43324948>>

FEDERICI, Silvia. Reproduzindo os comuns. IN: FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista / Silvia Federici; tradução de Coletivo Sycorax — São Paulo: Elefante, 2019, p. 235-324.

FLORES, Val. Deslenguada: desbordes de una proletária del lenguaje. Ediciones: Ají de Pollo, 2010.

FREIRE, Ida Mara. Tecelãs da existência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 565-584, 2014.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n.92/93. p. 69-82, 1988.

_____. Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais hoje**. Anpocs. Rio de Janeiro, p. 223-244. 1984.

_____. Lélia. RIOS, Flávia. LIMA, Márcia (Org.) Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSGOUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25 – 49. 2016.

HOOKS, Bell. Olhares Negros: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019 a.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

_____. Bell. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019 b.

_____. Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. 2. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

_____. Bell. Ensinando o pensamento Crítico: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.

_____, Bell. Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Elefante, 2021 a.

_____. Bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021 b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da Violência. Brasília: **Ipea**, 2018. Disponível em: <

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432>. Acessado em 10 de fevereiro de 2021.

_____. Atlas da Violência. Brasília: **Ipea**, 2020. Disponível em:

<<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acessado em 10 de fevereiro de 2021.

_____. Atlas da Violência. Brasília: **Ipea**, 2020. Disponível em:

<<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acessado em 10 de fevereiro de 2021.

_____. Vida: Simulando violência contra a mulher em tempos de pandemia: **Ipea**, 2021.

Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2633.pdf>. Acessado em 10 de junho de 2021.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de Despejo. Edição Popular. 1960.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano. Cobogó, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes. Lições para uma psicologia das oprimidas. In.: LIMA, Aluísio Ferreira; ANTUNES, Deborah Christina; CALEGARE, Marcelo Gustavo Aguiar. (Org.) A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil. Porto Alegre: ABRAPSO, 2015. 510p.

LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Belo Horizonte, Autêntica, 2020 a.

_____. Audre. *Sou sua irmã: escritos reunidos*. UBU, 2020 b.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas* [online]. 2014, v. 22, n. 3 [Acessado 10 fevereiro de 2022], pp. 935-952. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>>. Epub 28 Nov 2014. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>.

_____, María. “Colonialidade e Gênero”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020a. p. 52-83.

MENDES, Maíra Tavares. Políticas de Reconhecimento e de Redistribuição na Permanência Estudantil. *Educação & Realidade* [online]. 2020, v. 45, n. 4 [Acessado 04 julho 2022]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623696281>>. Epub 02 Dez 2020. ISSN 2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623696281>.

MBEMBE, A. *Crítica Da Razão Negra*. Editora Antígona, Lisboa, 2017.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo. N-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, Rio de Janeiro: Ipeafro, 2018.

NASCIMENTO, Wanderson F. Das filosofias vagabundas. In: SIMAS, Luiz A.; RUFINO, Luiz; Haddock-lobo, Rafael. *Arruaças: uma filosofia popular brasileira* (pp.8-10). Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. RATTS, Alex (Org.). *Uma história feita por mãos negras. Relações raciais, quilombos e movimentos*. Rio de Janeiro: Zarah, 2021.

NOGUERA, R. *O ensino de filosofia e a Lei 10.639*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

OYEWÚMÍ, O. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: BERNADINO-COSTA, J.;

MALDONADO-TORRES, N.; GROSFÓGUEL, R. (Orgs). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*, **Autêntica**, Belo Horizonte, p. 171-183, 2019.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares. A docência como uma performance feminista. **Pesquisas e práticas psicossociais**, v. 15, n. 3. 2020.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares; RIBEIRO, Julyanna de Melo. Diário da pandemia: uma psicóloga na linha de frente. In.: MESQUITA, Marcos Ribeiro; LIBARDI, Suzana Santos (ORG.) Impactos psicossociais da pandemia: contribuições do Núcleo Alagoas da ABRAPSO. Maceió, AL :EDUFAL, 2021.

OLIVEIRA, Maria. Oliveira. Como “produzir clarões” nas pesquisas em educação. **Anped**. n.2. 2015.

PELUCIO, L. **Dossiê Saberes Subalternos**. São Carlos: Contemporânea, v. 2, n. 2. 2012.

PIEIDADE, V. Dororidade. São Paulo: Editora Nós. 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.117-142.

RODRIGUES, Luciana. Performances do vínculo na política de assistência social : um objeto múltiplo. 2017. Tese (Doutorado em psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SANTOS, Antônio Bispo. Somos da terra. **PISEAGRAMA**, n. 12, Belo Horizonte, 2014, pp.44-51.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Cruel pedagogia do Vírus. Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2020.

SANTOS, W.B. Flexibilização e precarização do trabalho no desmonte da política de assistência social. **Ser Social**. v. 22, n.46. 2020.

SOARES. Lissandra vieira. Escrivências sobre mulheres negras acompanhadas pela proteção social básica – uma perspectiva interseccional. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SOMÉ, Sobonfu. O Espírito da Intimidade. São Paulo: Odysseus, 2003.

SIMAS, Luiz Antônio, RUFINO, Luis. HADDOCK-LOBO, Rafael. Arruaças: uma filosofia popular Brasileira. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

SIMAS, Luiz Antônio, RUFINO. Encantamento: sobre a política de vida. Rio de Janeiro: Morula, 2020.

VAZANTE, Iyanla. Enquanto o amor não vem. São Paulo: Sextante, 1999.

VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: UBU. 2019.